



UFRR

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RECURSOS NATURAIS

JEFFERSON EDUARDO DA SILVA MORALES

**MUDANÇAS NA PAISAGEM: o olhar dos cidadãos sobre as intervenções no Núcleo
Histórico de Boa Vista - Roraima**

BOA VISTA, RR

2020

JEFFERSON EDUARDO DA SILVA MORALES

**MUDANÇAS NA PAISAGEM: o olhar dos cidadãos sobre as intervenções no Núcleo
Histórico de Boa Vista - Roraima**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-graduação em Recursos Naturais da Universidade Federal de Roraima, como parte dos requisitos para obtenção do título em Mestre em Ciências Ambientais (Recursos Naturais). Área de concentração: Manejo e Conservação de Bacias Hidrográficas.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Georgia Patrícia da Silva Ferko.

BOA VISTA, RR

2020

Dados Internacionais de Catalogação na publicação (CIP)
Biblioteca Central da Universidade Federal de Roraima

M828m Morales, Jefferson Eduardo da Silva.

Mudanças na paisagem : o olhar dos cidadãos sobre as intervenções no Núcleo Histórico de Boa Vista - Roraima / Jefferson Eduardo da Silva Morales. – Boa Vista, 2020.

150 f. : il.

Orientadora: Profa. Dra. Georgia Patricia da Silva Ferko.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Roraima, Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais - PRONAT.

1 - Paisagem. 2 - Patrimônio cultural. 3 - Rio Branco. 4 - Orla de Boa Vista. 5 - Descendentes de famílias tradicionais. I - Título. II - Ferko, Georgia Patricia da Silva (orientadora).

CDU - 711.4

Ficha Catalográfica elaborada pela Bibliotecária/Documentalista:
Maria de Fátima Andrade Costa - CRB-11/453-AM

JEFFERSON EDUARDO DA SILVA MORALES

**MUDANÇAS NA PAISAGEM: o olhar dos cidadãos sobre as intervenções no Núcleo
Histórico de Boa Vista - Roraima**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-graduação em Recursos Naturais da Universidade Federal de Roraima, como parte dos requisitos para obtenção do título em Mestre em Ciências Ambientais (Recursos Naturais). Área de concentração: Manejo e Conservação de Bacias Hidrográficas. Defendida em 15 de agosto de 2019 e avaliada pela seguinte banca examinadora:

Prof.^a Dra. Georgia Patrícia da Silva Ferko
Orientadora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Antonio Tolrino de Rezende Veras
Membro – Universidade Federal de Roraima

Prof.^a Dra. Leila Adriana Baptaglin
Membro – Universidade Federal de Roraima

Prof.^a Dra. Márcia Teixeira Falcão
Membro – Universidade Estadual de Roraima

In Memoriam

Rodrigo Lopes Borges

Já que essa terra me acolheu
Me deu abrigo
E é um colírio pros
Meus olhos vou ficar
Pra começar vou
Chamar de Branco esse rio
E Boa Vista o nome desse lugar
Plantar com carinho
Cada palmo de chão
Construir meu cantinho
Do som do meu “pinho”
Mais uma canção.

Ricardo Nogueira (O nome desse lugar).

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal de Roraima, especificamente ao Programa de Pós-graduação em Recursos Naturais, pela oportunidade aberta para que eu pudesse contribuir com a sociedade roraimense com meu trabalho e aos docentes da casa pelos ensinamentos e orientações.

À minha orientadora Georgia Patricia da Silva Ferko pelos ensinamentos, procedimentos, companhia e orientação para que esse trabalho pudesse ser desenvolvido.

Aos participantes da pesquisa que generosamente aceitaram relatar suas experiências para que essa pesquisa trouxesse e expressasse a importância acadêmica e social para a cidade de Boa Vista.

Aos meus colegas professores do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Roraima, em especial a coordenadora do curso Graciete Guerra da Costa por me apoiar em todas as atividades desenvolvidas ao decorrer desse mestrado, assim como, nos conselhos e apoios bibliográficos.

À professora Elizabete Melo Nogueira do Instituto Federal de Roraima pelo auxílio no contato e identificação dos participantes das entrevistas, ajuda fundamental para a realização dessa pesquisa.

À minha mãe Silvanice da Silva Morales pelos ensinamentos de vida que sem os quais não estaria chegando a este ponto de minha vida, pelo apoio mesmo que distante e motivação para continuar a trilhar meus objetivos.

Ao meu marido Nyl Kennedy Silva do Nascimento por sempre me apoiar nas situações mais difíceis e acreditar em mim quando nem eu mesmo acreditava, assim como, compartilhar dos melhores momentos juntos.

Às amigas construídas no decorrer do mestrado: Danielle Oliveira, Wenderson Nunes, Poliana Andrade, Raphael Macieira, Camila Cruz, Tamiris Pires, Andressa Alencar, Fredrick Nascimento pelos auxílios mútuos, pelas aventuras, pelas viagens e planos que traçamos juntos e principalmente pelo apoio nos momentos mais críticos.

Aos meus amigos arquitetos e urbanistas de Manaus Willian Batalha, Thamy Santana e Cleidilena Ribeiro, e aos que conheci em outros momentos da vida Daniel Gomes, Daniele Gomes, Greyciane Bezerra, Roberta Veras que mesmo distante acompanharam minha trajetória nesse mestrado.

Aos meus colegas de profissão do escritório Renato Franco Arquitetura e Design de Interiores, os arquitetos e urbanistas Renato Franco, Janderson Hilário, Andreia Mariano.

Aos avaliadores de minha banca, Prof. Dr. Antônio Tolrino Veras, Profa. Dra. Leila Adriana Baptaglin, Profa. Dra. Márcia Teixeira Falcão e Profa. Dra. Graciete Guerra da Costa pelo tempo disponibilizado para fazer contribuições que foram fundamentais para o aprofundamento desta pesquisa.

RESUMO

Os rios foram responsáveis pela viabilidade de ocupação às margens das bacias amazônicas por indígenas, sendo que com os europeus configuraram as primeiras paisagens urbanas, preservadas ou não para a posteridade, dando origem aos núcleos históricos. A preservação desses núcleos encontra-se em risco devido às decisões do poder público mediante intervenções arquitetônicas e urbanísticas que impactam nos aspectos sociais, econômicos, patrimoniais, ambientais e afetivos. O objetivo dessa pesquisa consistiu em analisar como as intervenções na paisagem do núcleo histórico da cidade de Boa Vista, no Estado de Roraima, influenciou nas vivências sociais e na relação com o Rio Branco, a partir da ótica dos descendentes das famílias tradicionais, considerando o contexto histórico-social. A pesquisa caracterizou-se por ser qualitativa e exploratória, cuja coleta de dados deu-se pelo levantamento documental, bibliográfico e na realização de entrevistas com roteiro semiestruturado com 8 descendentes das famílias tradicionais da cidade de Boa Vista. O Rio Branco foi visto como elemento importante que auxiliou o desenvolvimento de Boa Vista a partir do fluxo de negócios e de pessoas por meio do Porto do Cimento. As intervenções realizadas a exemplo da implantação da Orla Taumanan ocasionou o desaparecimento do Porto do Cimento um espaço de relevância histórica e simbólica. Além disso, houve a demolição de prédios públicos como a Intendência, o Mercado municipal do peixe, a Inspetoria marítima e aérea e o Hospital Nossa Senhora de Fátima. Quanto aos prédios remanescentes, foram modificados os seus usos e poucos foram permanecidos as utilidades primárias. As famílias tradicionais, pelas gerações, acompanharam a construção da memória e da identidade local por meio da arquitetura, dos rituais, das festas e da conexão com o rio. Os relatos dos descendentes identificaram que as edificações construídas na gênese da ocupação são elos simbólicos do processo de desenvolvimento em Boa Vista, retratando o caminhar histórico da comunidade cujo valor não permite perdas. As alterações da paisagem na orla do Rio Branco, ocorreram sem o consentimento da população atingida, modificando os laços afetivos dos habitantes do núcleo histórico. Influenciou nas vivências sociais e na relação com o Rio Branco excetuando-se as necessidades vitais, e, conseqüentemente, a relação cidade-rio foi distanciando-se das necessidades básicas do dia-a-dia para a especulação imobiliária e para o turismo. Assim, as decisões do poder público sobre o espaço foram decisivas quanto aos impactos ocasionados pelas intervenções urbanísticas e arquitetônicas em núcleos históricos. Elas impactaram nos diversos aspectos da sociedade, sendo benéfico ou não, dependerá do posicionamento que o poder público adotará para implantar os projetos e avaliar as multífaces que tais empreendimentos serão interpretados pela comunidade, principalmente preservando a memória e a identidade local.

Palavras-chave: Paisagem. Rio Branco. Patrimônio Cultural. Descendentes de famílias tradicionais. Orla de Boa Vista.

ABSTRACT

The rivers were responsible for the viability of occupation by the Amazon basins by the indigenous, and with the Europeans configured the first urban landscapes, preserved or not for posterity, giving rise to the historical nuclei. The preservation of these nuclei is at risk due to the decisions of the public authorities through architectural and urbanistic interventions that impact on social, economic, heritage, environmental and affective aspects. The objective of this research was to analyze how the interventions in the landscape of the historical nucleus of the city of Boa Vista, Roraima State, influenced the social experiences and the relationship with Rio Branco, from the perspective of the descendants of traditional families, considering the historical-social context. The research was characterized by being qualitative and exploratory, whose data collection was made by documentary, bibliographic survey and interviews with semi-structured script with 8 descendants of the traditional families of the city of Boa Vista. Rio Branco was seen as an important element that assisted the development of Boa Vista from the flow of business and people through the Porto do Cimento. The interventions made following the implementation of Orla Taumanan led to the disappearance of the Porto do Cimento, a space of historical and symbolic relevance. In addition, there were the demolition of public buildings such as the Intendência, the Mercado Municipal do Peixe, the Inspetoria Marítima e Aérea and the Hospital Nossa Senhora de Fátima. As for the remaining buildings, their uses were modified and few were kept the primary utilities. Traditional families, for generations, have accompanied the construction of local memory and identity through architecture, rituals, festivals and connection to the river. The descendants reports identified that the buildings built in the genesis of the occupation are symbolic links of the development process in Boa Vista, portraying the historical path of the community whose value does not allow losses. Changes in the landscape on the Rio Branco coast occurred without the consent of the affected population, changing the affective ties of the inhabitants of the historical nucleus. It influenced social experiences and the relationship with the Rio Branco, except for the vital needs, and, consequently, the city-river relationship was distancing itself from the basic necessities of everyday life for real estate speculation and tourism. Thus, the decisions of the public power over space were decisive as to the impacts caused by urban and architectural interventions in historical nuclei. They impact on various aspects of society, whether beneficial or not, will depend on the position that the government will adopt to implement the projects and evaluate the multifactors that such ventures will be interpreted by the community, especially preserving the memory and local identity.

Keywords: Landscape. Rio Branco. Cultural heritage. Descendants of traditional families. Border of Boa Vista.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Lista da origem dos nomes das cidades Amazônicas.....	20
Quadro 2	Patrimônio Cultural.....	30
Quadro 3	Patrimônio histórico e cultural do núcleo histórico de Boa Vista.....	97

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Unidades da Paisagem Cultural e Natural – Avenida Floriano Peixoto – Centro – Boa Vista – Roraima.....	125
Tabela 2	Cenários da orla do Rio Branco escolhido pelos participantes para registros fotográficos.....	130

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Forte do Castelo do Senhor Santo Cristo do Presépio de Belém.....	21
Figura 2	Orla da cidade de Belém/PA.....	24
Figura 3	Conjunto arquitetônico e paisagístico da Pampulha – Belo Horizonte/MG.....	45
Figura 4	Vista aérea do Município de Boa Vista: (A) após a implantação do plano urbanístico de Darcy Derenusson década de 1940; (B) Em 1972; (C) Após os anos 2010.....	60
Figura 5	Traçado urbano de Boa Vista, em 1900.....	61
Figura 6	Plano Urbanístico de Darcy Derenusson, 1948.....	61
Figura 7	Delimitações do Núcleo Histórico de Boa Vista.....	62
Figura 8	Planta de situação do município de Boa Vista, Roraima.....	67
Figura 9	Formação do Rio Branco a partir do encontro das águas dos rios Uraricoera e Tacutu.....	71
Figura 10	Antigo porto fluvial com embarcações atracadas no período das chuvas.....	72
Figura 11	Antigo porto fluvial com edificações no entorno, com o Prédio da Intendência e as residências.....	76
Figura 12	Primeira fotografia aérea da cidade de Boa Vista, em 1924.....	77
Figura 13	Desembarque de mantimentos no Porto do Cimento.....	79
Figura 14	Porto do Cimento iniciando o processo de abandono causado pelo desuso – s/d.....	81
Figura 15	Acesso ao antigo Porto do Cimento sob a plataforma da Orla Taumanan.....	82
Figura 16	Mercado Municipal, 1944.....	85
Figura 17	Bairro da Olaria – Caetano Filho - Beiral alagado na estação chuvosa...	87
Figura 18	Bairro da Olaria – Caetano Filho - Beiral desocupado.....	90
Figura 19	Proposta do Parque do Rio Branco.....	91
Figura 20	(a) Hospital Nossa Senhora de Fátima (s/d.) e (b) Hospital Nossa Senhora de Fátima demolido (2019)	102
Figura 21	Orla Taumanan antes da reforma de 2014.....	104

Figura 22	Orla Taumanan em 2018: (a) Portal de acesso para a plataforma Weikepá e (b) Vista pela Plataforma Meremê.....	106
Figura 23	Orla Taumanan sobreposta ao Rio Branco.....	109
Figura 24	Diferentes perspectivas da Orla Taumanan como barreira de contemplação da paisagem natural: (a) Vista na entrada do Porto do Cimento; (b) Vista em frente à residência da família Gomes 1; (c) Vista em frente à residência Gomes 2; (d) Vista em frente à residência da família Gomes.....	110
Figura 25	Linha do tempo do Porto do Cimento.....	114
Figura 26	Evolução da paisagem da orla do Rio Branco do Núcleo Histórico: (a) orla de Boa Vista em 1924; (b) orla de Boa Vista na década de 1970; (c) orla de Boa Vista em 2018.....	115
Figura 27	Boa Vista em 1924.....	116
Figura 28	(a) Prédio da Intendência e (b) Réplica do Prédio da Intendência.....	118
Figura 29	Mercado Municipal “do Peixe”: (a) Mercado antes da demolição; (b) Atual Escola Ayrton Senna, 2019.....	119
Figura 30	Antigo Mercado Municipal “da Carne” – Centro de Artesanato, 2019...	119
Figura 31	Antigo Prédio da Inspetoria Marítima e Aérea – s/d.....	120
Figura 32	Figura 32 – Intervenções estéticas e volumétricas da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Carmo – a) Igreja antes da primeira reforma 1917; b) Igreja com a inclusão das características germânicas e do campanário, 1921; c) Igreja na década de 1960 com as mudanças estéticas; d) Igreja no início da década de 1990 com outras mudanças na fachada e inserção da praça; e) fachada da igreja após o resgate histórico e revitalização da praça no início do século XXI, 2019.....	121
Figura 33	Muro do Rio Branco: (a) em 1948 construído pelo engenheiro Darcy Derenusson; (b) Muro do Rio Branco em 2019.....	122
Figura 34	Planta de localização das unidades da paisagem constantes na tabela 1	124
Figura 35	Unidades da paisagem da Avenida Floriano Peixoto destacadas pelos entrevistados.....	127
Figura 36	Paisagem a partir da Orla Taumanan em contemplação do Ponte dos Macuxi, Serra Grande, Praia Grande, Mata Ciliar e Rio Branco.....	128

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
1.1 CIDADES RIBEIRINHAS: A IMPORTÂNCIA DA ÁGUA PARA AS VIVÊNCIAS E CONSTRUÇÕES SOCIAIS.....	17
1.2 NÚCLEO HISTÓRICO: patrimônio histórico e cultural e legislação de preservação	25
1.3 PAISAGEM	32
1.3.1 Paisagem natural e a (In)tocabilidade da natureza	37
1.3.2 Paisagem cultural (urbana e rural)	39
1.3.3 Paisagismo e paisagem	43
1.4 TOPOFILIA	47
1.4.1 Topofilia e a água	55
2 MATERIAIS E MÉTODOS	59
2.1 ABORDAGEM E FINALIDADE.....	59
2.2 LÓCUS DE ANÁLISE	59
2.3 UNIVERSO E AMOSTRA	63
2.4 TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS.....	64
2.5 ANÁLISE DOS DADOS: análise de conteúdo	65
3 MUDANÇAS NA PAISAGEM DO NÚCLEO HISTÓRICO DA CIDADE RIBEIRINHA BOA VISTA - RORAIMA	67
3.1 A IMPORTÂNCIA DO RIO BRANCO PARA A CIDADE DE BOA VISTA	67
3.2 AS INTERVENÇÕES URBANÍSTICAS E ARQUITETÔNICAS NO NÚCLEO HISTÓRICO DE BOA VISTA	75
3.3 PATRIMÔNIO CULTURAL DO NÚCLEO HISTÓRICO E FORMAS DE PRESERVAÇÃO ...	91
3.4 MUDANÇAS DA PAISAGEM E NAS VIVÊNCIAS DO NÚCLEO HISTÓRICO DE BOA VISTA.....	112
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	133
REFERÊNCIAS	136

1 INTRODUÇÃO

No contexto amazônico, cidades ribeirinhas representam o início da ocupação humana¹ responsabilizada pela criação das paisagens urbanas. Características apresentadas pela relação direta com a água, seja pelo deslocamento de pessoas, mantimentos e materiais de trabalho, assim como pela conexão com o restante da região. Dessa forma, evidencia-se a relação homem-rio como modo de sobrevivência e vida.

As construções edificadas pelos primeiros habitantes serviram para atender às necessidades da sociedade em um dado recorte temporal, fazendo com que patrimônios culturais fossem edificados, valorizados, vistos como símbolos de memória e de identidade local. Contudo, a Amazônia, para integrar ao restante do Brasil, passou por mudanças impulsionadas pela ação estatal, governo Militar, que ocasionaram a sobreposição de interesses acerca do legado tangível das regiões que iniciaram-se a partir do rio.

Os patrimônios culturais implantados à beira-rio em conjunto com a natureza do entorno caracterizam as paisagens das orlas das cidades amazônicas. A interação de tais atividades culturais humanas com o meio-ambiente proporcionou ao ribeirinho instalar suas marcas para o futuro e preservar sua história. Sendo assim, a paisagem, como resultante das interações antropogênicas no espaço, o que proporciona o entendimento histórico, cultural, natural e temporal dos cidadãos.

As paisagens culturais e naturais são compostos nos espaços vividos pelos indivíduos criando conexões afetivas dos moradores com os lugares tornando-se representativo na identidade e memória local.

Boa Vista, capital do Estado de Roraima, desenvolveu-se a partir do Rio Branco, suprimindo as necessidades dos ribeirinhos instalado às margens do rio. Portanto, a gênese da ocupação humana marcou impressões dos pioneiros no povoamento da região, principalmente pelos elementos construídos que evidenciam o processo histórico da cidade do passado para o contexto atual.

Compreendendo tais modificações que resultam no espaço, as paisagens dos núcleos históricos são peculiares em comparação com as demais da orla² da cidade de Boa Vista, lócus

¹ Utilizar-se-á o termo ocupação humana para referir a gênese dos conglomerados urbanos.

² A pesquisa utilizou o termo “orla” como a superfície terrestre banhada pelo Rio Branco ou outro corpo hídrico. Em outros momentos utiliza-se o termo “Orla Taumanan” que é referente ao empreendimento turístico construído sob uma porção espacial da orla da cidade de Boa Vista.

de profundo conhecimento histórico e afetivo dos antigos moradores, ou seja, os patrimônios histórico-culturais são representantes da memória e da identidade local.

Com a integração dos patrimônios histórico-culturais, dos elementos contemporâneos e da natureza presente nas orlas dos embriões urbanos, a paisagem é formada como resultante das ações humanas criando e recriando usos e ocupações do espaço. Toma-se aqui o conceito de paisagem por Bertrand (1972), que é uma determinada porção do espaço que resulta da combinação dinâmica dos elementos físicos, biológicos e antrópicos, os quais, interagindo dialeticamente uns sobre os outros, formam um conjunto único e indissociável em perpétua evolução. Portanto, a paisagem pode ser analisada como o espaço vivido, ou seja, como as relações das ações do indivíduo com a natureza, compreendendo-se, dessa forma, os diversos tipos de paisagens, como as culturais (urbanas e rurais) e as naturais (TUAN, 1980).

Desta forma, frente a magnitude de futuros empreendimentos construídos a partir das orlas amazônicas, ocasiona que as margens dos rios podem ser desconsideradas pelos gestores públicos, resultando riscos para memória e o simbolismo que o espaço representa afetivamente para a comunidade e na história local. Diante desta problemática, questionou-se como as intervenções arquitetônicas e urbanísticas promovidas pela gestão pública afetaram a paisagem do núcleo histórico a partir da ótica dos descendentes das famílias tradicionais?

Para responder a pergunta foi criado um objetivo geral: Analisar a forma como as intervenções na paisagem afetaram o núcleo histórico da cidade de Boa Vista, no estado de Roraima. E para cumprir a proposta acima foram elaborados três (03) objetivos específicos, (I) Compreender a importância do Rio Branco para o desenvolvimento histórico, econômico, social e espacial de Boa Vista; (II) Identificar as mudanças da paisagem no núcleo histórico da cidade de Boa Vista e suas implicações; e (III) Descrever os patrimônios culturais instituídos e as consequências das decisões do Poder Público nas intervenções urbanísticas e arquitetônicas no núcleo histórico.

A área de estudo está localizada na margem direita do Rio Branco, no núcleo histórico da capital do Estado de Roraima, a qual foi implantada sob o berço das primeiras ocupações europeias/nordestinas na região. A cidade de Boa Vista passou, então, por diversas modificações na paisagem, em que os elementos passaram por utilizações e (re)utilizações nos elementos construídos e naturais.

A pesquisa visou contribuir com a discussão sobre dinâmicas espaciais dos núcleos históricos em cidades amazônicas, a partir do estudo de caso de Boa Vista à luz dos aspectos patrimoniais relacionados com paisagem cultural e natural. A relevância do trabalho consistiu

em trazer à tona “vozes” que são desconsideradas nas intervenções urbanísticas e arquitetônicas dos núcleos históricos.

O trabalho foi estruturado em 3 seções. A primeira refere-se à introdução com a apresentação da pesquisa desenvolvida e suas interfaces, assim como, o referencial teórico com a abordagem das discussões sobre cidades ribeirinhas, patrimônios culturais em núcleos históricos, paisagem e a categoria da topofilia – que permeia os temas. Na segunda, apresentam-se os materiais e métodos para coletar os dados nas respostas dos questionamentos da pesquisa, cujos desenlaces são evidenciados nos resultados e discussões que estão na quarta seção. Por fim, têm-se as considerações finais contemplando os fechamentos da problemática e futuros desdobramentos da pesquisa, seguidas das referências e apêndices.

1.1 CIDADES RIBEIRINHAS: A IMPORTÂNCIA DA ÁGUA PARA AS VIVÊNCIAS E CONSTRUÇÕES SOCIAIS

Ferrari (2004) conceitua rio como um curso d’água natural, mais ou menos caudaloso, que desemboca em outro rio, no mar ou em lago. Quanto a cidade, é um espaço delimitado e contínuo, ocupado de forma permanente por um aglomerado humano denso e considerável em aspectos quantitativos, cuja evolução e estrutura são determinadas pelo meio físico, desenvolvimento tecnológico e modo de produção existente e cuja população possui *status* urbano (FERRARI, 2004).

Na concepção de Coy (2013), a relação cidade-rio foi essencial para o desenvolvimento urbano e suas utilizações que estão relacionadas, em especial, com a disponibilidade da água como bem primordial à manutenção da vida humana. Portanto, tais interações das ocupações humanas com os corpos hídricos não são estáveis, pois são dependentes de fatores, tais como: das mudanças econômicas, das formas de comunicação e de transporte, do direcionamento dos processos de expansão urbana, das políticas e do planejamento urbano e, do comportamento dos habitantes. A exemplo das cidade da Antiguidade, as civilizações começaram a ser desenvolvidas a partir dos cursos d’água para abastecimento de alimentação, água potável e economia.

No Oriente, destacam-se duas cidades antigas acerca do desenvolvimento a partir da margem do rio: o Egito e a Mesopotâmia. O Egito tem como predominância, na paisagem, o deserto e o Rio Nilo, sendo que o corpo hídrico foi o principal ator para o desenvolvimento da agricultura, o que forçou a sociedade egípcia a desenvolver-se quanto a tecnologia de irrigação e o manejo das cheias-vazantes para transporte dos ricos sedimentos do rio para o solo e a

viabilidade da plantação (TUAN, 1980). Dessa forma, a dinâmica fluvial, a potencialização da agricultura e a necessidade humana básica fizeram com que as ocupações humanas se desenvolvessem a partir do rio.

Na Mesopotâmia, os regimes fluviais são diferentes do Egito, uma vez que o clima árido é de menor intensidade e os rios Tigre e Eufrates têm cheias a partir do derretimento de neve das montanhas, causando inundações, entre outros eventos trágicos (TUAN, 1980). As cidades-estados da Suméria (a baixa Mesopotâmia), há três mil anos antes de Cristo, possuíam caráter essencialmente urbano, uma vez que 12 assentamentos foram desenvolvidos no decorrer dos rios predominantes na região (TUAN, 1980).

Na Idade Média, período em que a maioria das cidades europeias foram fundadas, o rio era componente central da paisagem. Coy (2013) retrata Paris e sua relação com o desenvolvimento ao longo do Rio Sena, pois cada lado da margem do rio representava os significados das sociedades.

O poder profano e eclesiástico localizava-se na *Cité*, na ilha do rio *Seine*, as instituições acadêmicas que predominavam na margem esquerda do rio (o atual *Quartier Latin*) que, conseqüentemente, era chamado de *Université*, e a cidade “burguesa” dos comerciantes, dos artesões, etc. expandia principalmente na margem direita do rio que era denominado de *Ville*. De certa maneira, encontra-se traços desta subdivisão histórica ainda no Paris dos dias atuais. A ligação entre estas partes da cidade era garantida pelas pontes, via de regra construídas com casas de comércio e moradia (COY, 2013, p. 2).

Nesse período, dentro da cena urbana parisiense, o rio ainda era invisível, submerso entre as edificações medievais altamente adensadas. Segundo Coy (2013), o plano urbanístico³ de Eugène Haussmann modificou a paisagem trazendo melhorias sanitárias e embelezamento da cidade. Dessa forma, a partir do século XIX, o rio foi revalorizado com construções de palácios e outras edificações representativas (COY, 2013).

De acordo com as concepções de Coy (2013), na Idade Industrial o uso da água e a relação com as cidades industriais cresceram consideravelmente. A nova realidade permitiu que as indústrias fossem implantadas próximas aos corpos hídricos, os portos fluviais não atenderam as demandas de docas maiores permitindo a concentração desses empreendimentos à beira-rio; em virtude disso, tiveram que sofisticar a infraestrutura para atender à necessidade industrial.

³ Conjunto de documentos resultantes do processo de planejamento, expresso em metas e objetivos para curto e médio prazos, preferencialmente, elaborada de forma participativa com população a que servirá e com a devida aprovação das autoridades competentes (FERRARI, 2004).

Os rios influenciaram no transporte, principalmente na comunicação dentro e fora da cidade, e, a fim de desenvolver o espaço urbano das vias à beira-rio, tornaram-se corredores de alta densidade de trânsito e formaram barreiras que dificultaram a passagem de pessoas para as margens do rio, piorando a qualidade ambiental. Portanto, outras formas foram realizadas para ampliar a cidade mediante os projetos de expansão da malha urbana (COY, 2013).

Pensando na Amazônia, Nunes e Trindade Junior (2012) apontam que os corpos hídricos (igarapés, baías e rios) possuem importância histórica para a gênese das ocupações humanas amazônicas, tendo como base a extração e circulação de produtos e mercadorias produzidos e consumidos na região.

A origem da ocupação humana amazônica está atrelada ao da América do Sul, havendo evidências nos fins do período Pleistoceno e início do Holoceno, sendo estes os possíveis antepassados dos povos indígenas conhecidos durante a posse europeia na região. Os rios dos vales amazônicos auxiliam na compreensão da presença de seres humanos em terras sul-americanas pois serviu de rotas de acesso ao interior do continente (BUENOS; DIAS, 2015).

Na Amazônia, foi evidenciado que, entre onze a oito mil anos *ap*⁴, houve processos de ocupações na região, sendo que, no norte do Planalto das Guianas, Venezuela e Colômbia, iniciaram com a rota de colonização, pelo acesso brasileiro por meio da margem esquerda do rio Amazonas e pelo corredor seco no baixo Amazonas (BUENOS; DIAS, 2015).

Diante disso, na Amazônia, antes dos europeus, havia povos vivendo ao longo dos rios, com formação de sociedades com suas culturas, economias e modos de viver. Os cronistas das expedições espanholas e portuguesas, no curso dos corpos hídricos amazônicos e de seus afluentes – entre os séculos XVI e XVII –, que retrataram a abundância de mantimentos e densas populações que ocupavam os espaços, em torno de três a cinco milhões de pessoas (HECK; LOEBENS; CARVALHO, 2005).

Assim, as cidades amazônicas com influência europeia têm como marco a posse de D. José, Rei de Portugal, em 31 de julho de 1750, substituindo o seu pai, D. João V, bem como de Sebastião José de Carvalho Mello, Conde de Oeiras e futuro Marquês de Pombal, com os tratos

⁴ A sigla *ap* (Antes do presente) é uma marcação temporal utilizada pela Geoarqueologia como ano referência de 1950 devido aos testes atômicos realizados na Segunda Guerra Mundial que desequilibraram a concentração química dos isótopos na atmosfera.

diplomáticos com a Espanha pelo Tratado de Madrid⁵ a fim de instalar o plano de estruturação da Amazônia Colonial Portuguesa (COSTA, 2016).

Costa (2014) explicita, ainda, que, para o Marquês de Pombal, o plano urbanístico nas cidades amazônicas era primordial para a integração da região com a Coroa Portuguesa, aplicando as feições lusas com o objetivo de torná-las lucrativas e subordinadas a Portugal. Portanto, com a reorganização do desenho das ocupações, os nomes indígenas dos fortes portugueses instalados na Amazônia foram modificados por nomes de santos no período das missões eclesiásticas, e posteriormente, por nomes lusitanos na Era Pombalina (Quadro 1).

Quadro 1 – Lista da origem dos nomes das cidades Amazônicas.

Origens dos nomes de cidades Amazônicas		
Nome Indígena	Nome Santo	Nome Português
Aldeia dos Tupinambás	Santa Maria de Belém do Grão Pará	Belém
Paru	-----	Almeirim
Gurupatuba	São Francisco de Assis	Monte Alegre
Tupaius ou Tapajós	Fortaleza do Tapajós	Santarém
Arabés – Surubiú	-----	Alenquer
Pauxis	Forte de Santo Antônio dos Pauxis	Óbidos
Manaós	Forte de São José da Barra	Manaus
-----	Forte São Joaquim do Rio Branco	Boa Vista

Fonte: Costa (2015).

Na Era Pombalina, o domínio português não era entendido apenas como assegurar o território e controlar militarmente, mas era necessário atribuir caráter e formas lusitanas nas vilas que foram fundadas. Por isso, as mudanças na nomenclatura santa dos fortes, atribuídas pelas missões religiosas, para topônimos portugueses como o Forte do Castelo do Senhor Santo Cristo do Presépio de Belém (Figura 1).

⁵ O Tratado de Madrid (1750) foi um tratado firmado na capital espanhola entre os reis João V, de Portugal, e Fernando VI, de Espanha, em 13 de janeiro de 1750, para definir os limites entre as respectivas colônias sul-americanas, pondo fim, assim, as disputas.

Figura 1 – Forte do Castelo do Senhor Santo Cristo do Presépio de Belém



Fonte: O autor, 2019.

Neste sentido, com as intervenções urbanas do Marquês de Pombal, as vilas espontâneas modificaram as paisagens nos traçados urbanos, com a definição de ruas e praças, na construção de prédios públicos para a administração, as Igrejas, a Câmara e a Cadeia, nas residências e nos comércios particulares, os quais foram os que mais expressaram a cultura portuguesa na arquitetura (COSTA, 2014).

Com a inserção das características portuguesas nas cidades amazônicas, a cultura lusitana foi imposta em toda região. Destaca-se, então, que as influências pombalinas são as mesmas, uma vez que cada uma das cidades iniciou seu urbanismo a partir de um rio, com elevações de, no máximo, 300 metros de altitude e diversificada bacia hidrográfica, com períodos de vazantes e enchentes anualmente (MACHADO, 1990; COSTA, 2014).

A intervenção portuguesa foi a gênese para a compreensão urbana nas cidades amazônicas, pois marca a imposição europeia em território indígena modificando os nomes, a cultura e, principalmente, o espaço. Porém, o rio ainda é o principal elemento viabilizador para o crescimento das cidades, apenas adaptando-se a uma nova realidade inserida no contexto urbano.

De acordo com Trindade Junior et al. (2011), a cidade no contexto amazônico é baseado em diversidade regional e referências da pluralidade urbana das realidades; a partir da década de 1960, a expansão do urbano das cidades ribeirinhas deveu-se ao avanço tecnológico e industrial na região. Dessa forma, Becker (1990) e Trindade Junior et al. (2011) discriminam os diferentes tipos de urbanização na Amazônia:

urbanização espontânea: decorrente de ações de incentivo, especialmente do Estado, à apropriação privada da terra por empresas; *urbanização dirigida pela colonização particular*: direcionada por companhias colonizadoras privadas; *urbanização dirigida pela colonização oficial*: pautado no modelo de urbanismo rural do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra); *urbanização dos grandes projetos*: difundida por grandes projetos econômicos e de infraestrutura públicos e privados; *urbanização tradicional*: relacionada a cidades com poucas mudanças em sua configuração, muito ligadas ao padrão tradicional, à beira-rio, e com pouca repercussão da expansão das frentes econômicas (TRINDADE JUNIOR et al., 2011, p. 118).

Nas cidades amazônicas se nota a característica ribeirinha devido à importância para as relações culturais, econômicas e sociais que se desenvolveram a partir do uso do rio como meio de transporte, fonte de produtos para comercialização e valor cênico na composição da paisagem.

Cidades ribeirinhas como aquelas que apresentam uma forte ligação não apenas material, mas também simbólica com os rios. Portanto, não se definem simplesmente por estarem localizadas às margens deste, mas principalmente por estabelecerem relações que apresentam um conteúdo sociogeográfico tributário das águas, fortemente ligado à dinâmica da natureza e a uma temporalidade cadenciada, que são traduzidas no seu modo de vida, na sua paisagem e nas suas inter-relações, de caráter: funcional (circulação, uso doméstico, etc.), de subsistência material (recursos), lúdico (uso para entretenimento e lazer) e simbólico-cultural (fonte de representação e do imaginário social). Tais cidades, ipso facto, contam e estão contidas em um mundo de relações historicamente definidas (NUNES; TRINDADE JUNIOR, 2012, p.213-214).

De acordo com Trindade Junior et al., (2011, p. 119) “localizar-se na margem do rio é um primeiro fator para a identificação das cidades ribeirinhas⁶”. Assim, com a finalidade de identificar uma cidade como ribeirinha é importante – e lógico – que a locação seja a partir de margens aquáticas; contudo, além da espacialidade é preciso salientar a importância do rio para o cotidiano dos moradores, bem como levar em consideração os aspectos culturais cujo corpo hídrico está inserido na comunidade.

Ainda na percepção de Trindade Junior et al. (2011), baseado nos cursos fluviais o processo de crescimento das cidades ribeirinhas em em suas vias embrionárias os traçados urbanos a partir do rio, o que caracteriza a padronização ribeirinha no espaço cujo traçado estará associado a paisagem. Portanto, “a área central das cidades ilustra bem essa expressividade da paisagem” (TRINDADE JUNIOR et al., 2011, p. 119) e, dessa forma, o rio é a porta de

⁶ Trindade Junior et al. (2011) conceitua cidades ribeirinhas com cidades que surgiram a partir do processo de ocupação inicial do espaço amazônico por aldeamentos e povoados as margens dos rios

entrada/cartão postal que é dominado pelo setor de comércio e serviços que são formados por igrejas matrizes, praças, mercado municipal, feiras, porto.

Tratam-se de espaços marcados por objetos e formas espaciais ao rio, onde se desenvolvem relações que revelam muito da dinâmica dessas cidades, de solidariedades mais orgânicas, de pontos de encontro, do comércio do peixe, da troca de conversas, da agitação, da cerveja do fim da tarde, da compra e venda de produtos diversos, das narrativas, das tradições, etc. (TRINDADE JUNIOR et al., 2011, p. 119-120).

Consoante Trindade Junior et al. (2011), as cidades ribeirinhas possuem relações socioeconômicas e culturais que são traduzidas a partir da ligação com o rio não apenas por estarem localizadas às margens do rio, mas em função da apresentação do fluxo funcional de bens de consumo (doméstico, alimentício, lazer e sociocultural).

É importante considerar, ainda, a compreensão das cidades ribeirinhas quanto: a) aos recursos naturais como importantes fatores na dinâmica cultural e econômica dos núcleos urbanos para o desenvolvimento de atividades econômicas; b) a expressiva presença da população tradicional e originária do local, assim como, em menor presença, de migrantes que, em conjunto, contribuem para a dinâmica face à expansão urbana; e, c) a configuração da urbanização tradicional, com pouca modificação da beira-rio e grande influência de um centro regional, o que destaca o desenho dendrítico do ordenamento do território (CORRÊA, 1987).

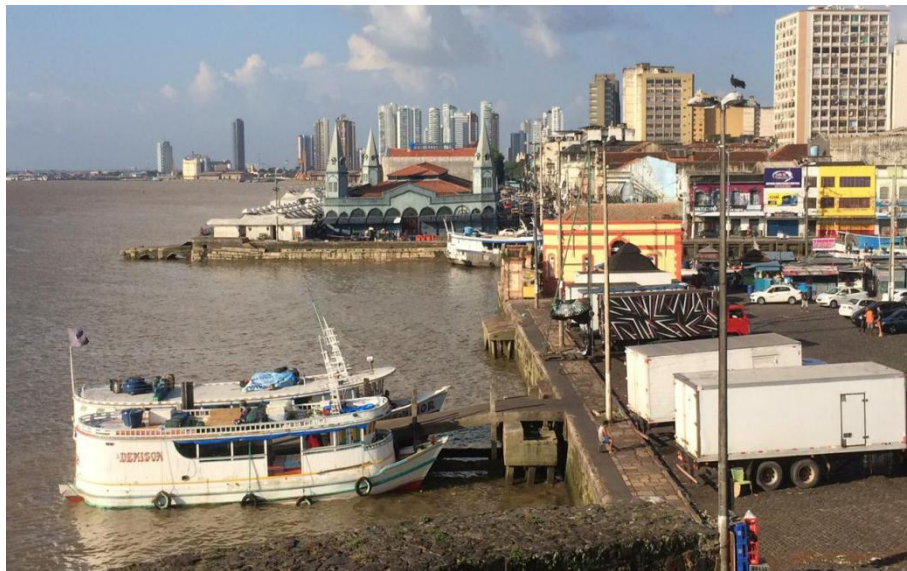
Desta maneira, na busca da compreensão das cidades ribeirinhas da composição da sua paisagem, Trindade Junior et al. (2011) acreditam que os elementos do entorno devem ser considerados em suas relações com o rio e a cidade, sendo que os autores especificam, para os casos amazônicos, o termo cidades da floresta pode ser complementada e articulada com o conceito de cidades ribeirinhas.

O conceito de cidades da floresta por Trindade Junior (2011) são cidades pequenas e que se associam aos corpos hídricos como rota de transporte fluvial e conexão com a dinâmica da natureza, da vida rural e das florestas pouco exploradas, sendo que, até a década de 1960, as cidades da floresta eram comuns nas regiões próximas às vilas, povoados, comunidades ribeirinhas, etc. As cidades da floresta são espaços urbanos que se articulam para atender demandas externas, tornando a floresta como elemento de pouca integração com os novos elementos da cidade e, principalmente, para a exploração econômica dos recursos naturais (TRINDADE JUNIOR, 2011).

A articulação dos conceitos “cidades ribeirinhas” e “cidades da floresta” auxilia na compreensão do rio como responsável da origem e do desenvolvimento das cidades na região amazônica.

Diante disso, as cidades amazônicas são, majoritariamente, ribeirinhas devido o início de todas as ocupações principiarem a partir da margem do rio – espaços esses que originam cidades e povoados são lugares que possuem histórias a partir do rio, sendo comum a todos (Figura 2). Nesses embriões são evidenciados, na atualidade, as heranças dos pioneiros que podem ser preservadas sob a égide da proteção da identidade e da memória para gerações futuras, sendo passíveis de tombamento pelos órgãos responsáveis.

Figura 2 – Orla da cidade de Belém/PA



Fonte: O autor, 2019.

Alude-se como a interação do rio e a cidade são dependentes em relação as funções que as margens do rio atuam, de tal forma que o rio é inserido no cotidiano da cidade e dos seus moradores e acordo com as funções dadas. Dessa interação, configuram-se paisagens que mudam com o tempo e com os interesses em que podem ser preservados patrimônios culturais para gerações futuras ou realizadas intervenções no espaço que produzam novas formas da urbanidade desconsiderando o elo afetivo das moradores descendentes de famílias tradicionais com o lugar.

Percebe-se, neste sentido, que muitos núcleos originários de cidades ribeirinhas, com seu patrimônio, ficaram no esquecimento no Brasil e no mundo, voltando o cenário pelo movimento de “volta à cidade”⁷.

De acordo com Coy (2013), morar próximo aos rios, por muito tempo, não era considerada uma situação de privilégio, uma vez que se localizavam nesses espaços os artesãos

⁷ Termo utilizado por BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine (org.). **De volta à cidade**: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos. São Paulo: Annablume, 2006.

pela proximidade com a água e pela facilidade para o trabalho. A burguesia no século XIX, nas áreas lacustres longe dos grandes portos e indústrias, passou a valorizar e adotar com critérios o espaço e as composições cênicas, o que foi decisivo para a consideração da localização como lugar de moradias. Dessa forma, atualmente, os projetos *waterfront*⁸ visam a revalorização da moradia próxima às margens dos rios para o público de alta renda (COY, 2013).

As retomadas dos interesses pelos núcleos históricos vão além da busca de salvaguardar a memória, sendo que várias são as razões que fizeram com que governos destinassem recursos para a prática de “resgate” dessas áreas. Essas áreas resgatadas possuem potencial para aderir funções de cultura e lazer por meio de diversas atividades dentro das cidades, bem como por meio de instalações temporárias ou permanentes (MOTTA, 2016).

Neste sentido, Coy (2013, p. 6) retrata que,

[...] diante as transformações socio-econômicas ocorridas nas cidades europeias e considerando as diversas funções que caracterizam a relação entre o rio e a cidade, muitas cidades reconhecem o grande potencial dos rios e das suas margens no âmbito das respectivas políticas de revalorização urbana.

Não se pode negar, entretanto, que houve a emergência da valorização dos núcleos históricos por serem considerados como regiões que agregam bens naturais e culturais de ordem material e imaterial, podendo ser eleitos como patrimônios que representam a memória que se quer guardar e preservar. Porém, esse retorno a esses espaços, de certa forma, forja os reais interesses a partir do propalado discurso da preservação dos costumes e dos modos de vida da sociedade que se quer envolver.

1.2 NÚCLEO HISTÓRICO: patrimônio histórico e cultural e legislação de preservação

As cidades cresceram e resguardaram seus núcleos originários ou núcleos históricos, o qual perpassou centralidades importantes em determinado momento do tempo. Neste sentido, núcleo histórico conceitua-se em espaços que evidenciam as características da gênese das cidades e os vestígios da ocupação humana, assim como as características arquitetônicas que guardam muitas memórias.

Alguns núcleos históricos são chamados de centro por possuir a função centralizadora econômica, social e administrativa (MENEGUELLO, 2005). No conceito amplo, os centros são espaços em que as cidades foram originadas e devido ao crescimento populacional as pessoas

⁸ São empreendimentos orientados para a água com o objetivo de valorizar a paisagem urbana.

tenderam a migrar às periferias. Portanto, centros caracterizam-se pela alta circulação de pessoas, fornecimentos de serviços e materiais (VARGAS; CASTILHO, 2015).

No entanto, as centralidades podem ser diferenciadas, pois pequenas aglomerações a grandes metrópoles tendem à polarização dos aspectos sociais, econômicos, patrimoniais. Dessa maneira, os centros históricos emergem destacando-se nos espaços pela representatividade patrimonial em relação a cidade (DGOTDU, 2005). Portanto, delimitar os centros históricos não é linear: facilita-se a delimitação a partir pequenas cidades e/ou cujo desenvolvimento moderno foi realizado no entorno, enquanto as grandes cidades tornam-se difícil devido aos diversos processos históricos que interferem dificultando a exatidão das fronteiras do passado, presente e futuro (CAVÉM, 2007).

De acordo com Ferrari (2004) o conceito de centro é o local mais concorrido da cidade, ou espaço urbano, não necessariamente o centro geográfico, onde se concentram atividades importantes à vida do cidadão, como prestação de serviços, comércio, bancos, recreação comercializada de massa e administração pública, quase sempre constituída por uma zona de deterioração urbana, por falta de adequado planejamento.

Com a crescente globalização do meio técnico-científico as cidades passaram pela readaptação das necessidades das sociedades contemporâneas, seja nas atividades desenvolvidas, seja no crescimento demográfico descentralizando os centros dos embriões urbanos (VARGAS; CASTILHO, 2015).

Alude-se que os núcleos históricos são repletos de valores culturais de povos, funcionando como testemunhos de épocas passadas e desdobrando-se em expressões, memórias e valores de um grupo, no tempo e espaço, que podem ser sentidos e vistos pelos bens tangíveis e intangíveis. A memória de uma sociedade é um fragmento importante da sua história e da construção da identidade individual e coletiva (RODRIGUES, 2015).

Na concepção de Motta (2016), a memória está engajada contra o esquecimento, independente se a experiência é boa ou ruim, por exemplo: os sobreviventes do massacre nazista, em que homens, mulheres, crianças e idosos foram assassinados em campos de concentração por não encaixarem-se nos ideais arianos. Entretanto, muitos alemães queriam que os antigos campos fossem destruídos para esquecerem o passado vergonhoso da Alemanha antiga.

Todavia, um dos principais objetivos da memória é que erros do passado não sejam repetidos no futuro, pois é na memória que se pode acessar o passado utilizando-se da subjetividade do presente, ou seja, é a representação do passado – e mais –, é a preservação, a evocação e a atualização de informações do passado; a memória é um lugar de reflexão.

A importância da memória é não esquecer marcas históricas de um determinado grupo, comunidade e/ou acontecimentos que ficaram marcados que as lembranças são passadas de geração após geração e, mesmo que o indivíduo não tenha passado pela escravidão, por exemplo, toma esse acontecimento como seu e carrega com orgulho e empoderamento.

Rodrigues (2015) destaca que a identidade de um grupo é formada através das memórias construídas, marca a unidade de grupo e demarca o lugar do indivíduo no mundo, isto é, é um sentimento coletivo de pertencimento que permite a identificação da parte com o todo. A identidade está ligada diretamente ao patrimônio, uma vez que o que se preserva não é o objeto e, sim, o significado que o artefato, por exemplo, tem ao indivíduo e/ou grupo acessado(s) por meio da memória – é a identidade que o objeto traz. Se o patrimônio é tombado ou registrado é porque existe uma relação de identidade e tem por finalidade que os traços identitários não desapareçam.

No desenvolvimento dos conceitos de memória e patrimônio foram criadas, então, o estreitamento e as ramificações de como pode ser aplicado. As Nações Unidas, em suas discussões sobre o patrimônio cultural, levaram em consideração a compreensão das conceituações e criaram cartas patrimoniais que foram desenvolvidas no decorrer dos encontros mundiais a partir da década de 1970, bem como foram desenvolvidos instrumentos, como o tombamento, que visam a proteção de bens de interesse cultural, histórico e artístico (BRASIL, 2017).

Assim, a importância da preservação do patrimônio faz refletir a relação direta de memória, e com a formação da cultura, os patrimônios culturais e naturais ajudam a manter a memória. Dessa forma,

[...] a Convenção para Proteção do Patrimônio Cultural e Natural foi organizada pela UNESCO e aprovada na Reunião de Paris em 1972, estabelecendo a inscrição de bens como patrimônio mundial. Com o objetivo de implementar a Convenção e permitir a inscrição e gestão da Lista, em 1976 foi criado o Comitê do Patrimônio Mundial e os primeiros núcleos foram então inscritos em 1978. O Comitê é constituído por 21 representantes dos estados membros da UNESCO, eleitos periodicamente, tendo uma reunião anual ordinária para discutir temas ligados à implementação da Convenção e para a inscrição de bens na sua lista, entre outros assuntos. Segundo as linhas gerais da Convenção aprovada em 1972, esses bens poderiam então ser inventariados e classificados para inscrição de duas maneiras diferentes a partir do valor a eles atribuídos: como patrimônio natural ou como patrimônio cultural (RIBEIRO, 2013, p. 34-35).

Desde 1972, a UNESCO discute questões relacionadas à proteção cultural, resultando na inscrição de bens culturais quando, em 1976, foram inscritos os primeiros patrimônios. No mesmo processo, foi aprovado o patrimônio natural fazendo com o que os bens tivessem que

encaixar nas duas categorias: cultural e natural. A preocupação mundial com os patrimônios da humanidade iniciou no século passado e virou centro de discussão em várias convenções mundiais do assunto, até, finalmente, ser institucionalizado, criando categorias para que cada bem seja analisado e catalogado (MORALES et al., 2019; RIBEIRO, 2013).

Na orientação de Carvalho e Funari (2010), patrimônio é uma palavra de origem etimológica do latim. Na Roma antiga, a palavra patrimônio tinha cunho de herança, material privado, o que era passado de pai para filho. No século XIX, a palavra criou o sentido de símbolo nacionalista: o orgulho de tudo que é produzido para a nação, o próprio da sociedade desenvolvedora do patrimônio. Atualmente, o patrimônio é dividido em duas vertentes: o Patrimônio Material é designado aos artefatos, objetos e edificações produzidos pelas pessoas de uma determinada sociedade, e o Patrimônio Imaterial que é relacionado a símbolos, cultura, práticas, crenças, valores, etc. (BRASIL, 2017).

A patrimonialização dos bens culturais tem como único objetivo salvaguardar a identidade de uma sociedade. O conjunto dos bens culturais, sejam materiais e/ou imateriais, como a arquitetura, a culinária, as festas, os rituais, os utensílios, torna capaz de identificar a qual grupo o indivíduo pertence (GONÇALVES, 2015). Então, todos os patrimônios seguem uma direção: a identidade – não a identidade individual, mas a identificação do indivíduo como um grupo, ou seja, o patrimônio cultural é um bem material e/ou imaterial associado à identidade e à memória de um grupo, de um povo, de uma comunidade.

O patrimônio histórico edificado pode ser visto como um artefato na medida em que, tanto um como o outro, são construções humanas, isto é, são coisas feitas pelo homem (CHIAROTTI, 2005). Neste sentido, a construção de qualquer patrimônio material tem a intervenção humana para fins de uso e, em algum momento histórico, aquela edificação obtém um valor de memória e importância.

Tanto a concretização quanto a permanência de um monumento têm como característica a de se ligar ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntariamente, das sociedades históricas, o que é um legado à memória coletiva (LE GOFF, 1992). Chiarotti (2005) reforça, também, que as construções nada mais são do que o legado de uma sociedade e de que parte dos acontecimentos importantes dela estão simbolizados para as próximas gerações.

Ferrari (2004) conceitua patrimônio cultural e histórico como bem comum de uma sociedade, herdado por ancestrais, constituído pelo sistema de ideias, conhecimentos, padrões de comportamento, artefatos, obras de arte, técnicas e outros que a caracterizam ou individualizam.

Segundo a Constituição Brasileira, constituem-se patrimônio cultural os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira (BRASIL, 1990). Os patrimônios, tanto material quanto imaterial, estão amparados por lei, tendo a sua preservação garantida por órgãos das esferas dos governos federal, estadual e municipal.

O Brasil possui patrimônios tombados por lei federal para a proteção dos bens materiais do país, segundo as suas características. O patrimônio material protegido pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional é composto por um conjunto de bens culturais classificados segundo sua natureza, conforme os quatro Livros do Tombo: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e, das artes aplicadas (BRASIL, 2017).

Os bens tombados de natureza material podem ser: imóveis, como as cidades históricas, os sítios arqueológicos e paisagísticos e os bens individuais; ou móveis, como as coleções arqueológicas, os acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos (GONÇALVES, 2015; BRASIL, 2017).

O patrimônio cultural imaterial, ou como também é conhecido, intangível, limita-se a toda memória ou sabedoria ligada à oralidade e imaterialidade da humanidade, como os saberes, as festas e as crenças que são alguns dos exemplos em que a memória pode permanecer como patrimônio. Os bens culturais de natureza imaterial dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer, assim como celebrações, formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas, e nos lugares como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas (BRASIL, 2017).

Geralmente, os bens imateriais criam um produto, o que se refere à intangibilidade, sendo como a sabedoria utilizada para a criação de um objeto musical, a fabricação de alimentos, a música (SANTILLI, 2015).

Para tanto, é necessário saber as diferenças entre tombamento e registros, uma vez que ambos são emitidos e analisados pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: os tombamentos são restritivos para os bens materiais e os registros para os bens imateriais (RIBEIRO, 2013). Desta forma, na Convenção para o Patrimônio Cultural e Natural, de 1972, estabeleceram-se os critérios para identificar um patrimônio cultural para que os estados tivessem embasamento para tomar bens culturais (RIBEIRO, 2013). Na sequência, segue o Quadro 2 expondo os critérios.

Quadro 2 – Patrimônio Cultural

I	Representar uma obra-prima do gênio criativo humano, ou
II	Ser a manifestação de um intercâmbio considerável de valores humanos durante um determinado período ou em uma área cultural específica, no desenvolvimento da arquitetura, das artes monumentais, de planejamento urbano ou de paisagismo, ou
III	Aportar um testemunho único ou excepcional de uma tradição cultural ou de uma civilização ainda viva, ou que tenha desaparecido, ou
IV	Ser um exemplo excepcional de um tipo de edifício ou de conjunto arquitetônico ou tecnológico, ou de paisagem que ilustre uma ou várias etapas significativas da história da humanidade, ou
V	Constituir um exemplo excepcional de habitat ou estabelecimento humano tradicional ou do uso da terra, que seja representativo de uma cultura ou de culturas, especialmente as que se tenham tornado vulneráveis por efeitos de mudanças irreversíveis, ou
VI	Estar associado, direta ou tangivelmente, a acontecimentos ou tradições vivas, com ideias ou crenças, ou com obras artísticas ou literárias de significado universal excepcional.

Fonte: Brasil (2017).

A grande variação de critério para que um bem seja considerado um patrimônio cultural, em grande parte, é caracterizada pela genialidade humana, seja por objetos, elementos arquitetônicos, cidades, saberes tradicionais, entre outros. Os bens culturais são divididos em materiais e imateriais no que abrange a diversidade cultural humana, o que demonstra a capacidade de produção de elementos que expressam a forma de como cada sociedade vive, demonstrando uma crença, marcando um acontecimento importante e exibindo o orgulho local.

Com o esvaziamento dos centros históricos e o abandono dos patrimônios culturais, a deterioração dos elementos é eminente, possibilitando o crescimento de problemas sociais que são inseridos nesse contexto. Grupos em vulnerabilidade social são os novos ocupantes dos bens abandonados, aumentando o índice de violência, prostituição e tráfico de drogas. Em consequência, a identidade é perdida junto com o pertencimento da sociedade com o espaço, os quais são afetados pela descaracterização das edificações (VIEIRA, 2008).

Neste sentido, Barros e Carriço (2019) destacam como consequência da transferência das atividades para outras regiões das cidades o esvaziamento dos centros históricos devido ao crescimento urbano. Assim, com a adesão aos novos estilos de vida e a dificuldade de inserção do antigo tecido urbano com o novo, estimulam-se as mudanças espaciais nos centros. No que tange aos patrimônios históricos, o abandono dos proprietários é comum devido ao alto custo de reforma e manutenção, assim como a necessidade de conhecimento técnico para a realização do mesmo.

Vieira (2008) ressalta as dificuldades de gestão para a resolução da deterioração dos centros históricos, a saber: (1) a gestão urbana nos centros históricos é instável em suas estruturas; (2) a necessidade de aumento de instrumentos de proteção patrimonial atualizados; (3) as inadequadas ferramentas de planejamento; (4) a seletividade das parcerias público-privadas para financiamento de programas que tenham rápido retorno financeiro; (5) a difícil união das esferas de poder ao mesmo tempo; e, (6) a negligência dos métodos arcaicos de abordagem dos atores locais (moradores e empresários locais) para consulta e diálogo com o poder público.

A composição política e a rotatividade evidenciam, então, a instabilidade estrutural da gestão pública que contribui para a deterioração dos centros históricos pela falta de continuidade das ações de resgate dos centros históricos. Ainda, a proteção patrimonial necessita de atualizações nos instrumentos legais dos patrimônios históricos e as ferramentas para o planejamento a longo prazo (BARROS; CARRIÇO, 2019).

As parcerias entre a esfera pública e a privada são tomadas com frequência nas requalificações dos centros históricos; portanto, preocupa-se com a obtenção do lucro visado pelos empresários atribuindo atividades de turismo e especulação imobiliária que impactam na preservação cultural e ambiental, o que ocasiona outros problemas como a gentrificação e a segregação social (FERKO; FERETTI; SETTE, 2008). Dessa forma, compromete os indivíduos que convivem ou conviverão com as consequências das más decisões de intuito financeiro, sendo necessário que os moradores e os empresários locais sejam consultados, bem como avaliar os diversos aspectos que o empreendimento impactará.

Vieira (2008) estabelece, ainda, os pontos estratégicos para as requalificações em regiões históricas: a participação popular é necessária para a manutenção das ligações sociais e afetivas com o lugar, enquanto que a gestão pública necessita aderir a estratégias de recuperação das edificações históricas, em melhorias na infraestrutura e na segurança, com o objetivo de garantir funções que visam a melhoria das ambiências e utilizações para os centros históricos com o intuito de garantias econômicas, culturais e sociais.

Diante disso, os patrimônios culturais e históricos são característicos dos núcleos das cidades, principalmente na Amazônia pela composição de elementos arquitetônicos e urbanísticos em relação com os rios, compondo paisagens únicas que foram modificadas com o decorrer do tempo e dos interesses.

1.3 PAISAGEM

O início da representação das paisagens ocorreu a partir dos escritos de Montaigne, nos relatos de viagem à Itália no século XVII, e dos aquarelados de Albrecht Dürer, produzidos nas viagens aos Alpes austro-italianos na transição dos séculos XIV-XV. A paisagem foi primeiramente registrada sob pinturas, por meio de olhares minuciosos e perfeccionistas dos artistas orientais e ocidentais, com as pinturas de Fra Angelico, de Toscana, Jérôme Bosch e os esboços de Da Vinci, sendo que a paisagem parte para as configurações simbólicas, alegóricas ou até mesmo decorativas com função de pano de fundo da cultura antropogênica (MAXIMIANO, 2004).

Para Pimenta e Pimenta (2010), a paisagem é uma palavra derivada do francês *paysage*, que tem como raiz o latim *pagus*, significando “pequena porção de terra delimitada”, “cantão rural”, bem como derivada do verbo *pangere*: “fincar na terra um marco”. O sufixo age é uma ação, verbo, isto é, a terminologia do termo já clareia as ações naturais e culturais no espaço que formam a paisagem.

Na concepção de Bertrand (1972), o termo “paisagem” é utilizado nas diversas formas para ser encaixado no entendimento de cada pesquisador, tornando-o impreciso, pois são os anexos qualitativos de restrição que modificam o sentido. Destaca-se, desta maneira, a problemática epistemológica devido ao estudo adequado e sucinto da dialética.

Paisagem, portanto, é um termo bem amplo e muito utilizado nas áreas da arquitetura, urbanismo, geografia, das ciências ambientais, do patrimônio cultural, da identidade, da memória e como recurso natural. “A palavra paisagem, cheia de conceitos e significações diversas, requer uma delimitação para seu uso e uma explanação acerca das implicações ideológicas embutidas em torno de sua limitação” (MANTOVANI; BARBOSA, 2015, p. 270).

Sendo assim, Correia, D’Abreu e Oliveira (2001) ressaltam que o conceito de paisagem pode ser considerado nas mais diversas formas de compreensão e perspectiva devido a abordagem transversal, interdisciplinar e holística da ecologia da paisagem, formando um sistema complexo e dinâmico com mútuas influências naturais e culturais.

A compreensão da paisagem implica, assim, o conhecimento de fatores como a litologia, o relevo, a hidrografia, o clima, os solos, a flora e a fauna, a estrutura ecológica, o uso do solo e todas as outras expressões ecológicas, o uso do solo e todas as outras expressões da atividade humana ao longo do tempo, bem como a análise de sua inter-relação, o que resulta numa realidade multifacetada (CORREIA; D’ABREU; OLIVEIRA, 2001, p. 198).

Para Ferreira, Lanari e Moreira (2014), a paisagem pode ser entendida como sendo os espaços em que se realizam as práticas culturais, bem como na qual se expressam diversos saberes e linguagens responsáveis pela constituição de identidades entre os habitantes de um mesmo território.

No entendimento de Mantovani e Barbosa (2015, p. 277), pode-se verificar no dicionário o conceito de paisagem como sendo “uma extensão de território que se abrange com um lance de vista, panorama, vista” ou, ainda, como uma “pintura, gravura ou desenho que representa ou em que se descreve um sítio natural, rural ou urbano”. Percebe-se, então, a vastidão do conceito de paisagem, sendo preciso estudar cada um detalhadamente.

Nas discussões de patrimônio nos âmbitos culturais, seja material ou imaterial, assim como nos recursos naturais, em especial, na conceituação de paisagem, esses temas foram discutidos separadamente, levando-se a pensar que eram dois temas totalmente distintos; porém, no século XX começa o debate sobre a nova categoria de discussão: as paisagens culturais (RIBEIRO, 2013).

Ferreira, Lanari e Moreira (2014, p. 54) complementam que:

[...] a paisagem não deve ser compreendida apenas como um meio natural ou artificial, e sim como uma complexa rede de percepções em interação com o meio, composta por processos de criação e recriação a partir das permanências e modificações impostas ao meio físico a partir da ação dos seres humanos. As paisagens, portanto, são fenômenos sociais dotados de forte carga de subjetividade.

A paisagem tem sofrido interferência humana desde o começo, e foi percebida a necessidade de uma nova categorização dos patrimônios, uma vez que o cultural encontra o natural no caminho e ambos formam uma nova paisagem para ser apreciada pela comunidade e quem as visita.

De acordo com Ferreira, Lanari e Moreira (2014), a paisagem pode ser entendida como sendo os espaços em que se realizam as práticas culturais, nos quais se expressam diversos saberes e linguagens responsáveis pela constituição de identidades entre os habitantes de um mesmo território; “a cultura é o agente, a área natural, é o meio, a paisagem cultural, o resultado” (SAUER, 1925, p. 25).

Assim, é nítida a interação da natureza com a cultura construída pelo homem, criando uma nova forma de observação – e não apenas com o natural e os patrimônios culturais separadamente, que agora são organismos unificados e têm que ser avaliados conjuntamente. Acerca deste propósito, Ferreira, Lanari e Moreira (2014, p. 56) citam “a própria origem

bipartidária da preocupação com o patrimônio mundial, oriunda de dois movimentos separados: um que se preocupa com os sítios culturais e outro que lutava pela conservação da natureza”.

Ao associar o estudo das paisagens a apenas seus aspectos geográficos, atribuíram à paisagem a condição de “suporte da vida”. Neste sentido, mesmo quando preocupada com as formas de apropriação do meio pelo homem, ele coloca os recursos naturais como se estivessem à disposição dos homens, que “modelariam” a base física do mundo de acordo com suas necessidades (FERREIRA; LANARI; MOREIRA, 2014).

Sendo assim, pode-se inferir que a paisagem é um recurso natural por conter todos os componentes da natureza, e que no decorrer da história tornou-se elemento de grande valia para a sociedade no quesito econômico quando se pensa no capitalismo. Entretanto, todos os povos usaram os recursos naturais como uma moeda de troca, como era o ouro, a prata, a troca de objetos por animais (muito comum na antiguidade), ou seja, muito antes do capitalismo como conhecemos hoje ser adotado pela maioria das nações.

Desta forma, Venturi (2006, p. 16) complementa em sua conceituação que:

[...] se, por um lado, os recursos naturais ocorrem e distribuem-se no estrato geográfico segundo uma combinação de processos naturais, por outro, sua apropriação ocorre segundo valores sociais. Dessa interação sociedade-natureza decorrem determinadas formas de organização social sobre o território, influenciadas, tanto pelos processos naturais que determinam a ocorrência (ou a não ocorrência) e a distribuição territorial dos recursos, como pelos valores sociais vigentes no contexto da apropriação, sendo que quanto mais valorizado é um recurso, maior sua mobilidade sobre o território.

A natureza modificou-se naturalmente no decorrer das eras formando os recursos que têm sido utilizados para a produção de consumo e de abastecimento de seus grupos sociais, os quais nasceram de uma demanda particular de cada comunidade, e de como serão manejados. Assim, a cultura que justificava as diferentes realizações do homem sobre a terra, mais do que a genética ou as condições do meio, tem como preocupação evitar a confusão – ainda comum – entre o orgânico e o cultural (LARAIA, 1986).

A paisagem para Bertrand (1972, p. 1), portanto, “é uma determinada porção do espaço que resulta da combinação dinâmica dos elementos físicos, biológicos e antrópicos, os quais interagindo dialeticamente uns sobre os outros, formam um conjunto único e indissociável em perpétua evolução”. Para o autor, fica claro, ainda, a relação dos diferentes atores participantes que estão em constante evolução, criando, assim, uma dinâmica e formadora paisagem.

Portanto, a humanidade, desde o começo de sua história e existência, interfere diretamente na modificação da paisagem, fazendo com que cada vez mais a paisagem natural

venha sendo substituída pelas paisagens antrópicas. Em meio as múltiplas interpretações, há um consenso de que a paisagem cultural é fruto do agenciamento do homem sobre o seu espaço. No entanto, ela pode ser vista de diferentes maneiras. A paisagem pode ser lida, então, como um documento que expressa a relação do homem com o seu meio natural, mostrando as transformações que ocorrem ao longo do tempo (RIBEIRO, 2013).

Cada vez mais, têm-se as modificações das paisagens principalmente pelo crescimento acelerado das cidades iniciado no período da industrialização. Sabe-se que quando o homem deixou de ser nômade e tornou-se sedentário, durante a revolução neolítica ⁹(formando, assim, os primeiros grupos que fixaram lugar), então “o desenvolvimento das técnicas que possibilitou o homem deslocar-se no espaço geográfico a natureza passa ser dominada, domesticada pelo mesmo para atender suas necessidades em todas as suas dimensões, econômica, social e cultural” (SOUZA; SANTOS, 2017, p. 7).

Então, as ocupações humanas nas primeiras civilizações foram os berços dos crescimentos das cidades, e com ela toda a necessidade de interferência na paisagem natural:

[...] as cidades hoje são o lócus onde mais da metade da população vive no mundo. Assim com o alto grau de urbanização cada vez mais os espaços urbanos ocorrem a minimização de áreas naturais que vão dando lugar às construções edificadas, tornando mínimo os espaços verdes arborizados e o contato do homem com o meio natural que fica restrito a áreas construídas muitas vezes pelo próprio homem como praças, parques e etc. (SOUZA; SANTOS, 2017, p. 12).

Com a maioria da população mundial vivendo nas cidades, é inevitável a modificação da paisagem natural, o que faz com que, no lugar de árvores e lagos, haja prédios e asfaltos em nome do conceito moderno de desenvolvimento. Ainda acerca desta questão, vale citar que:

[...] a cidade moderna produz e reproduz novos territórios em seu processo de desenvolvimento, criam-se novas formas esculturais e tipológicas urbanas (como praças, jardins, parques) espaços artificiais construídos pelo homem, condicionando ao crescimento do espaço geográfico urbano e a redução rural (SOUZA; SANTOS, 2017, p. 12).

O fato é que a mudança da topografia original, a diminuição da cobertura vegetal, a perda de habitat de animais e espécies da flora, a diminuição da permeabilidade do solo, entre muitas outras modificações foram feitas para serem criadas as cidades. Vale lembrar, neste sentido, que não somente as cidades têm o papel das paisagens antrópicas, como também o

⁹ É a transição de larga escala das culturas humanas do modo nômades para sedentários fixos

ambiente rural modifica, e muito, o meio em que vive, principalmente em áreas para a agricultura (RIBEIRO, 2013).

A criação de novas disposições espaciais faz com que o ecossistema modificasse, assim, as cidades criam novas paisagens, como é ressaltado por Yáziqi (2002, p. 87): “a construção de uma nova cidade gera a ‘construção’ de uma nova paisagem. A paisagem está associada à passagem do tempo sobre um determinado local, às percepções das formas e do mundo” – mais uma vez frisando sobre a visão de mundo de quem contempla a paisagem e o significado pessoal e social.

Desta forma, o homem modificou a paisagem não apenas para suprir suas necessidades, mas também para se identificar, como afirmam Andreotti e Furlanetto:

[...] o homem inventou-a para falar de si mesmo através da imagem. Somos nós mesmos na nossa paisagem. E isso porque nós modificamos o ambiente com todos os seus elementos naturais através das nossas atividades materiais, das necessidades políticas, das instâncias econômicas, dos ordenamentos jurídicos, mas sobretudo depositamos a nossa cultura e a nossa concepção de mundo (*Weltanschauung*), o nosso modo de pensar e viver, as nossas crenças religiosas, a nossa pulsão espiritual, os nossos símbolos e valores. Todos esses elementos constituem uma ética que, com o filtro do tempo, se torna uma estética (ANDREOTTI; FURLANETTO, 2012, p. 6).

Em virtude disso, as cidades se tornam um verdadeiro sistema, com diversas formas de pensamento, de cultura e de pontos de vista que o delinear do tempo vai consolidando uma identidade. É um conceito que estabelece a unidade e a identidade para a própria geografia, pois cada parcela de paisagem possui uma característica própria, por meio dos relevos e das paisagens aquáticas e florestais, formando, assim, uma composição cênica de cada região, o que as torna tão peculiares e com identidade.

Desta forma, “o conceito de paisagem é essencialmente polissêmico e dinâmico, já que ao longo da história do pensamento geográfico o conceito teve múltiplas interpretações, de acordo com a abordagem geográfica” (RISSO, 2008, p. 68).

Seabra (2009) pontua a preocupação com as modificações humanas devido ao uso descontrolado dos recursos naturais, sendo que muitos bens não-renováveis, uma vez esgotados, somente após um ciclo geológico podem, talvez, voltar a produzir petróleo, por exemplo. Em consequência, a qualidade e a saúde da paisagem nos centros urbanos ficam comprometidas devido aos problemas de escassez de água e de poluição do ar, assim como na paisagem rural com o frenético processo de desertificação, a infertilidade do solo, o desmatamento, as queimadas.

A diversidade de aspectos físicos e humanos encontrados na superfície terrestre relaciona-se aos diferentes processos atuantes na elaboração da paisagem. Através da observação, é evidente que as paisagens diferem de lugar para lugar, como consequência da natureza, intensidade e duração dos processos de mudança (SEABRA, 2009, p. 134).

Com isso, é observada a intervenção humana nas paisagens naturais formando, então, as paisagens antrópicas. Nesse sentido, “dentre as diferentes formas de contato do homem com a natureza, que fica evidente uma forma de projeção dos indivíduos sob os objetos e os elementos a respeito dos quais desejam refletir” (MANTOVANI; BARBOSA, 2015, p. 270); assim, de acordo com a necessidade ou vontade humana, a paisagem é modificada e adaptada para suprir o objetivo.

Soares Filho (1998) observa que as paisagens podem ser classificadas em natural, construída e transição. O autor destaca a paisagem natural como um bem intocado pelo homem – de certa forma, essa conceituação faz sentido e é aceita no dado contexto, mas a partir do momento em que o homem se fez presente no globo terrestre ocorreu a descaracterização da natureza intocada.

Na concepção de Ferraro, Bered e Pangel (2012), as paisagens naturais e antrópicas diversificam a superfície terrestre criando diferentes paisagens, tendo a necessidade do estudo das relações da sociedade e da natureza abrangendo os elementos naturais, sociais e econômicos em constante dinamismo.

A paisagem é diferenciada e compartimentada entre paisagem natural, que reflete as interações dos elementos naturais (relevo, vegetação, solo, rios, etc.), e paisagem cultural, como resultado da ação do homem e da sociedade sobre a natureza, da qual resultam os espaços urbanos e rurais. Mas também, a paisagem como um objeto que pode ser sentida pelo homem, trazendo-lhe inúmeras sensações e sentimentos (VERDUM et al., 2012, p. 119).

Dessa forma, é necessário o aprofundamento dos mais diversos tipos de paisagens: natural e cultural (paisagem rural e paisagem urbana), conceituando as inter-relações e a confirmação das intervenções antrópicas.

1.3.1 Paisagem natural e a (In)tocabilidade da natureza

As paisagens naturais são espaços físicos com o mínimo de interferência humana, sendo que, para Ferraro, Bered e Pangel (2012), na caracterização de elementos da paisagem natural são considerados fatores abióticos e vegetação original. A originalidade e a intocabilidade das paisagens são questionáveis devido a presença do homem, mesmo que em menor escala, à medida que foram modificadas, perdendo o *status* de “sem interferência humana”.

Historicamente, o homem e a natureza foram analisados separadamente dentro de dicotomias. “A relação entre homem e natureza não se limita ao pensado em termos científicos” (FERREIRA; LANARI; MOREIRA, 2014, p. 55), sendo um conceito muito além de estudos que envolvem o entendimento empírico de como a natureza interage com determinados grupos de indivíduos, ou seja, é mais delicado do que colocar apenas conceitos científicos.

Consoante Alves, Gonçalves e Costa (2014), o homem modifica a natureza diante das suas necessidades. Existe, portanto, uma relação entre o social e a natureza que se insere no trabalho e nas necessidades do homem para manter-se e, ao mesmo tempo, transformar a natureza e se modificar transcendendo, então, do ser biológico para o social.

A interação destes dois polos é inevitável e estreitamente relacionada com o futuro e para a sobrevivência, pois o homem necessita da natureza para tirar o sustento e manter a forma de vida, enquanto a natureza precisa ser conservada pelas ações humanas para que haja equilíbrio. “A separação entre o homem e a natureza, como dois mundos diferentes, não pode ser justificada na medida em que se compreende que, o homem é indissociável da natureza, e faz parte desse sistema, desse conjunto como um todo” (SILVA; SANTOS, 2017, p. 48).

Um exemplo sobre a presença humana antes da paisagem natural conhecida a partir dos registros históricos é o trabalho de Kanpf e Kern (2005) quando relatam evidências arqueológicas das atividades humanas nas paisagens amazônicas, modificando as vizinhanças dos espaços no período pré-histórico tardio. Essas sociedades indígenas, em regiões amazônicas, formaram volumosos rejeitos que modificaram as características físico-químicas do solo, assim como a construção de grandes estruturas de terra para a utilização agrícola e ocupação humana (KANPF; KERN, 2005).

Por meio destas atividades, o homem pré-histórico favoreceu, introduziu e atraiu cultivares ou espécies nas áreas que ocupava. Neste sentido, os solos acometidos com as intervenções humanas são presentes na paisagem amazônica devido as evidências de ocupação de variados povos e culturas (KANPF; KERN, 2005).

Historicamente, existem as teorias conservacionistas e as preservacionistas nos Estados Unidos que deixam clara a diferença entre elas indo além da gramática. “Em termos teóricos nos Estados Unidos, no século XIX, haviam duas visões de conservação do ‘mundo natural’ que foram sintetizadas nas propostas de Gifford Pinchot e John Muir” (DIEGUES, 2001, p. 28).

Contudo, com as ideologias e as formas de pensamento de como a natureza deve ser manipulada, na segunda metade do século XIX percebeu-se os efeitos da industrialização, bem como que a natureza não era infinita como se pensava, sendo, então, respostas aos efeitos destrutivos do modelo de desenvolvimento da sociedade (DIEGUES, 2001).

De acordo com Assmann e Melo (2016), os preservacionistas tinham como conceito-chave a intocabilidade, ou seja, a natureza é um ecossistema sem a necessidade da presença humana, desconsiderando-se, assim, o valor econômico e utilitário que poderia proporcionar à humanidade, condenando o extrativismo e a exploração predatória da fauna, da flora e a utilização dos recursos hídricos, do solo e dos recursos não-renováveis.

No entendimento de Corazza, Fracalanza e Bonacelli (2015), o preservacionismo defende que os recursos naturais devem ser preservados de forma intocável para garantir a integridade, a perenidade e a disponibilidade. É a corrente ideológica que é utilizada para preservar uma espécie endêmica e/ou ambiente natural – que podem ser perdidos –, isto é, os preservacionistas propõem a criação de santuários intocáveis, como Yellowstone que foi o primeiro parque de preservação do mundo criado nos Estados Unidos com os ideais preservacionistas. Para tanto, um dos principais pensadores e defensores da ideologia do preservacionismo é o naturalista escocês John Muir.

Em contrapartida, em debate com o preservacionismo nasce o conservacionismo, que tem como corrente ideológica o entendimento da utilização dos recursos naturais que deve ocorrer de forma sustentável e consciente, levando em consideração as necessidades atuais e futuras.

Para o conservacionismo é vital a participação humana, uma vez que é preciso gerenciamento e, como parte do processo de proteção, os atores que vivem nessas áreas são os verdadeiros guardiões e auxiliam o crescimento do conhecimento empírico para o científico, a fim de solucionar problemas da sociedade por meio da natureza; sendo assim, podem usufruir dos recursos naturais e o que é proporcionado. Propõe, ainda, a criação de áreas de preservação com o objetivo de proteger as espécies em perigo de extinção e endêmicas. Portanto, essa ideologia tornou-se alicerce de políticas para o desenvolvimento sustentável em escala mundial, bem como para políticas locais (CORAZZA; FRACALANZA; BONACELLI, 2015).

Assmann e Melo (2016) informam que na formação da literatura sobre salvaguardar os recursos naturais com o objetivo de conscientizar a sociedade da importância de mantê-los para as próximas gerações, surgiram os termos preservação ambiental e conservação ambiental – estes são os mais utilizados.

1.3.2 Paisagem cultural (urbana e rural)

Foram vistas na seção anterior as relações e conceituações de paisagem natural, bem como os movimentos e a inevitável interferência humana, desde a pré-história, em que se

encontram vestígios das passagens dos antigos homens e como foram configuradas as paisagens naturais conhecidas no século XXI. Dessa forma, as maiores concentrações de pessoas fizeram com que fossem formatados outros tipos de paisagens: as antropogênicas, uma vez que os meios rurais e urbanos e a relação cidade-campo não podem ser compreendidos separadamente.

Diante disso, de acordo com Castriota (2009) e Ribeiro (2010), as paisagens culturais são combinações do homem com a natureza, pois nelas estão representadas a evolução da sociedade e das ocupações humanas no decorrer do tempo, por meio de fatores físicos, forças sociais, econômicas e culturais internas e/ou externas. Assim sendo, o conceito de paisagem cultural é multifacetado devido a diversidade de interações da humanidade com o meio ambiente nas paisagens urbanas, nos projetos paisagísticos e nas paisagens rurais, como os campos agrícolas, as rotas de peregrinação, etc.

Entidades como a UNESCO e o Icomos, em 1992, criaram a chancela da Paisagem Cultural e, por sua vez, o Brasil, em abril de 2009, por meio do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, promulgou a Portaria nº 127 que determina a chancela de paisagem cultural (CASTRIOTA, 2009; MORALES et al., 2019).

Ainda no campo patrimonial, devido à variedade de tipos de paisagens culturais e os vastos critérios de avaliação, foram classificadas três categorias de reconhecimento dos comitês: “a paisagem planejada e criada pelo homem; a paisagem que se desenvolveu organicamente, que desdobra em paisagem relíquia ou paisagem continuidade; e a paisagem associativa cuja valoração dá-se por relações religiosas, artísticas ou culturais com elementos naturais” (RIBEIRO, 2010, p. 22).

Na concepção de Paes (2010), no decorrer do século XX o desenvolvimento urbano e industrial criou uma confusão na organização material das paisagens e na representação simbólica, pois, na globalização, são afirmadas as relações interculturais e sociais, homogeneizando e internacionalizando o mercado, os meios de comunicação, as artes e a política. Dessa forma, as paisagens mudam as configurações locais, migrando para elementos de escala mundial (NÓR, 2013).

Assim, tanto nas paisagens rurais como nas urbanas, o homem expressa a paisagem de acordo com a cultura desenvolvida e, então, a paisagem é a interpretação de como o grupo social vê e projeta o mundo segundo os seus próprios valores e símbolos. Portanto, é preciso conhecer os participantes da paisagem cultural: a paisagem urbana e a paisagem rural.

Paisagem urbana é a impressão provocada por uma cidade em quem tem uma apreensão visual demorada do conjunto de suas fachadas arquitetônicas, logradouros públicos e mobiliário urbano, é a roupagem com que a cidade se apresenta (FERRARI, 2004).

Adam (2008, p. 63) conceitua paisagem urbana como “a arte de tornar coerente e organizado, visualmente, o emaranhado de edifícios, ruas, e espaços que constituem o ambiente urbano”. Desenvolvido em 1960, o conceito influencia entre os profissionais do urbanismo a compreensão da produção e da reprodução da paisagem, o que possibilita a análise e o entendimento da sua dinâmica a partir da estética dos elementos e dos impactos ambientais no cotidiano dos atores participantes do espaço urbano.

Isso porque, nas cidades circulam as pessoas, os materiais, as informações e a energia, cuja estrutura organizada é representada pela paisagem produzida, sendo que esse mesmo espaço está estruturado para que as pessoas residentes, os visitantes e os trabalhadores desempenhem suas diferentes funções dentro da sociedade formada pela predominância da paisagem urbana em redes, ruas, pavimentações, automóveis, etc. Portanto, há poucos animais e plantas formando o ecossistema animal, uma vez que há predominância humana (MENDES, 2006).

Segundo Mendes (2006), em seu trabalho sobre a paisagem ambiental urbana, trata-se de como a imagem de uma cidade é formada por símbolos ou conjunto de símbolos que estão condicionados aos conceitos de identidade, de estrutura e de significado. Os conceitos citados variam de acordo com quem tem contato, uma percepção individual ou coletiva consoante a conjuntura social e cultural em que os valores, os signos e os símbolos são inseridos na paisagem urbana.

Desta forma, Mendes (2006, p. 48-49) refere que, em relação

[...] a identidade como elemento fundamental na composição da imagem ambiental, é possível afirmar que a paisagem urbana pode ser expressa por uma marca “logomarca”, ou seja, pode ser “traduzida” e resumida em uma cena que estabelece uma referência direta com a cidade. [...] os elementos de publicidade exterior também podem caracterizar a identidade de uma cidade, quando respondem por sua singularidade e propiciam o reconhecimento de sua paisagem. [...] significado na composição da imagem ambiental quando é componente da “marca” ou da identidade ambiental que está no contexto de interpretação individual e coletiva que envolve, muito mais que um signo icônico, uma série de outras características para além da visualidade da paisagem.

Portanto, Mendes (2006) faz referência aos grandes marcos que representam uma cidade, como, por exemplo, o desenho urbano de Boa Vista e o Teatro Amazonas em Manaus, que representam a identidade do local, fazendo com que todos que conheçam suas marcas a reconheçam.

No que se refere as paisagens rurais, Ferrão (2000) trata dos elementos historicamente representativos e formadores dos espaços agrícolas, da produção de alimentos como função

principal e, em consequência, da agricultura como atividade econômica dominante, assim como do grupo social como sendo a família camponesa, com valores, modos de vida e comportamentos próprios, e cuja paisagem representa o equilíbrio dos elementos naturais com as atividades humanas desenvolvidas. Para tanto, o meio ambiente rural se opõe totalmente ao mundo urbano, não apenas pelo modo de viver dos grupos sociais participantes, mas em função das relações simbólicas e representativas dos elementos culturais, sociais, econômicos, etc.

As mudanças da paisagem rural e as relações urbano-rurais foram crescentes no final da Segunda Guerra Mundial, trazendo a divisão do mundo rural tradicional e do mundo rural moderno. Assim, a modernidade e o acesso às tecnologias e aos equipamentos de não exclusividade das cidades trouxeram o fortalecimento da produção agrícola em massa para o desenvolvimento social e econômico em total contraponto com a agricultura tradicional (FERRÃO, 2000).

No entanto, algumas áreas rurais não-agrícolas são construídas com a ideia de patrimônio e, assim, a “renaturalização” do que foi destruído em atividades anteriores entra em processo de proteção e valorização, procurando manter a identidade local por meio da autenticidade dos patrimônios culturais em contraponto com a globalização e com os mercantilismos das paisagens rurais. Tem-se, então, a expansão e o aumento das atividades de turismo e de lazer que objetivam não apenas ganhar o sustento com as máquinas e com a agricultura.

Na Amazônia a paisagem cultural possui o contexto diferenciado em função ao particularidades inserido a sua localização, intervenções políticas e natureza. De acordo com Trindade Junior (2010) até a década de 1960 era comum os núcleos urbanos serem chamados de “cidades da floresta” pelo baixo índice populacional, a frequente circulação fluvial, a ligação do ser humano amazônico com a natureza, o rural não-modernizado cuja floresta não foi altamente explorada.

A urbanização da Amazônia é representada por Santos (2005) dentro do contexto dos “quatro brasis” que de acordo com a expansão do meio técnico-científico é caracterizada pelas baixas densidades demográfica e técnicas, a necessária inserção de redes de conexão devido a fraca centralidade de transporte e comunicação, inventário dos recursos a serem desenvolvida para reconhecimento das potencialidades.

Há delimitação de um novo perfil regional que caracteriza a dinâmica de rede urbana, substituindo a paisagem urbana amazônica tradicional e rígida a partir década de 1960, ou seja, expressam as configurações do meio técnico-científico e modernização do território. “Como modernas plantas industriais; o novo sistema de circulação, estabelecido pelas rodovias

e ferrovias; as modernas redes de telecomunicações; os novos sistemas portuários; a expansão da rede de energia elétrica [...] a presença de grandes projetos econômicos e de infraestrutura” (TRINDADE JUNIOR, 2010, p. 120). Configuram as modernas cidades na região.

Portanto, a nova fisionomia urbana não foi homogênea em toda a região. Na Amazônia Ocidental, Manaus representa a principal expressão urbana cuja metrópole aumenta mais que o restante da região, acentuando a concentração urbana, populacional e econômica. Na Amazônia Oriental, a dinâmica em Belém tende o crescimento ser maior na região do que na metrópole devido aos investimentos econômicos e megaprojetos o que não acentua a concentração populacional e econômica (TRINDADE JUNIOR, 2010).

Diante disso, a paisagem cultural é entendida como a expressão humana no espaço, criando cenários de acordo com as necessidades da sociedade a partir das modificações sejam nas áreas urbanas e rurais. Inserido nesse contexto o paisagismo é uma das vertentes de intervenção no espaço urbano.

1.3.3 Paisagismo e paisagem

Ferrari (2004) conceitua paisagismo como arte que visa à criação, reforma da paisagem urbana e preservação, principalmente, ou da rural, assim como, os ajardinamentos dos espaços urbanos não-construídos é um dos principais objetivos do paisagismo. O que corrobora com Corona e Lemos (1972) em que é o estudo dos processos de preparação e realização da paisagem como complemento da arquitetura.

Segundo Macedo (1993), a dialética de paisagismo e paisagem é importante tendo em vista a industrialização e a evolução técnico-científica dos meios rurais que causaram transformações nos últimos três séculos no planeta. Estas modificações, então, criaram e recriaram espaços, assim como destruíram formas de vida e importantes recursos naturais.

O paisagismo, neste sentido, é um conhecimento interdisciplinar baseado nos conhecimentos da arquitetura, das ciências naturais, sociais, artes, solos e tecnologias. Porém, em especial das artes pela grande diversidade de espécies em cores, formas e texturas em áreas não construídas, dando funcionalidade, composição estética e harmonia, além de características para o espaço (MACEDO, 1993).

Desta forma, consoante Mattiuz e Paiva (2016), os jardins são marcados pela história desde a antiguidade, com exemplares no antigo Egito com árvores frutíferas, leguminosas e flores para a alimentação e celebração de rituais. Entre os jardins mesopotâmicos, destacam-se os registrados na bíblia: os Jardins Suspensos da Babilônia construídos pelo Rei

Nabucodonosor como presente à esposa, que se configura uma obra ousada para a época com o uso da tecnologia de irrigação e com os, aproximadamente, 100 metros de altura que possibilitavam observações do alto da torre e visões privilegiadas da paisagem.

Os jardins persas, assim com os islâmicos, tinham como foco a representação de elementos da natureza (água, fogo, ar e terra) em quatro quadrantes cortados por dois canais, com os jardins contendo árvores frutíferas e plantas aromáticas e ornamentais. Os gregos valorizavam os templos e não aprovaram a interferência humana nos jardins com formas orgânicas, e apenas cultivaram os jardins para consumo de leguminosas, trigo, frutas, oliveiras e flores. Os jardins romanos incorporaram artes gregas, como as estátuas, e eram integrados às residências, tendo forma geométrica e metódica com muros revestidos com plantas trepadeiras, além de cultivarem plantas ornamentais e plantas utilitárias (MATTIUZ; PAIVA, 2016).

Em cada época da história da Humanidade, o paisagismo evoluiu de acordo com as interações e com as dinâmicas dos grupos sociais. Neste sentido, os jardins medievais eram lavrados nas proximidades de mosteiros e de castelos totalmente em cunho cristão, enquanto que os jardins da Idade Moderna (séculos XV-XVIII) cresceram à luz do Renascimento com o resgate dos jardins clássicos (gregos e romanos); ou seja, nesse período, cada país desenvolveu as próprias características de jardins, como o italiano, o francês e o inglês (MATTIUZ; PAIVA, 2016).

No Brasil, o paisagismo teve início a partir da colonização portuguesa, momento em que os jardins não tiveram tanto destaque como os jardins europeus, uma vez que as edificações ocupavam a totalidade do terreno, o que dificultou o cultivo de jardins e as tendências paisagísticas. Portanto, os poucos jardins eram plantados com espécimes com fins medicinais, de alimentação e de ornamentação, nos mosteiros e nos conventos (MATTIUZ; PAIVA, 2016).

O paisagismo brasileiro foi alavancado com a chegada da família real portuguesa de D. João VI em 1808, tendo como referência a Europa, marco de desenvolvimento e de civilização, quando o império estabeleceu o seu estilo na paisagem com a criação do Jardim Botânico, no Rio de Janeiro, o qual, posteriormente, foi transformado em Horto Real com aclimatização e cultivo de espécies ornamentais e exóticas (MATTIUZ; PAIVA, 2016).

Auguste François-Marie Glaziou foi um tanoeiro e agricultor francês do século XIX cuja experiência destaca-se na atuação profissional no Jardim Botânico de Bordeaux o que possibilitou para atuação no Brasil. Inspirado pelas semelhanças da paisagem brasileira e francesa que remetem sua infância somado aos conhecimentos de novas espécies adquiridas, despertou o interesse de Glaziou. Com a admiração do Imperador, foi possível a aplicação de seu talento paisagísticos em empreendimentos como jardins residenciais de nobres, Quinta da

Boa Vista, Palácio Leopoldina, entre outros projetos impressos marcando a origem do paisagismo brasileiro (HETZEL; NEGREIROS, 2011).

O modernismo brasileiro e mundial foi marcado pela presença de dois ilustres profissionais da arquitetura e paisagismo: Oscar Niemeyer e Roberto Burle Marx. Consoante Macedo (2003), as características do paisagismo de Burle Marx é o nacionalismo por meio das representações geométricas e dos usos de vegetação nativa, sendo que o marco projetual de Marx foi no Ministério da Educação e Saúde, no Rio de Janeiro, e na construção da Praça Itália, em Porto Alegre. Assim, além de outras obras em destaque, está o conjunto arquitetônico e paisagístico da Pampulha (Figura 3), que foi tombado como Paisagem Cultural pela UNESCO em 2016.

Figura 3 – Conjunto arquitetônico e paisagístico da Pampulha – Belo Horizonte/MG



Fonte: O autor, 2018.

O paisagismo “pode ser entendido como um processo consciente de manejo, planejamento e mudanças físicas na paisagem envolvendo o seu manejo e o projeto de lugares aqui considerados como segmentos específicos de uma paisagem total” (MACEDO, 1993, p. 52). Então, assim como na paisagem, o paisagismo é a intervenção direta do homem em uma pequena porção do espaço que impacta na totalidade da paisagem de acordo com a necessidade e do desejo do usuário.

As intervenções paisagísticas tendem, portanto, a respeitar três princípios básicos: observar e manter a dinâmica ecológica do espaço; atender as necessidades prioritárias da população quanto ao conforto ambiental, a acessibilidade, a infraestrutura, etc.; e, criar, recriar e obedecer aos padrões estéticos adequados para a população (MACEDO, 1993).

Para Gengo e Henkes (2013), o paisagismo contribui com o meio ambiente estabelecendo equilíbrio nas paisagens, principalmente nos grandes centros urbanos, demonstrando que sempre há espaços disponíveis para integrar o homem com a natureza. Dessa forma, “o paisagismo urbano é um dos instrumentos que podem ser utilizados para a melhoria da qualidade de vida e conforto ambiental” (GENGO; HENKES, 2013, p. 61).

Cesar e Cidade (2003) e Macedo (2003) dissertam sobre o paisagismo como a arquitetura da paisagem. Para os autores, a arquitetura da paisagem é baseada nas visões de mundo que valorizam a organização do espaço, sendo a vegetação o elemento fundamental da composição, bem como adotam medidas de intervenção em várias escalas, desde a paisagem rural até a urbana; o tradicional paisagismo distancia-se da jardinagem ou apenas de uma complementação do espaço urbano, tendo a presença de elementos construídos e de vegetação.

A arborização urbana são vegetações plantadas em vias públicas ou pelo plantio em parques, praças e calçadas. Portanto, o paisagismo possuem desempenho nas cidades para melhoria da qualidade do ar, promoção do bem-estar psicológico aos usuários urbanos, proporciona sombra aos transeuntes e veículos, redução da poluição sonora, proteção e direcionamento do vento, auxilia na redução da carga térmica o que corrobora com o conforto ambiental, moradia da fauna urbana (DANTAS; SOUZA, 2004; SANTOS JUNIOR; LACERDA; GOMES, 2013).

A cidade de Boa Vista, capital do estado de Roraima, extremo norte- brasileiro, passou por várias modificações da paisagem urbana e conseqüentemente, a presença do paisagismo nas vias e áreas públicas. Em 2014 a paisagem do município era composta por 16,17% em área urbana, 4,05% em solo exposto, 21,29% em vegetação ciliar/secundária, 9,25% em corpos d'água, 48,04% de savana (ARAUJO JUNIOR; TAVARES JUNIOR, 2017). Destaca-se a savana como marco paisagístico natural em abundância sujeito a expansão, seguida da área urbana em que as modificações do espaço foram intensivas.

No trabalho desenvolvido por Lima Neto et al. (2016) foi realizado um censo da composição florística em na área urbana de Boa Vista entre os anos 2012-2013. Foram identificadas 6.907 indivíduos distribuídos em 72 gêneros de 31 famílias botânicas. Portanto, foram evidenciadas apenas 9 espécies correspondem a 87% do total do população floral.

Devido a concentração em poucas espécies em função a diversificada população florística elucidada a participação da população no plantio e não pelo órgão público responsável o que gera despadronização da arborização urbana. Quando analisado pelas zonas, o Zona Central, área de estudo dessa pesquisa, apresentou maior concentração nas espécies (*L.*

tomentosa, *F. benjamina*, *S. malaccense*, *M. indica*) que popularmente são conhecidas como, respectivamente, Oiti, Figueira, Jambo e Manga (LIMA NETO et al., 2016).

Os espaços públicos são os principais marcos paisagísticos em Boa Vista expostos por meio dos equipamentos urbanos como o Parque Anauá construído a partir do Lago dos americanos na década de 1980, o complexo turístico Ayrton Senna, praças públicas distribuídas pela área urbana concentram a presença do paisagismo na área urbana.

Os diversos tipos de paisagens são formados a partir dos contextos histórico-culturais inseridos nas malhas urbano-rurais e na natureza resultantes das decisões humanas de intervenções no espaço. Diante disso, as comunidades vivenciam com os espaços criando laços afetivos, o que interliga com a memória, com a identidade e com o sentimento de pertencimento. Portanto, as paisagens são vividas pelos atores do cotidiano evidenciando uma nova categoria de análise que permeia por todo o trabalho: a topofilia.

Neste sentido, a paisagem é como uma matriz de complexos tipos de ecossistemas, bem como expressão e representação de grupos sociais – o que os tornam únicos e multidisciplinares, precisando se relacionar com as demais correntes teóricas. Assim, na próxima seção será discutida a topofilia como elemento de análise da paisagem.

1.4 TOPOFILIA

Guimarães (2002) entende que para as paisagens vividas não é suficiente a análise da percepção da dinâmica das estruturas espaciais, ecológicas e culturais no cotidiano dos lugares; é preciso, sim, emergir das dimensões imaginárias, místicas e simbólicas que são relacionadas pelos sentimentos. Dessa forma, as percepções, os valores e as atitudes ambientais frente aos espaços e lugares transcendem a percepção de outras realidades geográficas, indo além das coordenadas cartesianas, matemáticas.

Consoante Tuan (1983), as experiências ambientais desenvolvidas conduzem à reflexão dos espaços e lugares, pois estão diretamente relacionadas com a vida e com as recordações do indivíduo, o que acarreta significados. Há necessidade, então, de um espaço físico para ser experimentado (e não alienado), revestido de afetividade, de valores e de significados para cada indivíduo e/ou coletividade.

Para Guimarães (2002), de acordo com os relacionamentos decorridos das vivências do homem, enquanto ser particular, são interações cujo contatos contínuos são responsáveis pela criação de arquétipos, “identificando experiências ambientais essencialmente, orientadores enquanto referências, por exemplo, de axis mundi” (GUIMARÃES, 2002, p. 128).

Em busca de um conhecimento pertinente ao simbolismo dos lugares, enveredamos por caminhos que desvendam uma interpenetração de espaço/mundos, pois há muito tempo, as antigas divindades respondem pela criação, destruição, organização das paisagens, de acordo com suas forças e caprichos. Às divindades, aos mediadores humanos, à criação dos mitos e sociedades, impregnaram-se ideologias e relações de poder, transmutando toda a semiose da paisagem em duas estruturas, linguagens e mensagens (GUIMARÃES, 2002, p. 129).

Sendo assim, as linguagens e mensagens transmitidas por meio das semioses produzidas a partir dos elementos culturais desenvolvidos no decorrer do tempo geram simbolismo. Dessa maneira, várias culturas renovaram quanto a valoração da universalidade simbólica pelo início de outros mitos, lugares e novas organizações de padrões e da paisagem geográfica.

Os espaços e lugares, por sua vez, abrigaram a construção e a sedimentação de vínculos de natureza secular e sagrada, demarcando estruturas paralelas de mundo vivido e das suas experiências e percepções geraram interpretações envolvidas pela magia e carisma dos seus próprios mitos, aliadas a um conhecimento geográfico de raízes empíricas. Este envolvimento dos aspectos míticos e geográficos delineou, em vários momentos, territórios e até os dias atuais apresentam limiares oscilando entre a obscuridade de uma intimidade subjetiva e a concretude exteriorizada nas fronteiras geopolíticas. Todavia, os homens que habitam a Terra continuaram a construir suas paisagens, ícones de suas culturas, onde vivências singulares levaram a níveis de experiências e percepção relacionados às paisagens das visibilidades, das não-visibilidades e ainda, àqueles concernentes aos níveis do sensível (GUIMARÃES, 2002, p. 129).

Para tanto, as relações do sagrado e do profano foram desenvolvidas com os mitos e as interpretações dos elementos da paisagem para cada grupo, além do nível da simbologia nos diferentes valores (individual ou coletivo) a partir da leitura e da codificação das mensagens recebidas por meio da interpretação da imagem ligada à cognição, experiência, percepção, afetividade e memória.

Segundo Tuan (1983), o lugar é a representatividade que acessa às dimensões sutis da paisagem, a ótica de sentir o espaço sob todos os ângulos, em que cada elemento possua significado próprio, valorado, complexo, distinto, com interpretações e experiências, uma vez que a paisagem tem infinitas possibilidades de representar, expressar e sentir.

Guimarães (2002, p. 131) reforça o pensamento de Tuan (1980) ao afirmar que:

[...] a cada nova experiência ambiental, os elementos paisagísticos passaram a ser percebidos sob novas leituras, traduzindo-se em significados diferentes no tempo e no espaço, trazendo à luz uma identidade especial, única, uma visibilidade firmada em imagens indelévels, fortes.

A perspectiva experimental dá ao indivíduo duas abrangências para limitar espaços e lugares. A experiência retratará como uma pessoa conhece e constrói a sua realidade por meio

das sensações, percepções e concepções com os sentidos humanos: visão, olfato, paladar e tato, em que as emoções são energias para as experiências humanas (TUAN, 1983).

O espaço é um símbolo comum de liberdade no mundo ocidental. O espaço permanece aberto; sugere futuro e convida à ação. Do lado negativo, espaço e liberdade são uma ameaça. Um dos sentidos etimológicos do termo bad (mau) é “aberto”. Ser aberto e livre é estar disposto e vulnerável. O espaço aberto não tem caminhos trilhados nem sinalização. Não tem padrões estabelecidos que revelem algo, é como uma folha em branco na qual se pode imprimir qualquer significado. O espaço fechado é lugar. Comparado com o espaço, o lugar é um centro calmo de valores estabelecidos. Os seres humanos necessitam de espaço e de lugar. As vidas humanas são um movimento dialético entre o refúgio e aventura, dependência e liberdade (TUAN, 1983, p. 61).

A paisagem, então, é o resultado das interações do meio físico com o homem e, dentre as grandes discussões sobre o tema, é possível perceber a existência de relações afetivas entre os mesmos produtores das paisagens, seja urbana ou rural; dessa forma, é possível perceber correntes teóricas sobre o fenômeno acima citado. Portanto, “topofilia é o elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico” (TUAN, 1980, p. 5). Santos (2006) complementa o termo topofilia como um sentimento de pertencimento e amoroso a um espaço, região, território.

A palavra “topofilia é um neologismo, útil quando pode ser definida em sentido amplo, incluindo todos os laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente material. Estes diferem profundamente em intensidade, sutileza e modo de expressão. A resposta ao meio ambiente pode ser basicamente estética: em seguida, pode variar do efêmero prazer que se tem de uma vista, até a sensação da beleza, igualmente fugaz, mas muito mais intensa, que é subitamente revelada. A resposta pode ser tátil: o deleite ao sentir o ar, água, terra. Mais permanentes e mais difíceis de expressar, são os sentimentos que temos para com um lugar, por ser o lar, o lócus de reminiscência e o meio de se ganhar a vida (TUAN, 1980, p. 107).

As paisagens vividas, assim como a análise de paisagens naturais ou construídas, são valorizadas pelas culturas por diversas formas ao longo dos séculos, o que reflete nos contatos estabelecidos entre homens e lugares para as práticas culturais, bem como na organização por meio de valores e símbolos únicos aos assentamentos humanos (TUAN, 1980).

A superfície terrestre remete a variedades de formas de relevos, solos, vegetação, vida animal e abundância de paisagens, sendo que as percepções de duas pessoas serão diferentes, isto é, não verão a mesma realidade. Assim, os sentidos dos seres humanos são primordiais para auxiliar na percepção do indivíduo, uma vez que a evolução auxiliou para o desenvolvimento da visão, tato, audição e olfato.

A linguagem abstrata de sinais e símbolos, neste sentido, é restrita aos seres humanos e, a partir disso, foi possível criar mundos mentais para seres relacionados com a realidade. Dessa

forma, os ambientes construídos e artificiais são resultantes desses processos mentais, como também foram construídos os mitos, a ciência, as fábulas, etc.

O ser humano tem por natureza perceber o mundo a partir de si mesmo, tornando o egocentrismo e o etnocentrismo características humanas universais. O egocentrismo é como um rádio de transmissão, ou seja, quanto mais longe diminui o valor do “eu”, da própria realidade. E, em contraponto, está o etnocentrismo, que tem as mesmas visões que o egocentrismo, porém está relacionado ao coletivo.

No que se refere à compreensão da preferência ambiental de uma pessoa, “necessitaríamos examinar sua herança biológica, criação, educação, trabalho e os arredores físicos” (TUAN, 1980, p. 68). Então, para entender o que é intrínseco para a compreensão da percepção humana é necessário conhecer a história cultural e as experiências de um grupo no contexto do ambiente físico. Dessa forma, faz-se fundamental entender os conceitos de cultura e de meio ambiente para compreender a percepção e a atitude ambiental, pois ambas se complementam chegando ao momento de se tornarem um só.

A cultura e a percepção podem ser diferenciadas por meio de diferenças fisiológicas, uma vez que homens e mulheres não são diferentes apenas anatomicamente, uma vez que o cérebro captura outros elementos. Tuan (1980) em seu trabalho apresentou diferentes percepções sobre de fotografias a partir gênero, como: “resultado do teste indica que os homens tendem a preferir as paisagens com uma topografia mais acidentada e com indícios de água, enquanto as mulheres preferem as paisagens com vegetação em meios ambientes mais cálidos” (TUAN, 1980, p. 71).

Tuan (1980) descreve as relações de topofilia no campo da percepção entre visitantes e nativos: ambos, quando estão em um espaço, têm aspectos de observação diferentes devido aos visitantes passarem pouco tempo no ambiente e o número de indivíduos ser menor que o da população nativa. A percepção não pode ter muita importância, mas também não pode ser negligenciada, uma vez que, de certa forma, o ponto de vista do visitante é apenas contemplativo, enquanto para os nativos a compreensão da percepção é complexa por se tratar de ambiente como um todo e das relações de cultura, econômica, social, etc.

Sendo assim, o visitante, ou turista, avalia a paisagem pela estética, pela aparência, por critérios formais, sendo necessária a prática da empatia em relação a cultura, aos valores e a vida dos habitantes locais. Contudo, a importância de sua perspectiva é a contribuição para um novo olhar a fim de melhorar o que se tem no ambiente.

O homem, então, tem a facilidade de mudar o meio ambiente, seja na arquitetura pelas mudanças tecnológicas, econômicas, seja no uso das terras agrícolas e das áreas não cultiváveis,

de forma a transformar o espaço como desejar; porém, a atitude quanto ao ambiente pode modificar com o tempo. Diante disso, Tuan ressalta:

[...] nas primeiras etapas da história humana, a montanha foi vista com assombro. Ela elevava-se a planícies habitadas; era remota, difícil de se aproximar, perigosa e inassimilável às necessidades do trabalho diário do homem. Povos diferentes de partes do mundo consideravam a montanha como um lugar onde o céu e a terra se encontravam. Era o ponto central, o eixo do mundo, o lugar impregnado de poder sagrado, onde o espírito humano podia passar de um nível cósmico para o outro (TUAN, 1980, p. 81).

As percepções humanas modificam de acordo com o tempo, tais como simbolismo, utilização do solo, entre outros, e de acordo com a cultura praticada pelos grupos sociais, o que diferencia uns dos outros dando as características da identidade de cada sociedade. Dessa forma, considerando o ambiente físico como uniforme e constante, as pessoas de diferentes experiências, contextos socioeconômicos e aspirações têm perspectivas totalmente diferentes, assim como, à medida que a sociedade e a cultura evoluem com o tempo, podem mudar a atitude com o meio ambiente, e até inverter-se.

“Os habitats humanos variam muito em caráter e são classificáveis de várias maneiras” (TUAN, 1980, p. 86), o que faz com que a percepção quanto ao meio ambiente mude consoante a realidade de cada local de origem do observador devido a variedade de paisagens da superfície.

Nas concepções de Tuan (1980), a acuidade perceptiva pode ser desenvolvida pelas pessoas no processo de adaptação aos ambientes. O autor exemplifica um indivíduo urbano em um ambiente severo, com gelo, que decide se tornar um esquiador apesar de não saber a dinâmica dos ventos, do relevo; entretanto, ao se dedicar ao esporte e praticar com frequência, o esportista aprenderá rapidamente as diferentes superfícies e o acréscimo do vocabulário.

A topofilia, apesar de imprimir as relações afetivas humanas com o lugar, não é o principal sentimento. Pois acontecimento no espaço vivido são elevados para a memória cuja carga simbólica pode ser considerado pelo indivíduo ou pelo coletivo.

A topofilia não é a emoção humana mais forte. Quando é irresistível, podemos estar certos de que o lugar ou meio ambiente é o veículo de acontecimentos emocionalmente fortes ou é percebido como um símbolo (TUAN, 1980, p. 107).

Na contemplação de uma paisagem de apreciação estética, de forma que não importe a intensidade da beleza do lugar, outros aspectos podem ser levados em conta para a observação, como as lembranças dos fatos históricos, os eventos geológicos e estruturais, entre vários outros critérios para avaliar a paisagem. Assim, em algumas cenas, algumas pessoas são pegas de

surpresa devido a beleza, até então, desconhecida pelo indivíduo, causando choque com a experiência estética da natureza – esse “choque” é um fenômeno diferente das paisagens que os laços afetivos desenvolveram com o tempo.

Algumas paisagens, diante de um senso comum, ganham mais importância e até desejo de consumo para indivíduos que queiram visitá-las. A esse respeito, Tuan (1980, p. 109-110) afirma:

[...] o prazer visual da natureza varia em tipo e intensidade. Pode ser muito mais do que a aceitação de uma convenção social. Muitos dos atuais circuitos turísticos parecem estar motivados pelo desejo de colecionar o máximo possível de etiquetas sobre Parques Nacionais. Para o turista é indispensável a máquina fotográfica, porque com ela pode provar a si mesmo e aos seus vizinhos que esteve no lago Crater.

Portanto, seja pela beleza excepcional ou seja pelo contexto histórico, essas paisagens ganham força com a economia do turismo, gerando emprego e renda para os habitantes locais, uma vez que “o turismo tem uma utilidade e beneficia a economia, porém não une o homem à natureza” (TUAN, 1980, p. 109). Como referido anteriormente, os visitantes (turistas) estão apenas para apreciar a paisagem, sem que haja qualquer relação simbólica, sendo que a apreciação da paisagem é mais pessoal e duradoura quando relacionada com as memórias dos indivíduos.

Neste sentido, com a crescente urbanização causada pela industrialização, a maioria das pessoas deslocou-se para os espaços urbanos, sendo cada vez mais difícil o contato com o ambiente natural, limitando-se a contatos indiretos e em ocasiões especiais. Além disso, as populações rurais utilizam a natureza com os bens tecnológicos para negócios, migrando para a globalização. A natureza se torna, então, apenas para fins de descanso e lazer.

Tuan (1980) retrata a criança como o indivíduo mais adaptável para a observação da natureza devido a pureza e ao total desprendimento de dogmas para apreciar as paisagens naturais, ou seja, o contato direto com a natureza.

A natureza produz sensações deleitáveis à criança, que tem mente aberta, indiferença por si mesma e falta de preocupação pelas regras de beleza definidas. O adulto deve aprender a ser complacente e descuidado como uma criança, se quiser desfrutar polimorficamente da natureza. Ele necessita vestir uma roupa velha que lhe permita esticar-se no feno ao lado do riacho e embeber-se em uma mistura de sensações físicas: o cheiro do feno e de estrumes de cavalo; o calor do chão, seus contornos duros e suaves; o calor do sol temperado pela brisa; a cócega produzida por uma formiga subindo pela barriga da perna; o movimento das sombras das folhas brincando em seu rosto; o ruído da água sobre os seixos e matacões, o canto das cigarras e do tráfego distante. Um meio ambiente como este pode romper todas as regras formais de eufonia e estética, substituindo a confusão pela ordem e no entanto, ser completamente desfrutável (TUAN, 1980, p. 111).

Tuan explicita, na passagem acima, a importância do contato físico com o meio ambiente. A apreciação estética não fica completa e não entrelaça sentimentos sem que haja interação com o meio, com os elementos pertencentes da paisagem, sendo que o que é misterioso ou confuso pode ser desvendado a partir do contato direto. Dessa forma, a topofilia dos pequenos produtores está no apego com a terra, pois conhecem muito bem a área de trabalho: é de onde sai o sustento da família criando um símbolo de prosperidade, independência, esperança e orgulho.

Os contatos físicos com os ambientes criam laços de familiaridade, o que gera a afeição ou o desprezo pela experiência desenvolvida. Um indivíduo, com o decorrer do tempo, investe parte da vida emocional em seu lar, bairro, cidade, tendo que sair do local para outra habitação, o que causa reluta, afinal, as memórias desenvolvidas são importantes para explicar o amor pelo lugar e a negação de mudanças.

Um dos exemplos acerca da afetividade é a nível de território: o patriotismo tem como significado o amor pela terra pátria ou terra natal. Historicamente criada pelos estados europeus, a nomenclatura está relacionada com o território da nação em sua totalidade, como a emoção. Na antiguidade, os gregos não utilizavam ou focavam o amor em todas as terras, mas apenas em algumas cidades, como Atenas, Esparta, Coríntio e Esmirna, assim como ocorreu com outros impérios, como os Fenícios.

Há, entretanto, dois tipos de patriotismo: o local e o imperial. “O patriotismo local reside na experiência íntima do lugar e no sentido da fragilidade do que é bom: não há garantia de que dure, aquilo que amamos. O patriotismo imperial se nutre no egotismo coletivo e orgulho” (TUAN, 1980, p. 116). Em contrapartida, a topofilia retrata um espaço reduzido para as necessidades humanas e para o domínio, em que os indivíduos tendem, facilmente, a se identificar em unidades naturais.

As memórias desenvolvidas com a convivência dos indivíduos com a paisagem vivida representam a afetividade com o lugar. “As imagens da topofilia são derivadas da realidade circundante. As pessoas atentam para aqueles aspectos do meio ambiente que lhes inspiram respeito ou lhes prometem sustento e satisfação no contexto das finalidades de suas vidas” (TUAN, 1980, p. 137). Neste sentido, essas mesmas imagens podem mudar de acordo como os indivíduos mudam os interesses e o poder, mas para atingir os novos objetivos continuam a depender do meio ambiente.

O que se espera das pinturas antigas são as expressões topofílicas dos pintores com a paisagem. Contudo, Tuan (1980) descreve que a dificuldade em interpretar as pinturas é ocasionada pela formação dos profissionais, os quais são direcionados por escolas que podem

revelar sobre o que foi aprendido e não pela realidade vivida com a interação do homem com a natureza.

O estudo dos procedimentos históricos das cidades é importante para compreender como a natureza primitiva e a urbana influenciaram na avaliação de sua importância como um ideal. Nas raízes citadinas, o agente invocador de grupos de pessoas é um deus, um sacerdote-rei ou herói, e o centro do mundo como local de criação. Iniciando com pequenos templos tribais, e posteriormente com os conjuntos arquitetônicos, que refletem a ordem e a precisão divina, como: plataformas, templos, pirâmides e palácios.

Nem sempre, no entanto, os locais de encontros cerimoniais eram atrativos para a fixação da população em sua periferia por diversos motivos, como os santuários maias que passavam parte do ano vazios, sendo frequentados apenas pelos sacerdotes e ocupados durante as temporadas de festivais. Tuan (1980, p. 175-176) refere:

[...] com um símbolo do cosmo, a cidade adota uma forma geométrica regular, do círculo, do quadrado, do retângulo ou de qualquer polígono. Um indicador arquitetônico vertical, como o zigurate, o pilar e o domo, também serve para realçar o significado transcendental da cidade. O círculo dividido em quatro setores, por dois eixos, simboliza o céu. A cidade circular quadripartida, um ideal etrusco, foi um *templum* celestial transcrito para a terra. O planejamento dentro dos quatro setores estava ligado à arte de ler os presságios. Alguns eruditos usam o termo Roma quadrata para indicar a quadripartida e que Roma, quando foi fundada, era uma cidade circular com o *mundus* (o lugar das almas que já partiram) no centro. As antigas noções de centro, de intersecção de eixos e os quatro quartos da abóboda celeste estavam misturados na Era Cristã com imagens da cruz e da Jerusalém Celestial.

Os desenhos urbanos das cidades antigas foram desenvolvidos por meio de simbolismos cósmicos como base da organização espacial, da formação das paisagens e da interação do homem com a natureza.

“A maioria das cidades, senão todas, realiza algum gesto público buscando o transcendental, exibindo um monumento ou uma fonte, uma praça ou um bulevar que é mais espaçoso do que as necessidades do tráfego mundano” (TUAN, 1980, p. 199). Dessa forma, a busca por marcas e identidades foram construídas em quase a totalidade dos ambientes urbanos, tendo exemplos práticos no século XXI, como Nova Iorque, com a Estátua da Liberdade, o Rio de Janeiro, com o Cristo Redentor, entre outros elementos icônicos. Neste sentido,

[...] um símbolo urbano pode ser uma estrutura funcional como uma ponte, uma construção não utilitária como o arco de São Luís ou um pedaço de terra como o Boston Common. A ponte é ao mesmo tempo um fato utilitário e um símbolo de conexão ou de transição de um lugar para o outro, de um mundo para outro (TUAN, 1980, p. 230).

Os estilos de vida de um povo estão relacionados com as atividades sociais, econômicas e culturais, sendo que as atividades necessitam de elementos materiais para serem expressadas. “Os estilos de vida dificilmente são verbalizados e desempenhados conscientemente. Na maioria dos casos chegamos a compreender algo do estilo de vida de um povo, incluindo a sua atitude em relação ao mundo somente da evidência acumulada dos atos diários e do caráter das circunstâncias físicas onde ocorrem” (TUAN, 1980, p. 200).

Sendo assim, uma cidade pode ter vários tipos de paisagens de acordo com a variedade de ambientes físicos, como uma rua estreita, pavimentada com pedras ou sem pavimentos, mas com vida, cor, ruídos, e o seu oposto, avenidas largas, pavimentadas com asfalto ou concreto, arborizadas, mas sem identidade, prédios inexpressivos, espaços sem vida e impessoais.

Tuan (1980) relata, também, que o indivíduo é um organismo biológico, social e único, de forma tal que está habilitado para receber vários estímulos ambientais, ficando com pouco uso da habilidade da percepção. Entretanto, a cultura e o meio ambiente expressos pelos grupos sociais, por outro lado, influenciam na percepção de acordo com o gênero que adotam diferentes valores.

Diante disso, delimita-se que:

[...] topofilia assume muitas formas e varia muito em amplitude emocional e intensidade. É um começo descrever o que elas são: prazer visual efêmero; o deleite sensual do contato físico; o apego por um lugar por ser familiar, porque é o lar e representa o passado, porque evoca orgulho de posse ou criação; alegria nas coisas devido à saúde e vitalidade animal (TUAN, 1980, p. 286).

A topofilia, assim, é vista como a ciência da compreensão das relações afetivas e de suas complexidades que refletem os três níveis do ser: percepção, atitude e valor. É o seu lugar no mundo o que auxilia o indivíduo a se posicionar no universo e a fixar raízes, seja como ser ou como comunidade.

1.4.1 Topofilia e a água

Este trabalho parte das relações topofílicas do homem com a água. Tuan (1980), retrata o meio ambiente como atração permanente, em que as pessoas sonham com lugares ideais; porém, devido à complexidade da sociedade moderna, os gostos individuais variam em larga escala, inviabilizando o senso comum. A imaginação do homem moderno acerca de diferentes tempos e lugares que o atraem fortemente: a praia, o vale e a ilha – esta pesquisa será voltada ao ambiente da praia (TUAN, 1980).

A importância da água em todas as escalas das mitologias humanas e no campo técnico-científico é evidente. No início da Terra, de acordo com a mitologia cristã, ela já existia antes mesmo da intervenção divina: “no princípio Deus criou os céus e a terra. Era a terra sem forma e vazia; trevas cobriam a face do abismo, e o Espírito de Deus se movia sobre a face das águas” (GÊNESIS, 1:1-2) – exemplos como esse criaram, em várias culturas, a água como origem de todo o bem da vida.

Em muitas culturas, a água possui um significado quanto a sua representação no universo. No esquema chinês, fogo é yang, macho, alegre e fálico, enquanto que a água é yin, fêmea e passiva; na psicanálise, o fogo representa consciência lutadora, e a água é uma imagem do inconsciente; ela é amorfa, mas fertilizadora, uma fonte potencial de força (TUAN, 1980), assim como a água pode significar sabedoria e regeneração, ou seja, a cultura aplicando o seu papel na representação da água para as sociedades.

Desde as eras do Paleolítico Inferior e Médio, as regiões praianas e lacustres, talvez, tenham sido os primeiros locais de moradia do homem. Se as florestas auxiliaram na evolução dos órgãos perceptivos (visão, olfato, tato, audição) e locomotores dos primatas ancestrais ao homem, “o habitat da praia pode ter contribuído para que o homem não tenha a pele toda recoberta por pelo, um traço que distingue dos macacos e de outros primatas” (TUAN, 1980, p. 132).

Como indícios da evolução, o homem é um dos poucos primatas que tem a habilidade aquática de nadar. As teorias apontam que os primeiros locais de ocupação humana foram próximos as praias, pois apresentam várias vantagens para a viabilidade. “Nenhum outro ambiente é tão atrativo para o aparecimento do homem. O mar, especialmente a parte da praia que sofre a maré, apresentou a melhor oportunidade para comer, fixar, reproduzir e aprender” (TUAN, 1980, p. 132), o que possibilitou, assim, abundância e diversidade, além do contínuo conhecimento e aprendizado com o desenvolvimento das habilidades manuais.

A habilidade de natação e das atividades aquáticas entre homens e mulheres primitivos são iguais, significando que, na pré-história, ambos praticavam as mesmas atividades para prover alimentação para as famílias e desporto, de forma que se sugere a fusão das atividades recreativas e econômicas antes de se tornarem caçadores em terra. Pela presença de sambaquis em áreas praianas e lacustres, há evidência da densidade populacional ser maior que as do interior, que dependiam da caça e da coleta. No Neolítico, quando a agricultura foi sofisticada, os seres humanos primitivos entraram terra adentro, mas a pesca em rios continuou sendo uma contribuição para a alimentação.

Neiman (2005) e Silva, Piroli e Pinto (2016) reforçam as teorias de Tuan (1980):

[...] o ser humano evoluiu nos ambientes aquáticos e por isso ele tem um conjunto muito característico de diferença em relação aos outros primatas. Nessa perspectiva, podemos observar que instintivamente os bebês humanos recém-nascidos nadam sem medo e os adultos relaxam quando imersos em água [...], o ser humano, historicamente, construiu suas civilizações ao redor de corpos d'água. É evidente que se fixar as margens teve seu caráter utilitário (transporte, irrigação, abastecimento de água), mas não se pode desconsiderar que esses rios estiveram presentes no cotidiano. Assim, desenvolvemos no decorrer da história uma percepção social e individual sobre as águas, que nos remete a uma análise simbólica e cultural (SILVA; PIROLI; PINTO, 2016, p. 295-296).

As comunidades pesqueiras economicamente são mais pobres em comparação com as comunidades agrícolas, mas são aceitas não pelo retorno financeiro, mas pelo estilo de vida adotado desde a ancestralidade. Durante o século XX, a popularização das praias foi crescente na Europa e nos Estados Unidos, levando uma grande população para as regiões costeiras.

Tomemos como exemplo a Grã-Bretanha. Em 1937, cerca de quinze milhões de pessoas desfrutaram de uma semana ou mais de férias longe de casa. Em 1962, trinta e um milhões, ou 60% da população britânica, fez o mesmo; e das férias passadas dentro do país, a grande maioria preferiu o mar. Em 1962, 72% dos britânicos em férias foi para o litoral. A natação foi e é, de longe, o esporte mais praticado, tanto pelos jovens como pelos velhos. Em 1965, nenhum outro esporte teve nem a metade dos praticantes de natação (TUAN, 1980, p. 133).

A água e o banho de mar criaram, assim, a reputação para melhorias na saúde e, dessa forma, cultivadores da saúde de estâncias hidrominerais desviaram a atenção para as praias. O Dr. Richard Russel credenciou a água do mar como um tratamento alternativo de doenças: “em 1750, ele publicou um livro sobre o uso da água do mar no tratamento de doenças glandulares, que foi bem recebido, durante um século, pelos hipocondríacos e hedonistas europeus” (TUAN, 1980, p. 133).

O crescente fluxo turístico foi proporcional ao crescimento de balneários, principalmente com a construção de ferrovias que facilitaram o acesso ao mar, seja para temporadas longas ou curtas, como em casos de fins de semana, assim como a classe média por meio do aumento do uso de automóveis. Os fatos tecnológicos e econômicos evidenciam, então, a procura pelo ambiente praiano, mas deixam um buraco na explicação sobre o motivo de as pessoas acharem o mar atrativo, sendo preciso avaliar pela natureza e de olhares da percepção.

Para Silva, Pirolí e Pinto (2016), a água é um dos elementos naturais que mais atrai turistas devido a diversidade de práticas de esportes, de lazer, de aventura e de ecoturismo, criando a importância dos recursos hídricos como elementos da paisagem, bem como de apropriação e de valoração deste recurso natural.

Quanto aos Estados Unidos, “as estâncias hidrominerais precederam aos balneários como centros de diversão e saúde do mar aparecer no final do século dezoito, foi mais tarde que se tornou popular” (TUAN, 1980, p. 133-134). A utilização do mar, no início, teve que vencer os instintos puritanos, de forma que criaram máquinas para os banhistas entrarem e saírem da água sem serem vistos, assim como as barreiras de gênero, sendo o esporte para ambos os sexos; porém, com o tempo, os costumes mudaram, vencendo o recato e popularizando o esporte.

Assim, na concepção de Coy (2013), após o período industrial na Europa, a relação do rio com a cidade modificou, isto é, antes era importante via de escoamento de produtos para a indústria, mas foram sendo percebidas outras formas de ser utilizado pelos agentes políticos, planejadores urbanos e por cada indivíduo da cidade. Dessa forma, o rio foi percebido como elemento de identidade de cada cidade e, a partir disso, projetos com o intuito de revitalizar e valorizar as margens dos rios como símbolo das cidades foram desenvolvidos.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Nessa seção, apresenta-se a explicação dos procedimentos utilizados para a consecução da pesquisa, quais sejam: a abordagem e a finalidade, o lócus de análise, o universo e a amostra, as técnicas de coleta de dados e a análise de dados.

2.1 ABORDAGEM E FINALIDADE

Do ponto de vista da abordagem, este estudo é categorizado como pesquisa qualitativa exploratória, uma vez que “ocupa um reconhecido lugar entre as várias possibilidades de se estudar os fenômenos que envolvem os seres humanos e suas intrincadas relações sociais, estabelecidas em diversos ambientes” (GODOY, 1995, p. 21). Portanto, o objeto proposto nesse trabalho exigiu atenção na análise da qualidade dos dados levantados, assim como, a exploração em campo para coleta das informações que serão processadas.

A pesquisa qualitativa pode ser conduzida a diversas vertentes de acordo com o encontrado na investigação, evidenciando caminhos diferentes para a compreensão dos resultados. Pretendeu-se, então, obter dados para compreender a percepção dos moradores descendentes de famílias tradicionais sobre as intervenções no núcleo histórico a partir de aspectos subjetivos.

Quanto a finalidade, é uma pesquisa básica que consiste na realização de trabalho teórico cuja função é apresentar novos conhecimentos sobre as mudanças das paisagens do núcleo histórico de Boa Vista a partir de fatos percebidos e observáveis sem a intenção de aplicação ou busca de lucro. Contudo, foi direcionado para um fim prático, a conclusão da Dissertação para publicação do conhecimento gerado.

2.2 LÓCUS DE ANÁLISE

O Núcleo Histórico de Boa Vista está localizado na origem espontânea da capital roraimense, à margem direita do Rio Branco (2°49'10.344"N; 60°40'17.04"W). A denominação Boa Vista tem como origem, nas palavras dos pioneiros que se estabeleceram, a beleza natural da região que é formada pela Bacia do Rio Branco, pelas vegetações ribeirinhas e pelas praias (SILVA, 2007). A área descrita caracteriza a região ribeirinha da cidade de Boa Vista com, aproximadamente, 32 km de extensão, que compreende os vetores limítrofes da área urbana da capital roraimense.

Segundo Silva (2007), Inácio Lopes de Magalhães fundou a fazenda Boa Vista; que nas circundantes vizinhanças iniciou um povoamento que, posteriormente, tornou-se sede da

Freguesia de Nossa Senhora do Carmo e, mais tarde, o município de Boa Vista. Até as primeiras décadas do século XX, a Vila de Boa Vista possuía uma simples malha urbana devido à baixa densidade habitacional – e por muitos anos foi considerada a única em todo o Estado de Roraima –, sendo que essa pequena população foi dividida pelas fazendas que estavam distribuídas ao longo das margens do rio.

Silva (2007) explicita, ainda, a origem da cidade de Boa Vista e como era a dinâmica populacional e a forma de uso e ocupação do solo, destacando-se as famílias que estavam ao longo do rio – em fazendas – que caracterizavam uma sociedade ribeirinha que se utilizava dos recursos naturais, como o Rio Branco, do gado na economia da pecuária, da pesca, da extração vegetal e, posteriormente, da exploração mineral com a economia do garimpo.

A morfologia da Boa Vista modificou-se a partir das intervenções do plano urbanístico de Darcy Derenusson, proporcionando novas realidades espaciais e urbanas para a cidade, que por sua vez foram acrescentados elementos durante todo o século XX e início do século XXI (Figura 4).

Figura 4 – Vista aérea do Município de Boa Vista: (A) após a implantação do plano urbanístico de Darcy Derenusson década de 1940; (B) Em 1972; (C) Após os anos 2010



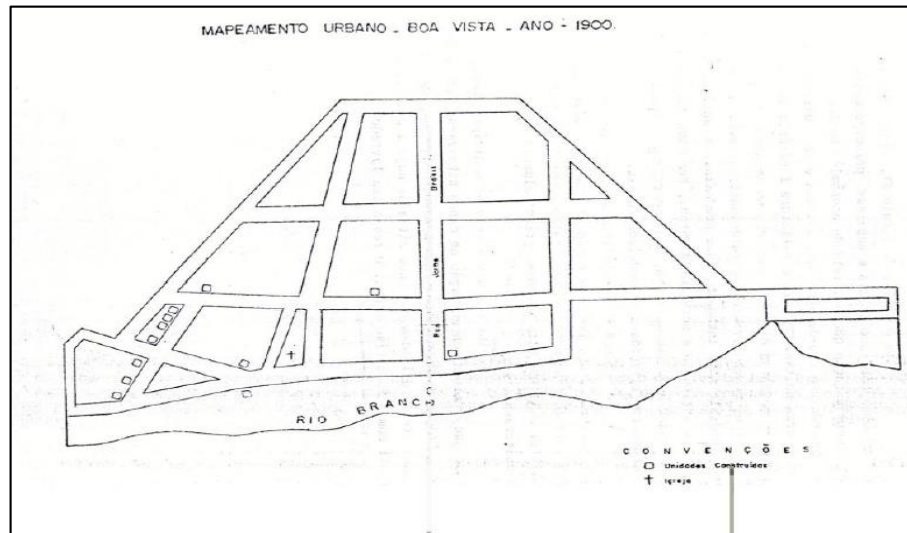
Fonte: Figura A e B: Instituto de Patrimônio Histórico, Artístico Nacional. Roraima (1945; 1972), C: Estados e Capitais do Brasil: <<https://www.estadosecapitaisdobrasil.com/capital/boa-vista/attachment/vista-aerea-boa-vista-roraima/>> Acessado em: 01 de agosto de 2019.

Realizou-se a pesquisa sobre o Núcleo Histórico da cidade de Boa Vista, porém várias perspectivas surgiram acerca do que é histórico; sendo assim, foi necessário aprofundar-se teoricamente para delimitar a área de atuação do trabalho. Portanto, tendo em vista que não há delimitação definitiva devido as diversas fontes e contextos históricos envolvidos no espaço, fez-se necessário embasar teoricamente os limites do objeto pesquisado (RAMALHO; NASCIMENTO; COSTA FILHO, 2017).

Na Figura 5 observa-se o traçado urbano de Boa Vista, em 1900, com a construção de prédios públicos e privados, residências e ruas no desenho urbano que estava se configurando em um plano octogonal, cujo polígono abrange as seguintes vias: Av. João Pereira de Melo,

Av. Getúlio Vargas, Av. Silvio Lofego Botelho e Avenida Floriano Peixoto, com o Rio Branco banhando a margem (MORALES; FERKO; COSTA, 2018).

Figura 5 – Traçado urbano de Boa Vista, em 1900



Fonte: Departamento de Patrimônio Cultural de Roraima (2018).

O período de configuração deste embrião foi desde a gênese da ocupação europeia e nordestina, no início do século XVII até a metade do século XX, com a elevação do Rio Branco para Território Federal, tendo como consequência a implantação do Plano Urbanístico de Darcy Derenusson (Figura 6), que futuramente se tornaria a capital Boa Vista (BATISTA, 2013).

Figura 6 – Plano Urbanístico de Darcy Derenusson, 1948

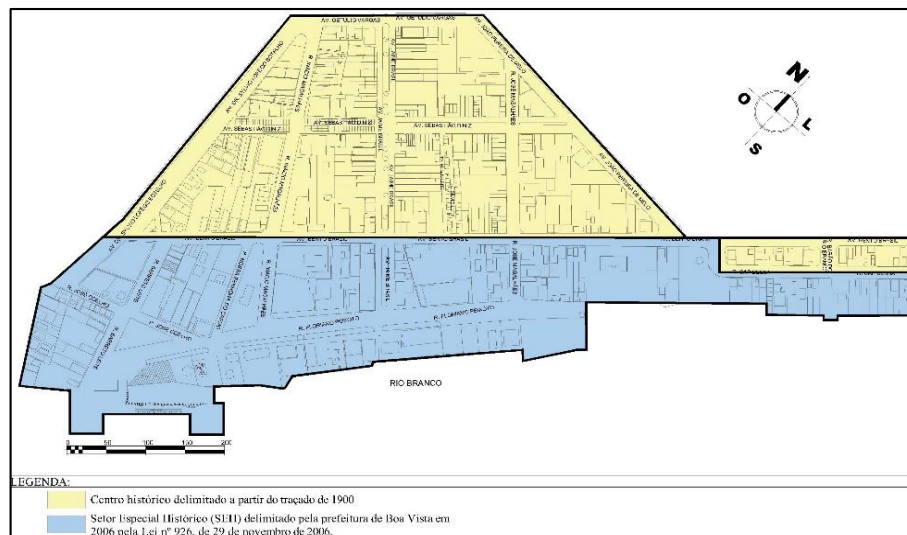


Fonte: Acervo de Darcy Derenusson (1948).

Com a recém malha urbana, o embrião foi inserido sem que houvesse modificações nas vias públicas e edificações existentes, mas com a aplicação de melhorias de saneamento e infraestrutura no urbanismo implantado pelo engenheiro, com adoção de novas regras e posturas de obras na cidade (MORALES; FERKO; COSTA, 2018).

A cidade de Boa Vista expandiu-se e, com a elaboração do plano diretor municipal, delimitações foram feitas para o controle administrativo do espaço. A área de estudo foi denominada de Setor Especial Histórico (Figura 7) e, dessa forma, caracterizada por possuir a maioria das edificações tombada e áreas de interesse turístico no espaço. Assim, é considerada de acordo com a Lei nº 926/2006 como aquelas porções do território municipal de maior representatividade da história da cidade, encontrando-se os elementos mais significativos da memória e da cultura arquitetônica local que exigem estímulos amparados de políticas próprias para suas preservações (BOA VISTA, 1993).

Figura 7 – Delimitações do Núcleo Histórico de Boa Vista



Fonte: O autor, 2019.

De acordo com Ramalho, Nascimento e Costa Filho (2017), a definição de Setor Histórico Especial é genérica e imprecisa devido a dicotomia criada para espaços com maiores ou menores representatividade. Somente na década de 1980, a discussão acerca de núcleos históricos ultrapassou fronteiras de elementos estéticos e cronológicos; portanto, é necessário analisar quanto a representação histórica, simbólica e, principalmente, identitária.

Para Choay (2001), os núcleos históricos são determinados pela vivência da comunidade local como lugar que expressa as memórias e as identidades construídas pelos antepassados, tornando-se fonte de conhecimento e cultura, e não apenas uma porção terrestre diferenciada dos demais espaços da cidade. É necessário, neste sentido, desenvolver embasamentos para a

delimitação definitiva do núcleo histórico, tendo em vista que os limites de Boa Vista, em 1900, quanto ao Setor Histórico Especial, de 2006, não contemplam todos os elementos históricos de expressão significativa de pertencimento, identidade, memória e afetividade para a sociedade.

Desta forma, para a pesquisa, foi necessário consultar os entrevistados para delimitação da área de estudo a partir dos dados coletados. Portanto, o estudo delimitou-se ao longo da Avenida Floriano Peixoto, em situações pontuais na Avenida Jaime Brasil e no bairro Caetano Filho, por possuir a maioria dos patrimônios culturais tombado, bem como patrimônios naturais, marcos na paisagem, representatividade histórico-cultural e problemáticas socioespaciais e ambientais.

2.3 UNIVERSO E AMOSTRA

Determinou-se o universo amostral a partir de um conjunto de pessoas que pudesse fornecer dados e informações para a pesquisa, considerando o contexto histórico e a vivência dos indivíduos na área de estudo. Sendo assim, foram selecionados os moradores descendentes de famílias tradicionais que viveram ou vivem, desde a infância até a idade adulta, no entorno da orla do Rio Branco. Entende-se por famílias tradicionais aquelas responsáveis pela fundação da cidade de Boa Vista, assim como, participantes responsáveis pelo desenvolvimento do município seja nos aspectos econômico, cultural e espacial.

O critério de inclusão da pesquisa delimita-se na idade mínima de 70 anos e descendente de famílias tradicionais. Esse recorte temporal justifica-se pelo fato de os participantes terem acompanhado as mudanças na paisagem do espaço, em especial a partir da implantação do plano urbanístico até o final da segunda década do século XXI.

As entrevistas foram realizadas no primeiro trimestre de 2019 em locais diferentes, os quais foram escolhidos por cada participante, já que alguns tinham dificuldades de locomoção e uma rotina que não poderia sair do padrão. Ao mesmo tempo, pregava-se que os mesmos precisavam se sentir confortáveis para responder a entrevista que levaram, em média, 2 horas, dependendo do participante. Assim, devido a particularidade do universo, houve dificuldade de acesso imediato às pessoas que possuíam o perfil de indivíduos para as entrevistas; contudo, houve êxito em quase todas as pessoas contatadas.

Adotou-se a abordagem pelo método bola-de-neve (*snow-ball*), na qual, ao final de cada entrevista, era solicitado ao participante a indicação de outra pessoa que, na maioria das vezes, era amigo ou “rival”, mas que era antigo morador ou filho de pais que residiam no núcleo histórico de Boa Vista, todos descendentes de famílias tradicionais. Esse protocolo foi seguido

até que as indicações se repetissem (BAILEY, 1982). Esse método é validado nas pesquisas qualitativas pela possibilidade de aproximação da realidade vivida, de testemunhas de vida e por possuírem o conhecimento histórico, o que viabiliza expor as críticas e as opiniões sobre as modificações do espaço.

Ao total, foram entrevistadas 8 pessoas, 6 mulheres e 2 homens, sendo que o tamanho da amostra foi definido pela identificação da saturação teórica em pesquisas qualitativas que, segundo Nascimento et al. (2018), acontece quando há grande repetição de dados ou limitação de pessoas. Assim, optou-se pela interrupção da coleta de dados e determinação do tamanho da amostra, pois os relatos apresentavam similaridades.

2.4 TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS

Na etapa de levantamento de dados foram realizados levantamentos bibliográfico e documental. O campo bibliográfico teve como fontes arquivos do meio científico, como publicações de artigos e livros de assuntos referentes ao embasamento teórico. Foram utilizadas, ainda, diversas fontes por meio de repositórios, bancos de dados, portal de periódicos e sites de busca, tais como Portal Domínio Público; Scielo Brasil; Periódicos; Oasisbr; Google Acadêmico.

Na etapa documental foram consultados documentos oficiais advindos de órgãos governamentais tais como o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Departamento de Patrimônio Histórico de Roraima e Ministério Público de Roraima os quais se teve acesso a leis promulgadas, arquivos privados e públicos, alvarás, mapas e arquivos fotográficos. Todos estes dados foram necessários para compreender o processo de evolução da paisagem e das decisões antropogênicas de impacto no espaço analisado.

A etapa final da coleta de dados foi por meio de entrevistas semiestruturadas, cujo instrumento visou responder aos objetivos. As categorias de análise utilizadas para a elaboração do roteiro das entrevistas semiestruturadas foram: a relação do Rio Branco com a cidade de Boa Vista, o Patrimônio Cultural e a Paisagem do Núcleo Histórico. Para captar a percepção dos moradores descendentes de famílias tradicionais recorreu-se à topofilia para entender o grau de afetividade de pertença dos entrevistados com o objeto de estudo.

De acordo com o artigo 1º da Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, por se tratar de uma pesquisa de opinião pública com participantes não identificados, ou seja, sem a intenção de revelação da identidade dos participantes, tampouco expô-los em situações constrangedoras ou comprometedoras. Dessa forma, não há necessidade de submissão desse

trabalho para avaliação do Comitê de Ética em Pesquisa por atender as condições acima citadas (BRASIL, 2016).

O roteiro das entrevistas foi elaborado a fim de remeter às lembranças do passado e aos laços afetivos construídos pelos entrevistados com o núcleo histórico. Nesse sentido, pela oratória de vivência do espaço, facilita-se a identificação dos elementos da paisagem que impactaram os moradores, em especial, a região da orla do Rio Branco que possibilita relacionar afetividade, pertencimento e nostalgia. O entendimento intrínseco dos afetos dos participantes foi possível relacionar com os patrimônios culturais, com a relação rio-cidade e com a paisagem. Por fim, tendo o balizamento dos dados obtidos, analisou-se a atual percepção dos moradores de famílias tradicionais com os espaços dos núcleos históricos.

O roteiro utilizado na pesquisa foi desenvolvido a luz dos trabalhos de Pereira (2014) e Silva (2013) que trataram acerca dos temas discutidos nessa pesquisa e adaptados para a realidade local. Em dezembro de 2018 foi realizado o teste para validação do roteiro com dois indivíduos, um de gênero masculino e outro do feminino, afim de detectar questões ambíguas ou de difícil entendimento e também para mensurar tempo de respostas.

O roteiro das entrevistas foi elaborado a partir das categorias de análise determinadas pela pesquisa. O primeiro bloco está relacionado a Patrimônio Cultural (cinco questões), o segundo a Cidades Ribeirinhas (sete questões) e o último referente a Paisagem (sete questões), sendo que a categoria de topofilia está intrínseco nos três blocos para compreensão da afetividade, todas as questões foram elaboradas na característica semiaberta com total de 19 questões (VIDE APÊNDICE A).

Os públicos-alvo para responder os questionamentos das entrevistas foram moradores descendentes de famílias que ajudaram a povoar e crescer economicamente a região, portanto, possuem conhecimento da história herdada pelas gerações. Sendo assim, o contato com essas pessoas foi difícil devido à idade avançada de alguns, sendo necessária a aplicação do *snow-ball* para que, no final de cada entrevista, fosse indicado um possível novo participante que era contatado e, caso aceitasse participar, marcava-se a entrevista em dia, horário e local de escolhas do entrevistado. Por fim, foram transcritos os áudios e tratados com a análise de conteúdo de Bardin (2006).

2.5 ANÁLISE DOS DADOS: análise de conteúdo

A pesquisa apresenta características qualitativas na qual após a realização das coleta, os dados foram analisados seguindo o protocolo da técnica análise de conteúdo de Bardin (2006). Entende-se como “um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por

procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição de conteúdo das mensagens, indicadores que permitam a interferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens (BARDIN, 2006 p.42).

Dessa forma, compreende-se que a análise de conteúdo permeia na descrição a partir das características dos dados, a interferência que explicita a mensagem e a interpretação dos significados são apresentados. A análise de conteúdo é caracterizada a partir de 3 (três) procedimentos: Pré-análise; Exploração do material; e, Tratamento dos resultado, inferência e interpretação (BARDIN, 2006).

Face a quantidade de dados obtidos pelos documentos, pelas referências e fontes primárias (entrevistas), recorreu-se à triangulação de dados para reduzir o risco de que as conclusões do estudo refletissem a limitação do uso de uma única fonte. De acordo com Tuzzo e Braga (2016) a triangulação em pesquisas qualitativas podem ser firmadas nelas mesmas afirmando a própria pesquisa como eixo central e ao tripé formado pelo sujeito, objetos e fenômenos.

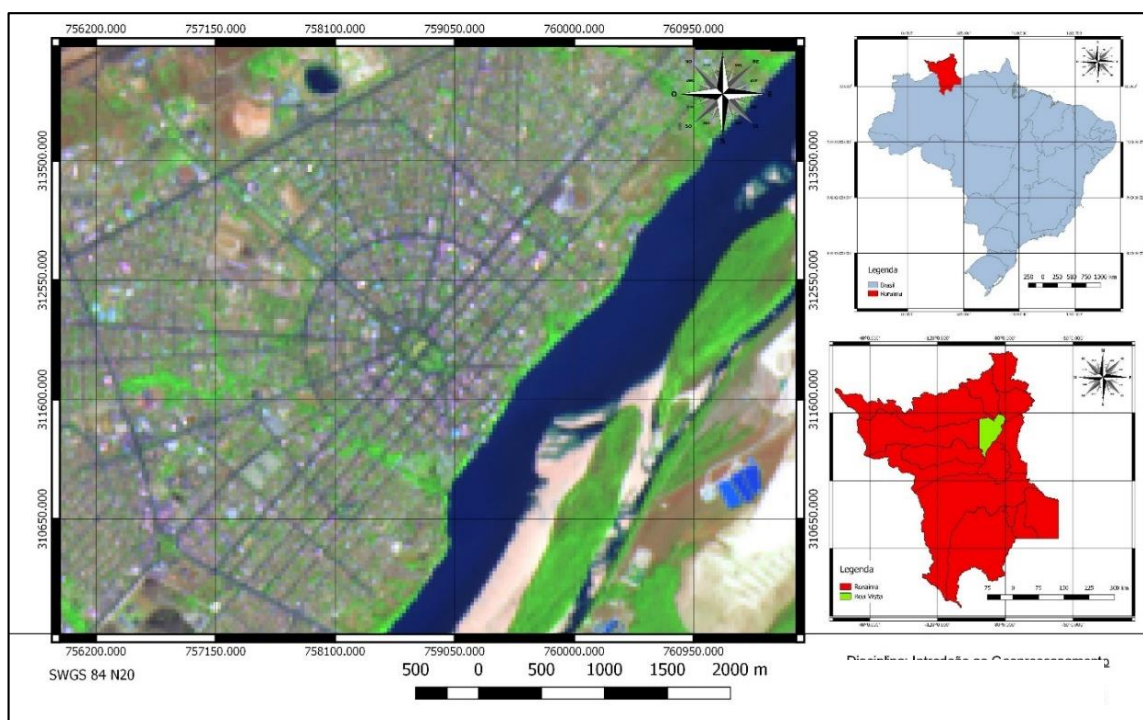
3 MUDANÇAS NA PAISAGEM DO NÚCLEO HISTÓRICO DA CIDADE RIBEIRINHA BOA VISTA - RORAIMA

Com o intuito de contribuir com o conhecimento, nessa seção apresentam-se as narrativas dos participantes da pesquisa quanto a seus olhares sobre o Rio Branco e a importância desse recurso hídrico para o desenvolvimento de Boa Vista (cidade ribeirinha), bem como em relação às intervenções na paisagem do núcleo histórico desta cidade que beneficiaram, ou não, a valorização da memória do passado na forma de preservação dos patrimônios cultural e natural e as consequências disso.

3.1 A IMPORTÂNCIA DO RIO BRANCO PARA A CIDADE DE BOA VISTA

A capital Boa Vista (Figura 8) está localizada no Estado de Roraima, extremo norte brasileiro ($40^{\circ}45'36''N$; $73^{\circ}59'2.4''W$), compreendendo uma área de 5.687 km² com 284.313 habitantes, sendo que 97% vivem em área urbana (IBGE, 2010). A ocupação foi iniciada em 1830 com a fundação da fazenda Boa Vista, sendo que, em 1858, foi elevada à freguesia pelas autoridades eclesiásticas oriundas de missões da igreja católica. Contudo, somente em 1890, sob o governo de Augusto Ximeno Villeroy, foi promovida a vila e sede do município de Boa Vista, sendo desmembrada do município amazonense de Moura e tornando-se administrativamente independente (ROSA FILHO, 2018).

Figura 8 – Planta de situação do município de Boa Vista, Roraima



Fonte: O autor (2018).

A Bacia do Rio Branco está inserida dentro da Bacia Amazônica e seus afluentes. Com formação a partir das confluências do Rio Tacutu e do Rio Uraricoera, a partir deste contexto o Rio Branco possui cerca de 565 km de comprimento até a foz do Rio Negro, no Amazonas. Os principais afluentes do Rio Branco, à margem esquerda, são os rios Quitauaú e Anauá, e, à margem direita, pelo rio Cauamé (CARVALHO; MORAIS, 2014).

De acordo com Oliveira (2007), Boa Vista teve o desenvolvimento urbano lento em relação às demais capitais brasileiras devido à dificuldade de acesso à cidade, que era exclusivamente feita pelo Rio Branco, pois não existiam estradas e aeroportos. Nessa configuração, a romancista Nenê Macaggi (1976, p. 110) corroborou com a descrição da paisagem urbana de Boa Vista durante a sua chegada a cidade, em 1926:

Boa Vista era um Vilarejo até 1926, pequenina e triste [...] muito espalhada, com poucas casas de alvenaria e inúmeras de taipa, cobertas de palhas de buriti ou inajá. Sem árvores, sem praças, e sem flores. Prédios velhos e feios. Quintais abertos e abandonados, sem uma horta ou jardimzinho. Só um bangalô, à distância, embelezando a paisagem. Nenhum grupo escolar, sendo raras as suas escolas regidas por professores primários. Sem cais, e as margens do rio terríveis para a atracação das embarcações. Ruas estreitas e barrentas e, no centro da cidade, um coreto coberto de palha. Nenhuma indústria. Comércio regular e população igual à população das cidades interioranas: curiosa, maledicente, hospitaleira, alegre e amiga de festas e piqueniques.

Segundo o relato da romancista, a paisagem urbana de Boa Vista apresentava-se modesta e de infraestrutura inadequada para os moradores, com prédios públicos sem toque arquitetônico apazível, bem como urbanismo e paisagismo inexistentes, necessitando de intervenções para melhorias espaciais na futura cidade. Boa Vista é uma cidade ribeirinha por ter seu crescimento a partir do rio, com desenvolvimento econômico e cultural dos habitantes que dependiam do Rio Branco para o transporte e o sustento.

Assim, a relação cidade-rio fica evidente. A interação do rio com a cidade é dependente em virtude das funções que as margens do rio apresentam, ou com potencial de atuação, de tal forma que o rio está inserido no cotidiano da cidade e dos seus habitantes de acordo com as funções dadas (TRINDADE JUNIOR et al., 2011).

Com o tempo, as relações rio-cidade e as suas margens modificaram; como recurso natural, os cursos d'água proporcionaram – e ainda proporcionam – postos de trabalho aos habitantes das cidades, seja no setor portuário, no abastecimento e no controle de insumos, seja no setor de transportes, usinas, abatedouros, entre outras fontes econômicas. Estas relações configuram-se como memória coletiva e como marcos na paisagem, sendo, em muitas cidades ribeirinhas, facilmente localizadas (COY, 2013).

É de senso comum que a água é importante em proporções vitais na manutenção e preservação da vida terrestre animal, vegetal e humana. Assim como qualquer recurso natural, a humanidade apropriou-se dos corpos hídricos para auxiliar em outras atividades de sobrevivência e desenvolvimento, como transporte de pessoas e suprimentos, geradora de energia, promoção de lazer e gênese de agrupamentos humanos. Diante dos usos universais da água, foi perguntado aos entrevistados se consideravam o Rio Branco importante e o porquê.

Sendo assim, o Rio Branco foi ressaltado, inicialmente, como o estandarte descobridor do Vale do Rio Branco, principalmente a partir das expedições de Pedro Teixeira pelo Rio Negro durante o século XVI.

“O Rio Branco que é um afluente do Rio Negro deveria ser também ele foi descoberto 1639 por Pedro Teixeira e quando ele vinha navegando o Rio Amazonas é o Rio Negro. As águas escuras aí quando ele deu com um rio de águas brancas, águas claras, né? Aí ele fica se cantou e aí botou o apelido de Rio Branco, muito valioso o estado que tem muita gente com medo agora destacável” (ENTREVISTADO 7).

“Claro, parece que Pedro Teixeira descobriu o Rio Branco. Viu as águas e colocou o nome de Rio Branco. É importante pela água. A água é o principal elemento para vida, sem água ninguém vive” (ENTREVISTADO 8).

A expedição de Pedro Teixeira, em 1639, resultou na descoberta do Rio Branco. Desta forma, foi durante a exploração do Rio Amazonas-Rio Negro que a tripulação avistou uma foz de águas claras e ficou interessada em adentrar. Estas são informações obtidas pelos registros do cronista Cristobal Acuña acerca do possível descobrimento do Vale do Rio Branco (BARBOSA; FERREIRA; CASTELLÓN, 1997).

Destaca-se que para o descobrimento do Vale do Rio Branco, mesmo que despreziosamente como aconteceu na maior parte da Amazônia, o rio possuiu importância para que tal evento ocorresse. Portanto, o destaque histórico do Rio Branco como primeiro acesso ao Estado de Roraima ficou registrado na memória dos participantes da pesquisa, conforme relatos que seguem:

“O nosso Rio Branco é um rio super majestoso, tranquilo, sem profundidade para ter medo, lindo no inverno ou no verão, as duas estações” (ENTREVISTADO 1).

“Nossa cidade, Boa Vista, está localizada exatamente onde o Branco passa, mas quem é que é formador do Branco? Quando é que ele realmente se torna Rio Branco? Quando as águas do Rio Itacutu e do Rio Uraricoera se unem numa comunidade chamada São Marcos, naquela bifurcação, ele toma o nome de Rio Branco” (ENTREVISTADO 2).

“Rio Branco é vida para nossa cidade. Ele é formado bem aqui, há pouquíssimos quilômetros de Boa Vista, com a junção do caudaloso Rio Uraricoera e do Rio Itacutu, também chamado de Tacutu” (ENTREVISTADO 7).

Nas falas registram-se as características físicas e simbólicas do rio, destacando-se a extensão e amplitude que valorizam a paisagem, mesmo durante a estiagem. É possível observar, ainda, a compreensão da formação do Rio Branco pelos seus afluentes principais (Tacutu e Uraricoera) devido à proximidade das confluências com a massa urbana de Boa Vista.

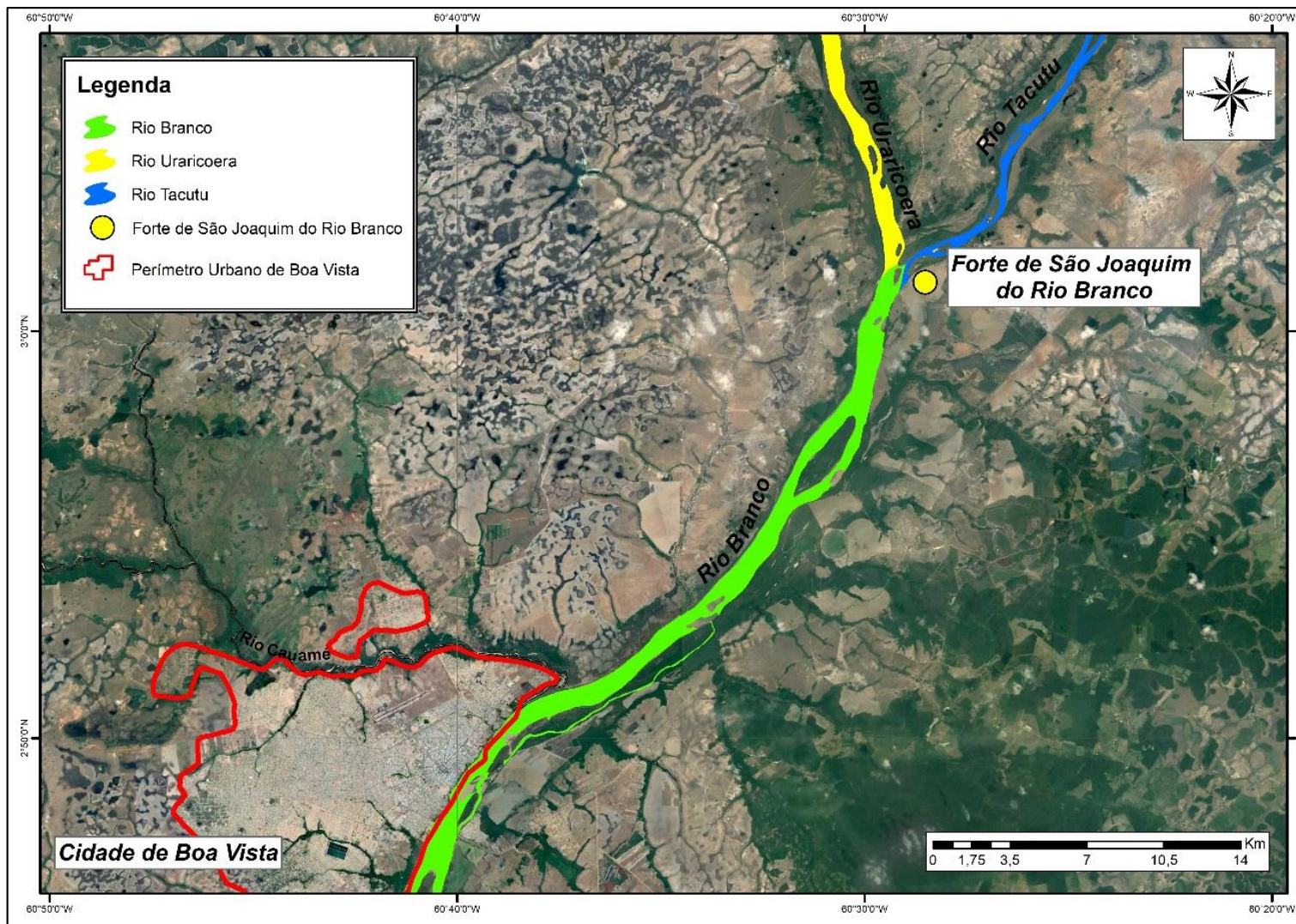
De acordo com Cavalcanti (1946), a ocupação da região do Vale do Rio Branco foi iniciada em 1775, com a implantação do Forte de São Joaquim do Rio Branco, que fica no encontro dos rios Tacutu e Uraricoera (Figura 9), os quais se juntam para formar o Rio Branco. O ponto era estratégico porque o rio Tacutu serviu de entrada de espanhóis oriundos da Venezuela, e o Uraricoera era utilizado pelos holandeses vindos do Suriname para chegar ao Amazonas (COSTA, 2016). O local ideal para a construção seria, então, entre os dois rios, mas o sítio físico sofria inundações e não oferecia condições seguras para uma construção duradoura.

As confluências do Rio Tacutu e Uraricoera são importantes para a compreensão da motivação para as primeiras ocupações humanas com a instalação do Forte de São Joaquim, o que possibilitou o desenvolvimento do núcleo urbano de Boa Vista.

Portanto, o rio proporcionou idas e vindas para a ocupação do vale, assim como a promoção da economia local. A água, desta maneira, pode ser relacionada como elemento primordial para a cidade de Boa Vista dentro dos usos e das reutilizações impostas para atender as necessidades da sociedade de acordo com o recorte temporal pertencente.

O Rio Branco foi fundamental, também, nos primórdios da Fazenda de Boa Vista, cuja funcionalidade era de única e importante via de acesso para o abastecimento das cidades no decorrer do Vale do Rio Branco, o que só era possível no período do inverno quando o volume de água era satisfatório para o tráfego de embarcações de grande porte.

Figura 9 – Formação do Rio Branco a partir do encontro das águas dos rios Uraricoera e Tacutu



Fonte: O autor, 2019.

Nascimento et al. (2018) comentam que o Rio Branco era facilmente navegável nas temporadas de chuva, compreendidas entre maio e setembro, até o Porto de Caracará, portanto, na vazante apenas pequenas embarcações conseguiam acessar (Figura 10). A porção que compreende Caracará-Boa Vista, mesmo nas cheias, é difícil para a navegação e, em virtude disso, Sander, Gasparetto e Santos (2015) delimitam o período hidrológico do Rio Branco como: de cheia entre os meses de abril a setembro e de vazante entre outubro a março.

Figura 10 – Antigo porto fluvial com embarcações atracadas no período das chuvas



Fonte: Departamento de Patrimônio Cultural de Roraima, s/d.

Não havia, desta forma, outra alternativa desde o início da ocupação portuguesa na região, ou seja, por séculos a população dependia exclusivamente do rio para beber, alimentar os animais, movimentar a economia e transportar as pessoas. De acordo com Guerra (1957), o Território do Rio Branco tinha vários problemas de isolamento, principalmente das áreas rurais que viviam como ilhas por conta do inverno das enchentes. A cidade de Boa Vista encontrava-se, então, refém das chuvas, uma vez que, no verão, a cidade não era abastecida pela navegabilidade limitada nas vazantes, complicando a ligação entre Manaus e Boa Vista.

“Durante séculos foi a estrada fluvial, foi quem trouxe o desenvolvimento”
(ENTREVISTADO 1).

“Toda comunidade quando procura um local para se estabelecer, ela procura um lago, um igarapé, porque a água é vida. Os habitantes eram os Paravilhanas. No município de Boa Vista, estavam à margem de um rio quando os nossos colonizadores chegaram, uma cobiça total, né, estava buscando o Eldorado. Os Holandeses também, até chegar os Portugueses e com eles vieram os nossos comandantes [...]. Era o único meio de se adentrar no Estado do Rio Branco, depois passou a ser Roraima, porque ele vai desaguar lá no Estado do Amazonas [...] A nossa estrada era o Rio Branco e isso até Caracará. Na época do inverno é que conseguiam subir até

o porto da intendência até a época que começou de avião que era o avião da FAB-Força Aérea Brasileira” (ENTREVISTADO 2).

“É importantíssimo! Foi o caminho que teve para todo mundo vir para cá, todos os pioneiros que vieram chegaram por aqui pelo Rio Branco. Era o único caminho que tinha de Manaus e de qualquer parte que você viesse, do Nordeste, aquela época não tinha avião e nem estrada para cá” (ENTREVISTADO 3).

“Mas é importante, ele foi a única estrada que tinha aqui que ligava Roraima ao resto do Brasil, era o Rio Branco, né? Porque você não vem aqui de carro e ainda tinha aí, tem foto aí, Governador Constantino Nery, do Amazonas, ele veio visitar Roraima, visitar o Forte de São Joaquim e eles passando a pé na cachoeira do Bem Querer” (ENTREVISTADO 6).

“Não tinha estrada para Manaus, nem para Caracarái, Mucajaí, pra canto nenhum. Aqui era uma ilha, só vinha por água e, a partir de 1945, avião. Se não saísse por avião deveria sair por água. E só no inverno, porque no verão não passava, porque até certo ponto o barco não conseguia passar” (ENTREVISTADO 8).

A importância do Rio Branco, nas falas dos entrevistados, foi evidenciada pela representação histórica que esse recurso hídrico teve para o desenvolvimento da capital de Roraima e, em especial, por ser a única rota de acesso de Boa Vista para o resto do país. Por ser intráfegável na época do verão devido ao volume de água não ser o suficiente para o transporte fluvial, todo o abastecimento da capital e das demais cidades era realizado no inverno, o que aumentava o fluxo de pessoas.

Com as limitações naturais e físicas do Rio Branco para o trânsito de pessoas e mantimentos, novos modais foram necessários para que houvesse desenvolvimento pleno de Boa Vista. Dessa forma, alternativas como a ligação por terra para Manaus foram executadas viabilizando a construção da BR-174, e por via aérea com a construção do aeroporto internacional Atlas Brasil Cantanhede – tais novas alternativas tiraram a cidade do isolamento, porém criaram outros problemas no núcleo histórico.

Os primeiros passos para a ligação Manaus-Boa Vista via terrestre tiveram a iniciativa dos beneditinos durante a década de 1930, por meio da concessão à Companhia Industrial do Rio Branco, do Mosteiro de São Bento. A empreiteira abriu um trecho de Boa Vista-Mucajaí, que se tornou intráfegável devido à falta de manutenção. Na década de 1940, a estrada chegou até Caracarái pelos esforços do Território do Rio Branco, no tocante posterior a ligação de Caracarái com Manaus, com a conclusão da obra da BR-174, que foi palco de guerra entre militares e indígenas, resultando em grandes perdas naturais e culturais (OLIVEIRA, 2007).

“O 6º BEC (Batalhão de Engenharia e Construção) abriu as estradas. Até Caracarái era um caminho feito de terra” (ENTREVISTADO 3).

“As pessoas iam para lá e descarregar os batelões e descarregar os navios que estavam chegando. Então, para mim, é muito importante, e acho que o rio foi a primeira estrada a ligar Roraima o resto do Brasil. O porto de cimento mesmo foi parte integrante porque era ali que encostavam os motores maiores, que os pequenininhos encostavam em qualquer canto, né? Mas os grandes encostavam ali que ele tinha mais ou menos uma estrutura” (ENTREVISTADO 6).

“Com o advento da BR-174 na década de 70, então é o comércio passou a ser realizado, transportes através da BR. Uma primeira fase da abertura que foi feita a estrada ainda não asfaltada, mas depois com asfaltamento da cidade [...]. Porque o Rio Branco só tinha leve navegabilidade na época da chuva” (ENTREVISTADO 7).

Os entrevistados apontaram, durante a entrevista, o início das aberturas de estradas em Roraima, principalmente quando o Governo Militar interviu na engenharia de rodovias no Estado, possibilitando que as mercadorias, os bens de consumo e as pessoas tivessem outras alternativas de circulação, já que era limitada em relação ao uso exclusivo do rio como rota.

Com a construção das primeiras estradas pelos beneditinos foi possível, mesmo que incipientemente, o transporte rodoviário e a tração animal; contudo, não supria a necessidade do Território e, então, o transporte principal continuava sendo pelo rio. As duas estações definiam o tempo médio gasto para as embarcações chegarem aos destinos no trecho Manaus-Boa Vista: no inverno, a viagem era realizada em 5 dias, enquanto que no verão demorava-se cerca de 45 dias, o que tornava o transporte caro nessa estação (CAVALCANTI, 1946).

Como anteriormente citado, o rio foi importante para o transporte dos insumos que eram utilizados pela população da cidade de Boa Vista. No entanto, outras importâncias afetivas foram identificadas pelos descendentes de famílias tradicionais em relação ao corpo hídrico:

“O Rio Branco é muito importante. Nessa época de verão, por exemplo, eu lembro da gente descendo onde tem a casa da Petita. Eu, meus filhos, meus sobrinhos íamos tomar banho de manhã na maior tranquilidade daquela água limpa. Boa Vista era só aquilo, então a gente sente por que você utilizou aquilo, era como um presente, um local para recreação” (ENTREVISTADO 4).

“Muito importante! O Rio Branco deu tudo para gente, desde a gente pequenininha que toma banho, enfim, a água, tudo, porque ele já nos proporcionou e continua proporcionando. Agora está um pouco descuidado, não tem zelo pelas pessoas, pelos banhistas. [...] A gente ia lavar roupa na beira do rio, a água também era do rio e ninguém nem ficava doente. Tinha um chafariz na cidade, mas se você fosse pegar água só chegava lá pelas, depois das 9 horas da noite. Ela ia chegar nas torneirinhas mais baixas e era lata d’água do rio na cabeça para trazer para casa, para fazer as coisas em casa, para lavar roupa, que eu lavei muita roupa naquele Rio Branco. Então, assim, me traz grandes recordações” (ENTREVISTADO 5).

“Muito, muito, em todos os sentidos, né? Eu acho que uma cidade que tem o Rio Branco tem tudo [...]. Hoje, sem dúvida, vem através da companhia de águas e esgotos, mas antes tudo era buscado e utilizado com a movimentação humana. Tomava-se banho, lavar sem roupa, trazia-se água para casa para beber, para

molhar as plantas, para dar para os animais. O Rio Branco é tudo, é hoje é um rio extraordinário” (ENTREVISTADO 7).

É possível destacar, nas entrevistas, o lócus de encontro da comunidade, majoritariamente de mulheres e crianças, com a água coletada diretamente do rio, o que desempenhou papel vital para o consumo humano, para a criação de animais e plantas e para o lazer. Entretanto, observou-se desvinculação com o corpo hídrico devido as outras fontes de tratamento e captação de água do mesmo rio, uma vez que o contato indireto viabilizou a insensibilidade da importância do Rio Branco, promovendo contaminação e falta de zelo por parte dos usuários.

O Rio Branco, frente as múltiplas faces do desenvolvimento econômico e das utilizações diárias pela comunidade, não se delimitou apenas como um cais, mas como uma unidade para a sociabilidade. Isso ocorreu devido aos usos do rio nas tarefas domésticas, em que o indivíduo lavava roupas e louças às margens do rio, assim como por ser um espaço de recreação, banhos e piqueniques, tornando-se um ponto de encontro para todos.

Portanto, foram modificadas as utilizações do Rio Branco de acordo com as necessidades da sociedade, beneficiando a comunidade para a permanência humana na região. Sendo assim, a importância ainda é percebida na contemporaneidade, o que será tratado nas próximas seções, bem como as intervenções urbanísticas e arquitetônicas que impactaram o espaço.

3.2 AS INTERVENÇÕES URBANÍSTICAS E ARQUITETÔNICAS NO NÚCLEO HISTÓRICO DE BOA VISTA

Aportou-se a embarcação do Capitão Inácio Lopes de Magalhães à margem direita do Rio Branco e sob a topografia íngreme instalou a Fazenda Boa Vista em 1830, onde se localiza, atualmente, o Restaurante e Bar “Meu Cantinho”. A partir de então, o local aportado pelo capitão do Forte São Joaquim começou a ter embarcações atracadas, fundando, assim, o porto fluvial que, juntamente com o porto de Caracaraí, recebiam e enviavam mercadorias e pessoas para Manaus (MORALES; FERKO; COSTA, 2019).

“Quase um século depois veio o Inácio Lopes em 1830, 105 anos depois, e daí para frente começou a população, a ter a referência da bacia do Rio Branco, começou a Freguesia” (ENTREVISTADO 1).

Ouriques (1906), a pedido do governador do Amazonas, Dr. Antonio Constantino Nery, foi pedido um relatório técnico de expedição pelo Vale do Rio Branco (VERAS, 2009). Nesse documento retratou sua percepção da vila (Figura 11), “do seu cômodo porto, cortado pela

natureza em curva regular no barranco da margem, sobe-se por sua suave ladeira até o chapadão, em pleno campo, onde está a vila” (OURIQUES, 1906, p. 13).

Figura 11 – Antigo porto fluvial com edificações no entorno, com o Prédio da Intendência e as residências



Fonte: Departamento de Patrimônio Cultural de Roraima (1924).

De acordo com a figura acima, a margem da orla do Rio Branco configurava-se com prédios públicos e residências construídas pelas famílias tradicionais, destacando-se, para tanto, o porto fluvial como porta de entrada para a vila, mesmo com a infraestrutura escassa.

Em meados do século XX, durante a implantação do Plano Urbanístico de Boa Vista, de Darcy Derenusson, o governador Clóvis Nova da Costa, em 1947, solicitou a construção de uma rampa de concreto para facilitar a carga e descarga de materiais que desembarcavam, sendo que o espaço passou a ser reconhecido, pela população, como Porto de Cimento. O Porto do Cimento se constituiu como a entrada principal da cidade em formação, sendo o único elemento físico acessível para o tráfego de pessoas, de materiais e para a atracação de embarcações.

“Por que porto do cimento? Porque fizeram, já na década de 60, uma rampa grande de cimento para que os carros de boi, não tinha veículo ainda, os carros de boi, depois um outro caminhão, o Jeep descesse essa rampa até a proximidade das águas para embarcar e desembarcar mercadorias, em tão pouco do cimento é o porto de Boa Vista” (ENTREVISTADO 7).

“Era de chão batido mesmo, daí cimentou, aí fizeram aquele Porto do Cimento, onde as embarcações encostavam para descarregar toda mercadoria para Boa Vista” (ENTREVISTADO 8).

Portanto, compreende-se que o porto possuiu um papel fundamental para o desenvolvimento de Boa Vista, sendo que é possível delimitar, inicialmente, a importância do espaço dentro do recorte temporal, em 1830.

“Aonde foi que eles aportaram? Onde está localizado o início da orla Taumanan (Porto do Cimento). Este porto era o porto vivo. Aqui neste porto aportou o nosso fundador do município de Boa Vista, capitão Inácio Lopes de Magalhães, chegou à igreja (as mãres e padres beneditinos) onde ficaram hospedados na residência de Bento Ferreira Marques Brasil, quando o Hamilton Rice fez a primeira fotografia aérea em 1924. A importância desse porto para nós é imensa, e o porto mais próximo era em Caracaraí” (ENTREVISTADO 2).

“Tudo! Nosso vinha de Manaus em caixas de madeira e descarregado no Porto do Cimento, comecinho da cidade. Ali chegou o primeiro bispo, o primeiro governador, tinha ao lado da Intendência” (ENTREVISTADO 5).

“Foi ali que, por ali, por aquele posto, chegaram todas as autoridades daqui. Por aquele porto chegou o primeiro governador; foi naquele porto, quando Inácio Lopes de Magalhães saiu procurando um lugar para fazer a fazenda dele, ele ia sentir você não tiver entradinha assim, e ele encostou a embarcação dele ali, mas porque Boa Vista? Inácio de Magalhães quando ele chegou, ele disse assim: - Mas que boa vista tem isso aqui, né? Não deixa de ter sido ele, achou que a vista daí era muito boa e fez a fazenda dele, e que se você tem essa foto, para mim uma das partes mais importantes, é uma das mais importantes. Então, por aqui subiram todas as autoridades, por aqui subindo todos os indígenas, por aqui sobe todo mundo, vai tá Boa Vista, chegou por aí” (ENTREVISTADO 6).

“Então, a migração do pessoal que forma a nossa terra, os migrantes nordestinos que afluíram para cá, que vieram para cá, que deixaram tudo e vieram aqui buscar uma vida nova, priorizando o trabalho e a família, ali que as embarcações estacionavam” (ENTREVISTADO 7).

O Porto do Cimento é descrito pelos participantes como a representação física da gênese de Boa Vista, uma vez que foi nesse espaço que aportaram as primeiras embarcações com os primeiros habitantes colonizadores, assim como as autoridades religiosas, os materiais de construção e os mantimentos que ocuparam o espaço próximo ao rio (Figura 12).

Figura 12 – Primeira fotografia aérea da cidade de Boa Vista, em 1924



Fonte: Acervo de Hamilton Rice, 1924.

O núcleo urbano de Boa Vista, no início do século XX, compreendeu um espaço limitado, porém com proximidade do Rio Branco para a utilização da água nas atividades diárias. As primeiras edificações residenciais e públicas estavam alocadas nessa região devido ao fácil acesso de controle das entradas e saídas no Porto do Cimento, configurando a dinâmica no entorno do ponto portuário.

Do ponto de vista econômico, o Porto do Cimento foi essencial ao desenvolvimento local, pois, conforme descrito anteriormente, era a única porta de entrada para a cidade, sendo que todas as embarcações que traziam mantimentos e materiais eram descarregadas ali. Da mesma forma, a exportação de bens de consumo, especialmente de boi para o Amazonas, movimentava a economia da região para a pequena população residente na capital e no interior.

“Tudo era muito difícil. Chegar até aqui, então os grandes fazendeiros aproveitavam a época de inverno, de junho/julho, para levar o gado para abastecer o mercado de Manaus, e no regresso traziam mantimento para o ano todo, tanto para levar para as fazendas como para ficar aqui na cidade, tipo café, açúcar, arroz, feijão, querosene, tecido. Então, o porto do cimento recebia todas as embarcações” (ENTREVISTADO 1).

“Nós exportávamos para Estado do Amazonas o gado bovino, agora acabou! Mas era assim. Este porto servia de apoio para as embarcações que vinham até o horário exato para pegar os bois para levar para o Estado do Amazonas [...] Aonde as embarcações vinham do Estado do Amazonas trazendo desde o querosene, a farinha, o arroz, o feijão e todos os mantimentos, inclusive os tecidos do Estado do Amazonas” (ENTREVISTADO 2).

“Porto de cimento era onde as embarcações aportavam. Roraima sempre teve uma ligação com o Amazonas, principalmente na época da cheia, quando podia transitar do Amazonas para cá e daqui para lá. Então, eles que traziam açúcar, café, tecidos para o comércio, era o meio de transporte que tínhamos” (ENTREVISTADO 4).

“Porto do cimento era uma parte da nossa história, por ali chegavam os batelões e embarcações que vinham na época do inverno trazendo mercadorias para as lojas dos nossos pais, dos pioneiros do comércio. Eles tinham depósitos para as mercadorias por uns meses até chegar o inverno” (ENTREVISTADO 5).

“Os caminhões desciam para pegar carro de boi, carro de boi descia para pegar as cargas lá embaixo, então a importância enorme, né? Eu acho assim: tudo que você precisar de importância da é pouco para o Rio Branco e o Rio Branco com relação a Roraima” (ENTREVISTADO 6).

“Dali (Porto do Cimento) que as riquezas mínimas daqui, exportáveis também, dali saíam. Os movimentos, os movimentos da época, religiosos, políticos aconteciam ali” (ENTREVISTADO 7).

“Era onde as embarcações que vinham de Manaus, naquele tempo eram lanchas, trazer mercadoria” (ENTREVISTADO 8).

A partir das falas dos participantes da pesquisa ficou claro que no Porto do Cimento está a representação histórica de Boa Vista, destacando lembranças como: o atraque dos batelões para carga e descarga bovina para exportação e as trocas de mercadorias para o abastecimento da cidade (açúcar, querosene, tecidos, etc.), assim como o aumento da movimentação de pessoas durante o inverno – quando o rio era navegável –, dentre estas a chegada de Ordens Religiosas no porto fluvial (Figura 13).

Figura 13 – Desembarque de mantimentos no Porto do Cimento



Fonte: Departamento de Patrimônio Cultural de Roraima, s/d.

O Porto do Cimento era importante para a comunidade, uma vez que, em conjunto com o Rio Branco, era o único meio de receber mantimentos de primeira necessidade (arroz, açúcar, feijão, querosene, tecidos), todos trazidos de Manaus, mesmo com as dificuldades em função das navegações serem possíveis apenas no inverno e do isolamento geográfico pela falta de alternativas de acesso à cidade.

Fica evidenciado pelos entrevistados, então, o valor histórico e simbólico que uma rampa de concreto, deteriorado com o tempo, possui frente ao crescimento da sociedade roraimense. Cavalcanti (1946) evidencia, neste sentido, a grande movimentação da economia do Território do Rio Branco, principalmente tocada pelas fazendas localizadas nas proximidades de igarapés e lagos com a exportação bovina para Manaus, Venezuela e Guiana, tendo como via de transporte o rio.

Esse espaço foi caracterizado, pelos discursos, como um ambiente integrador e ponto de encontro em que se concretizam relações afetivas em virtude das atividades que eram desenvolvidas no apogeu da existência do Porto do Cimento. Foram apontadas, também,

atividades dinamizadoras para a interação social, para a sociabilidade e para a troca de valores culturais e econômicos.

Quanto ao Porto de Cimento, os entrevistados referiram o seguinte:

“A nossa praia nascia exatamente aqui no porto. A gente andava tudo isso para tomar banho e colher pedras para jogar bola, brincar nesse rio, fazer piqueniques. As lembranças são as mais belas, não é só aqui ao longo do Branco [...]. Então, você não vê mais um pescador com a sua canoinha, a coisa mais linda no inverno, como que vou esquecer isso? Vinha de Manaus a lancha” (ENTREVISTADO 2).

“A gente ia para o Porto do Cimento para assistir a chegada dos batelões, chegando e desembarcando. E essas pessoas que falei: o primeiro bispo, governador, se alojaram ali onde a Petita mora” (ENTREVISTADO 5).

“Nós tínhamos aqui alguns pontos chaves para lazer, para necessidade. Nós temos o principal, que era o porto do cimento. Então ali era um ponto de encontro, ali funcionava como ponto de encontro do pessoal, ponto de lazer para banhos, pessoal era bonito ver o pessoal e com trouxa na cabeça de roupa para lavar na correnteza, né?” (ENTREVISTADO 7).

O lazer foi o principal ato, excetuando-se a troca de mercadorias, para a população, pois utilizavam-se do empreendimento portuário como balneário, para piqueniques e para reuniões de amigos e famílias. Portanto, além da importância desenvolvimentista que o Porto do Cimento proporcionou à sociedade boa-vistense, auxiliou, ainda, para que as pessoas interagissem entre si a partir do atrativo do rio que completava a paisagem.

Outro ponto que chamou atenção foi sobre as festas religiosas:

“Cadê a manifestação religiosa da procissão de São Pedro? Era o porto querido de manifestação cultural, que as manifestações religiosas também são cultura. O problema não é o vai e vem do transporte, é uma manifestação social, religiosa, política, artística, o povo se faz com a sua história, com a sua identidade, com as suas manifestações sociais” (ENTREVISTADO 2).

Para o entrevistado 2, desde 29 de junho de 1957 é realizada a procissão de São Pedro, padroeiro da cidade de Boa Vista, com o percurso iniciado a partir do Porto do Cimento em romaria aquática. Assim, os fiéis e o santo embarcavam em uma balsa e outras embarcações menores acompanhavam durante o percurso que prosseguia até a Igreja de São Pedro para a missa campal.

Devido ao contexto histórico inserido e discutido na seção de patrimônio cultural, o Porto de Cimento ainda é uma memória recente aos patriarcas e às matriarcas das famílias tradicionais de Boa Vista. Desta forma, foi questionado o que era, para eles, o Porto do Cimento e quais as principais lembranças obtidas durante a vivência individual com o lugar.

Quanto às intervenções, de acordo com as entrevistas, o discurso à época era que esse espaço portuário estava ruindo com a ação do tempo e com a falta de manutenção, devido à falta de função. O fato é que outros modais foram sendo criados e o Porto do Cimento foi perdendo sua funcionalidade para este fim após a construção do aeroporto e da BR-174, resultando no fim da quase exclusividade de escoamento de suprimentos, materiais e pessoas via Rio Branco, bem como de atracação de embarcações para a entrega e saída de produtos.

Dada a construção da Orla Taumanan o Porto do Cimento desapareceu no início do século XXI (Figura 14) modificando o uso e a ocupação do solo à beira-rio do núcleo histórico de um porto em desuso para um complexo turístico que incorporou elementos do entorno, como o Muro do Rio Branco, o anfiteatro, a escadaria e o restaurante chapéu-de-palha (que, posteriormente, foi transformado no restaurante “Riu”).

Figura 14 – Porto do Cimento iniciando o processo de abandono causado pelo desuso – s/d



Fonte: Departamento de Patrimônio Cultural de Roraima (s/d.).

O entrevistado 7 apontou que o “*porto do cimento é atual Orla Taumanan*”, o que será detalhado mais adiante, sendo que essa intervenção foi criada pelo governo municipal de Boa Vista para diminuir o “vazio” urbano que se criou à margem do Rio Branco (MORALES; FERKO; COSTA, 2019). A partir de 2004, com a construção da Orla Taumanan, a manifestação cultural modificou de rota pela inviabilidade do empreendimento em comportar as embarcações para o festejo, partindo do Porto da Marina Meu Caso até a Ponte dos Macuxi, retornando para o cais e seguindo até a Igreja de São Pedro (BADE, 2018).

O declínio do centro econômico e a negligência do poder público com o núcleo histórico promoveram efeitos catastróficos em elementos como o Porto do Cimento, que foi abandonado em função de seu desuso. Desta forma, com a construção da Orla Taumanan, o porto foi

suprimido em seus aspectos físicos e simbólicos por uma das plataformas do empreendimento turístico (Figura 15).

Figura 15 – Acesso ao antigo Porto do Cimento sob a plataforma da Orla Taumanan



Fonte: O autor, 2018.

A Orla Taumanan obteve apoiadores e opositores, sendo que estes foram, em sua maioria, de moradores descendentes de famílias tradicionais do núcleo histórico, uma vez que, para a gestão pública, a nova Orla representa a promoção do turismo econômico no espaço. Portanto, para os contrários ao empreendimento a principal crítica foi feita acerca da supressão do Porto do Cimento, ou seja, como se a história local fosse apagada para um novo modelo de representação da sociedade.

Para os entrevistados, outras medidas poderiam ser adotadas pela gestão, como: revitalização do Porto do Cimento e promoção da cultura, do turismo e da economia no mesmo espaço, sem que houvesse o desaparecimento do Porto do Cimento, já que este teve participação protagonista na história da cidade de Boa Vista, lembrando que, em conjunto com o rio, proporcionou o desenvolvimento econômico, social e cultural. Contudo, mesmo com a decadência e posterior desaparecimento para a implantação da Orla Taumanan – com viabilização do poder público –, o porto ainda representa, para o contexto histórico, local de grande importância, estando presente na memória dos entrevistados.

Nesse núcleo histórico de Boa Vista foi detectada, ainda, a formação de bairros ao longo da orla do Rio Branco que constituíram uma periferia no entorno do centro. Guerra (1957), Território Federal de Roraima (1987) e Rosa Filho (2018) corroboram com esta afirmação referindo que, durante a década de 1950, a cidade de Boa Vista era dividida em quatro bairros:

Rói-couro (atualmente subdivida em bairros São Pedro e Centro), Caxangá, Centro (basicamente formado pela rua comercial da Jaime Brasil) e Olaria.

“Sem dúvida é o primeiro bairro de Boa Vista. Nós tínhamos quatro bairros aqui: o centro Boa Vista, o bairro Caetano Filho bem próximo à orla (ali as famílias começaram a construir casas), o Bento Brasil, militar, patriarca da família Brasil construiu lá os imóveis, hoje reside em uma delas sua descendente, Petita Brasil [...] e temos um outro bairro surgindo chamado Rói couro, aqui na subida da Atento Brasil, muito pequeno, que deu origem depois ao bairro de São Pedro. Era essa limitação da cidade de Boa Vista” (ENTREVISTADO 7).

O Bairro da Olaria ficava localizado entre a Praça Barreto Leite e o Calungá, recebendo essa denominação devido as diversas olarias distribuídas na parte baixa da margem direita do Rio Branco. Posteriormente, o bairro foi chamado de Francisco Caetano Filho e de Beiral, e, mesmo com as intervenções do Plano Urbanístico de Darcy Derenusson pela nova cidade, o bairro expandiu o espaço desordenadamente, criando vários problemas de ordem social, ambiental, infraestrutura e cultural (ROSA FILHO, 2018).

Entretanto, a economia gerada pela exploração mineral fez com que imigrantes fossem para Roraima, fazendo com que garimpeiros desistissem da atividade e migrassem para a cidade de Boa Vista em casas locadas no bairro do Beiral e, posteriormente, em instalações das olarias (FALCÃO; PINHEIRO; CUNHA, 2011).

“Olha, o beiral, Homero Cruz fez um barracão, uma olaria. Fazia pote, tijolo, telha. Ali na beira do rio o pessoal foi chegando, fazendo uma casa, um boteco e o pessoal começou a chegar na beira do rio, e pescava” (ENTREVISTADO 8).

Bairro pouco populoso e com casas espaçadas, originou-se a partir da utilização do rio para a atividade de olaria, cujo uso e ocupação do solo nomeou primariamente o mesmo. Porém, devido ao aumento da circulação de pessoas por meio da movimentação econômica do transporte de materiais vindos de Manaus e da chegada de bois do interior para serem comercializados no Amazonas, na Venezuela e na Guiana, um conglomerado de pessoas, principalmente relacionadas ao comércio, formou o pacato espaço.

“Grandes empresários começaram aqui pelo Beiral, era bairro Francisco Caetano Filho e se tornou do tráfico de drogas. Foi lamentável! Agora, eu nunca deixei de ir na padaria comprar um pão na Taberna do Maranhão, comprar minhas coisas, tinha aqui também o seu Brandão, pessoa digna, pai da minha colega Nilce que era prima da Doutora Tânia Vasconcelos, a família Brandão, pessoas dignas, Gilberto. Havia um hotelzinho que chamava Casa Verde, que era sempre dos garimpeiros, era colônia dos pescadores, toda comunidade comprava peixe aqui no Beiral” (ENTREVISTADO 2).

“O crescimento do Beiral teve relação com o rio. Era onde eles viajaram para receber a mercadoria do Amazonas, também naquele porto [...] por exemplo, o senhor Nilo Brandão foi o primeiro comerciante, bem esquina, a filha dele era minha amiga, a Socorro. Lá vendia de tudo: tecidos, calçados, mercadoria boa” (ENTREVISTADO 5).

“Só tem! Se era ali que chegava todo mundo, na época que as moças iam para paquerar os meninos nos batelões, e aí surgiu o comércio [...] porque aquelas embarcações, elas trouxeram todas as mercadorias, traziam as pessoas que vinham para Boa Vista. Aqui veio ter avião em 1946. Antes disso, era tudo, todo mundo de barco. [...] O pessoal chegava e via o movimento, né? E muitas pessoas queriam comprar uma casinha” (ENTREVISTADO 6)

“Então, o bairro Caetano Filho, ele foi se destacando com a construção dessas casas, porque ali ficava muito próximo do movimento econômico da nova cidade, que era Boa Vista. [...] Atividade comercial basicamente uma espécie de vendas de gêneros de primeira necessidade. Era isso, gêneros de primeira necessidade! O pessoal aqui da região morava, na sua maioria, no interior. Nós éramos uma região rural, pouquinho gente na cidade e as grandes famílias de imigrantes no interior. Então, pessoal produzia lá para sua subsistência e vinha complementar as suas necessidades aqui em Boa Vista... gêneros de primeira necessidade, a venda do café, do açúcar, do querosene, que era importante para iluminação, e o tabaco” (ENTREVISTADO 7).

Evidencia-se, então, o crescimento urbano nesse espaço em função do movimento econômico proporcionado pelo Rio Branco, sendo o segundo fator da participação do rio para o desenvolvimento de Boa Vista, formando, assim, uma comunidade que dependia da água para o comércio funcionar. Falcão, Pinheiro e Cunha (2011) relatam que as atividades de criação de gado, a agricultura de subsistência e a pesca possuem relação com o Rio Branco, entre as décadas de 30 e 40 do século XX.

Os entrevistados destacaram o evento, chamando atenção para a troca de nome do bairro da Olaria para Caetano Filho devido ao assassinato de um dos moradores, chamado de Francisco Caetano Filho, em 1958, como uma forma de homenagem por ser uma pessoa bem influente na época (FALCÃO; PINHEIRO; CUNHA, 2011).

“Esse bairro ficou com esse nome depois que houve um crime, mataram esse Caetano Filho, e aí ficou o nome, mas era chamado bairro da Olaria” (ENTREVISTADO 3).

Os primeiros conglomerados humanos apareceram no entorno do centro de Boa Vista e desenvolvidas ao decorrer da orla do Rio Branco, com predomínio da população com baixa renda, vivendo exclusivamente do rio para a subsistência na criação de animais e pescaria, bem como da fabricação de tijolos e telhas de barro para a construção das casas do centro.

“O Caetano filho, conhecido como Beiral, podemos dizer que era um grupo populacional ribeirinho porque tinha bastante casa de palafita, justamente porque o rio enchia e alargava” (ENTREVISTADO 1).

Consoante Guerra (1957) e Rosa Filho (2018), explanam que a arquitetura do bairro caracterizava-se por edificações simples de taipa ou palafitas de madeira, diferentemente das casas do centro, que eram de alvenaria de fechamento em tijolo de barro e telha cerâmica. Em relação ao urbanismo, no centro as ruas apresentavam traços bem definidos, enquanto que os bairros que nasciam a oeste da cidade não possuíam traçados planejados.

A pesca serviu, portanto, de base econômica para a população do Bairro da Olaria, o que resultou na criação da Associação de Pescadores e no Mercado do Peixe, que era o único espaço que vendia o pescado oferecido para população.

“Tínhamos uma tia que morava ali e, na época do inverno, a gente visitava muito e o rio teve toda importância porque eles viviam da pesca, eles vendiam peixe, tinha um mercado do peixe” (ENTREVISTADO 1).

“As pescas, né? Tudo saía do rio. Naquela época, não tinha água encanada aqui, então a serventia era o rio mesmo, para tomar banho, lavar roupa, tirar água para beber, tudo de lá. [...] Os peixeiros que vendiam o peixe e a gente comprava. Naquele tempo não tinha por aqui, era só lá” (ENTREVISTADO 3).

“Os pescadores antigos paravam as suas canoas ali, agora eles têm a própria classe, tem todas as reuniões, o trabalho deles é modernizado” (ENTREVISTADO 5).

“Eu lembro que o pessoal do Beiral vivia de pesca” (ENTREVISTADO 8).

Os moradores do bairro Beiral, ou Caetano Filho, dependiam do rio para a venda de peixes, uma vez que viviam exclusivamente da pesca, evidenciando, assim, a utilidade do rio para a movimentação econômica de subsistência e para o abastecimento da cidade que, devido a escassa circulação de mercadoria, comprava os peixes desses moradores. Na Figura 16 está o Mercado Municipal do Peixe que servia como local para a compra e venda dos moradores do Beiral.

Figura 16 – Mercado Municipal, 1944



Fonte: Departamento de Patrimônio Cultural de Roraima (s/d.).

A partir da consciência humana nas intervenções do espaço, é possível analisar como a interação entre o ser humano e os elementos da natureza, em especial o rio em regiões amazônicas, desenvolve práticas e cotidianos nos aspectos sociais e econômicos (NUNES; TRINDADE JUNIOR, 2012). O rio, para os moradores do Beiral, foi essencial para a subsistência e para a revenda com o intuito de adquirir outros itens que eram comercializados nas outras regiões da cidade.

Sendo assim, o Beiral foi destacado pelos problemas sociais e ambientais desenvolvidos com o decorrer do tempo. Localizado em uma área cuja topografia caracteriza-se por planície de inundação, nos períodos de inverno o espaço era alagado, o que forçava os moradores a se retirarem, sendo que tal problemática habilitou a inserção de palafitas de madeira e infraestrutura inadequada.

“Algo que chama atenção: todo ano aquele rio enche, e aquele pessoal tinha que sair dali” (ENTREVISTADO 6).

“É uma região muito sacrificada aquela. Há muitos e muitos anos que padece, porque ela é baixa, e quando as chuvas são poucas, nada fora do normal não, quando o inverno é mais intenso, inverno para nós chuva né, aqui é chuva é inverno para gente, né? Então, quando são mais intensas, aquela região ali fica alagada, pessoal sofre muito, vem doenças, né?” (ENTREVISTADO 7).

“Era aquele tipo de pessoal mais baixo. Então, tinha aquela importância, mas quando chegava o inverno, todo mundo saía de lá. Saía e a água ia até em cima” (ENTREVISTADO 8).

Observa-se que, com o inverno amazônico, o bairro do Beiral não possuía infraestrutura adequada para a contenção das enchentes e, portanto, as alagações eram inevitáveis, causando problemas socioambientais no espaço. Para Andrade (2011), o Beiral está intrínseco na formação socioespacial de Boa Vista, pois foi inserido no contexto histórico desde a Fazenda Boa Vista, gênese da cidade. No espaço, viviam comunidades indígenas dentro do processo de periferização em relação as casas próximas da sede da fazenda, dando origem a segregação nos aspectos sociais e espaciais de algumas famílias.

Como herança da estrutura social existente no bairro, vários problemas foram desenvolvidos devido a segregação dos moradores do Beiral, tais como: tráfico de drogas, prostituição, violência doméstica e alcoolismo, que foram alguns dos pontos destacados pelos entrevistados que olham, com tristeza, no que se tornou o espaço, em que, para eles, havia famílias tradicionais que viviam ou possuíam imóveis, mas que, com os crescentes problemas acima citados, mudaram-se para outras regiões da cidade.

“O Beiral foi um despeixo também porque, deve falar do beiral, de pessoas dignas, inúmeras famílias, não sei o que aconteceu porque, por um local de pessoas dignas, de respeito, pessoas maravilhosas, todos eles já morreram, e de repente ele se tornou um antro de prostituição, grandes empresários começaram aqui pelo beiral, era bairro Francisco Caetano Filho e se tornou do tráfico de drogas. Foi lamentável!” (ENTREVISTADO 2).

“Infelizmente, com o tempo ficou famoso como Baixo Meretriz, mas tinham famílias ali também” (ENTREVISTADO 4).

“O bairro Caetano Filho era muito querido. Eram famílias selecionadas, antigas, várias alunas minha, havia uma padaria antiga de pessoas conhecidas, o ambiente era tão legal, ali passeávamos prazerosamente. Era um bairro pacato, transformou-se nisso aí, há anos, e ficou tudo isso, que eu digo que nós estamos na área vermelha” (ENTREVISTADO 5).

“Não sei se você lembra, mas até pouco tempo atrás era cheio de inferninho, comércios pequenos. São desta época que eles surgiram ali, porque a população cresceu muito ali e cresceu assim para o lado errado, né? Não cresceu assim para melhorar cidade, para nada não, ela ficou inferninho da cidade, ficou ali” (ENTREVISTADO 6).

“Isso aí se transformou ao longo do tempo numa área de perdição mesmo, área de corrupção, na área de vício, tudo que não era coisa boa foi centralizado ali” (ENTREVISTADO 7).

Sendo assim, os diálogos evidenciam que o bairro do Beiral foi local para moradias das famílias tradicionais. No entanto, com o aparecimento dos problemas sociais houve a retirada destas famílias que foram para outras regiões da cidade, tornando-se um espaço com *status* de baixa reputação, de pobreza e de tráfico de drogas (Figura 17).

Figura 17 – Bairro da Olaria – Caetano Filho - Beiral alagado nas cheias



Fonte: Andrade (2011).

É visível a segregação socioespacial dessa área, sendo que alguns dos problemas são desenvolvidos pela falta da participação da gestão pública. Segundo Lawall et al. (2018), comunidades em que a administração é carente sofrem com infraestrutura inadequada, baixa qualidade de vida, mal iluminação, dificuldade de acesso à educação e à saúde e problemas ambientais, o que resulta no afastamento das pessoas dos espaços públicos pela proliferação da violência, do tráfico de drogas e da prostituição, tornando-se renegado pela sociedade e pela gestão.

Os entrevistados destacaram, ainda, que as famílias eram retiradas das áreas afetadas para conjuntos habitacionais, mas que, quando o rio secava, a população voltava para o Beiral.

“Algo que chama atenção, todo ano aquele rio enche, e aquele pessoal tinha que sair dali. A prefeitura vai e tira todo mundo, constrói um conjunto aqui e outro ali, no São Vicente, ele foi feito para tirar as pessoas de lá, aquele outro conjunto feito no Caimbé, também foi para isso, para tirar as pessoas da beira do rio, mas na hora que o rio baixava, eles voltavam tudo pra lá. Porque nos conjuntos eles iam vender pra quem? Se o movimento era ali? E muitas pessoas que conseguiam comprar sua casinha ali, já tratavam de pôr um comércio, nem que fosse pequeno” (ENTREVISTADO 6).

“Daí, aquele pessoal do Beiral não tinha pra onde ir. Construíram um conjunto no bairro Mecejana, Vila Maria, que a mulher do capitão Clóvis tirou o pessoal do Beiral e botou pra lá. Chegava o verão eles desciam tudinho, abandonava e voltavam para o Beiral” (ENTREVISTADO 8).

Mesmo com as enchentes anuais, de acordo com os entrevistados, os moradores do Beiral eram retirados em ações que foram desenvolvidas para a construção de moradias em outras regiões; porém, quando o rio secava, os comunitários voltavam às antigas residências. Isso porque a comunidade vivia do comércio local e dos alugueis, e os empregos ficavam próximos das residências, com acesso ao transporte público. Assim, devido a estes pontos positivos, os moradores sempre voltavam depois do inverno pela facilidade da vida e da renda, mesmo com todos os problemas sociais e ambientais no cotidiano urbano (ANDRADE, 2011).

Houve, no entanto, a intervenção da Prefeitura de Boa Vista com a demarcação do bairro dentro das áreas especiais de interesse social pela Lei nº 1.117, de 31 de dezembro de 2018, a qual acrescentou a comunidade na melhoria do urbanismo, na implantação de equipamentos urbanos de saúde, na segurança e na educação. Contudo, as intervenções foram feitas apenas nas ruas principais que davam acesso ao centro (rua Cecília Brasil, rua Castelo Branco e travessa Cecília Brasil), segregando ainda mais os espaços afastados do bairro cujos problemas sociais são latentes (ANDRADE, 2011).

Em 2017, a Prefeitura de Boa Vista iniciou o processo de “gentrificação¹⁰” do núcleo histórico e, como solução definitiva, as residências do Beiral foram desocupadas e os moradores foram realocados e indenizados para procurarem outra moradia. Está sendo, ainda, implantada a ampliação da Orla Taumanan, um complexo turístico para a promoção de bem-estar e de economia por meio de áreas ajardinadas, de práticas de esporte e de edifícios comerciais na nova Orla do Rio Branco.

O Beiral estava alocado no núcleo histórico de Boa Vista com inúmeros problemas sociais e ambientais, pois o bairro estava em solo privilegiado levando em consideração os contextos geográfico e cultural. Com a retirada dos moradores e a implantação de um complexo turístico beneficiando os moradores do entorno com a valorização imobiliária. Entende-se que houve o beneficiamento de grupos empresariais e corporações imobiliárias na modificação da paisagem em detrimento da “higienização” de grupos sociais vulneráveis.

Rosa Filho (2018) corrobora afirmando que a ação da Prefeitura de Boa Vista efetuou uma “higienização” no Beiral. Com início em julho de 2017, 242 imóveis foram demolidos, sendo que, para as famílias, a saída do lugar representou um gasto extra para ir ao trabalho e às escolas. Assim, os moradores tiveram a escolha de ir para conjuntos habitacionais em áreas periféricas da cidade ou a indenização, a qual era insuficiente para comprar outra habitação em área central. O poder público tomou essa atitude, portanto, com o intuito de gerar renda e emprego em cima de uma comunidade vulnerável que, na maioria das vezes, dependia da circulação de pessoas pelo bairro para comprar itens em vários comércios da região.

Sobre isso, os entrevistados comentam que:

“É um trabalho social muito difícil de ser feito porque a prefeitura tirou as casas, mas não conseguiu tirar as pessoas. Então, se você for à noite vai encontrar um antro de drogas e prostituição, o problema é o social” (ENTREVISTADO 1).

“Talvez tenha sido ruim porque acabou, mas para ele, como os moradores de lá, talvez até tenha sido bom porque no inverno a água invadia tudo” (ENTREVISTADO 3).

“Hoje eles saíram de lá. A Tereza conseguiu, o governo indenizou um bocado, ainda faltam indenizar alguns. E tá fazendo um serviço que vai ficar pra sempre. Passei em frente de lá um dia desses, quem te viu quem te vê, tá mudado pra melhor lá” (ENTREVISTADO 8).

¹⁰ A gentrificação é a substituição de comunidades pobres por *outsiders* ricos em espaços, que passam pelo processo de degradação social e ambiental, sofrendo intervenções com a promessa de melhoria cênica e de infraestrutura (FERKO; FERETTI; SETTE, 2008).

De acordo com as narrativas é possível identificar a ação da prefeitura foi benéfica com a retirada dos moradores do Beiral para a resolução dos problemas sociais, ambientais e espaciais. Os entrevistados afirmaram que houve a remoção da população, contudo, ainda há presença de tráfico de drogas e de prostituição. A desocupação do bairro do Beiral (Figura 18) teve início em 2017, com a retirada de mais de 370 famílias, cujos montantes das indenizações foram aproximadamente em R\$300 milhões de reais, sendo que mais da metade foi indenizada e outras foram atendidas pelo aluguel social, com faixas entre R\$600 a R\$1.200 Reais de acordo com cada caso (PASQUALOTTO, 2019).

Figura 18 – Bairro da Olaria – Caetano Filho - Beiral desocupado



Fonte: O autor, 2019.

O novo empreendimento, denominado de Parque do Rio Branco (Figura 19), visa revitalizar a área do antigo bairro Beiral e se anexar com a Orla Taumanan. O projeto urbanístico é assinado pelo arquiteto e urbanista Claudio Nina, e compreende: elevação da Avenida Sebastião Diniz, obras de drenagem, movimentação de terra para adequação do nível e prevenção de enchentes, canalização do córrego do Caxangá, instalação de mobiliários urbanos, marina flutuante, calçadão, espelhos d'água, mirante com 85 metros de altura e espaço para a construção de prédios administrativos. Inclui, também, a construção de uma avenida à beira-rio com, aproximadamente, 1,6 mil metros para ligação da Ponte dos Macuxi com o Parque do Rio Branco, tendo previsão de entrega para 2020 (OLIVEIRA, 2018).

Figura 19 – Proposta do Parque do Rio Branco



Fonte: Ramalho et al. (2017).

As intervenções urbanísticas e arquitetônicas no núcleo histórico representam a ação da gestão pública e suas consequências. Nesse sentido, as modificações impactaram nos aspectos sociais, ambientais e espaciais, mas, por tratar-se de uma área histórica, é necessário que haja compreensão do aspecto patrimonial.

Portanto, a nova unidade da paisagem, com previsão de conclusão em 2020, substituirá o antigo bairro do Beiral e, como toda intervenção urbanística e arquitetônica promovida pelo poder público, gerou – e gera – polêmica com os moradores ao analisarem fenômenos urbanos e as consequências da segregação espacial em regiões centrais das cidades.

Assad (2013) corrobora com a discussão em que as cidades que nascem voltadas para o rio acabam virando as costas, tal fenômeno é resultante das dinâmicas espaciais e do contexto social. Devido a diminuição da utilização do rio em comparação nos primórdios, as residências contemporâneas a beira-rio tendem ter a fachada frontal para a rua, oferecendo os fundos para o rio, assim como, a destruição da mata ciliar e das margens pelos desmatamentos e poluições.

Portanto, Boa Vista através das intervenções arquitetônicas e urbanísticas iniciou sua formação voltado para o rio, observa-se as primeiras residências e a Avenida Floriano Peixoto, dessa forma, com a expansão urbana e a inserção do meio técnico-científico, a houve a inversão da cidade virando-lhe as costas.

3.3 PATRIMÔNIO CULTURAL DO NÚCLEO HISTÓRICO E FORMAS DE PRESERVAÇÃO

Os patrimônios culturais são elementos presentes no cotidiano das sociedades ao redor do planeta. Tema de discussão desde o início do século passado, os patrimônios culturais e

naturais desenvolveram-se por meio de líderes mundiais, de convenções e de produções de cartas patrimoniais, que são instrumentos para preservá-los para as próximas gerações.

Segundo Kashimoto, Marinho e Ruseff (2002), os patrimônios culturais são soluções adaptadas por indivíduos em problemas naturais e sociais, o que abrange vários aspectos da vida humana, seja no sentido de vestimentas e alimentos, mentalidade, religião, língua, comportamentos, símbolos, dentre outras dimensões. Ou seja, impactam diretamente no modo de viver das pessoas e seus sistemas de valores.

O patrimônio pode ser considerado como um estoque de conhecimento que deve ser passado para as próximas gerações, conhecimentos estes que incluem as experiências e as tradições vividas pelos mais antigos como uma forma de perpetuar a identidade e a memória de sua comunidade.

“Então, patrimônio cultural é uma, é uma riqueza fundamental para o conhecimento e a formação ética de uma sociedade. Então, esse patrimônio cultural ele se enriquece principalmente nesses tempos modernos, porque ele estava muito restrito a experiência humana decorrente apenas das ações do fazer e do viver amealhados ao longo de tempo. Mas o patrimônio cultural, ele passou e tem a cada dia uma importância mais expressiva porque ele gera conhecimento, estoca capacitação e, conseqüentemente, contribui eficazmente para o desenvolvimento de um povo” (ENTREVISTADO 7).

O entrevistado 7 complementa com um exemplo de passagem destes conhecimentos para a sociedade boa-vistense quando ainda não tinha a infraestrutura adequada do ensino básico:

“Na minha época, na minha época que só existia a iniciação primária, primário, as quatro operações e o português, só o curso primário. Em 1962, quando nós iniciamos a nossa atividade voluntária sem qualquer remuneração, e isso não era fundamental para a gente, o desejo de transmitir algum conhecimento nosso era muito pouco. Também a época, nós só temos o primeiro grau, mas o primeiro grau no nível inicial. Depois é que veio o ginásio que era da quinta a oitava série de hoje [...] patrimônio cultural é esse estoque de conhecimentos que uma sociedade vai formando à medida em que ela avança nos estudos como você, avançando nos estudos nas pesquisas, nas experiências, na defesa de dissertações e teses que com certeza absoluta contribui para o desenvolvimento de uma sociedade” (ENTREVISTADO 7).

Na entrevista, destaca-se a exemplificação do conhecimento passado para os mais jovens, como na década de 1960, em que só era disponível o ensino primário e, voluntariamente, as pessoas ensinavam o que sabiam para as crianças.

Patrimônio cultural, portanto, está atrelado a identidade de uma sociedade, pois, a partir da ocupação destes espaços, a população criou rotinas e maneiras de viver cujos conhecimentos

são repassados por gerações. Neste sentido, os entrevistados levantaram essa questão nas entrevistas destacadas nos trechos abaixo:

“Qual é alimentação típica do Estado de Roraima, se nós somos uma miscigenação? Levamos em consideração que os nativos indígenas já habitavam aqui e quando os ‘brancos’ [...]. Aqui já estavam e qual a sua alimentação? Se nós estamos falando dos indígenas, nós vamos buscar a sua essência, que é a macaxeira, mandioca, caça, pesca. Mas e o sal? Não havia! A banana, os frutos nativos como o buriti, o açaí, a bacaba, o patuá, mirixi, murici e por aí vai. Agora, com a vinda dos exploradores, aqueles que vieram porque eram militares e vieram para edificar o Forte São Joaquim, os nordestinos. [...] E com isso trouxeram, na sua bagagem, seus usos e costumes, a sua cultura e, com isso, tiveram um casamento perfeito” (ENTREVISTADO 2).

De acordo com a percepção acima destacada, a identidade é construída com o caminhar histórico que a comunidade trilha, mas a troca de conhecimentos entre diferentes culturais é formada de identidades. A entrevista 2 exemplifica o fenômeno por meio de uma das comidas típicas da região roraimense: a paçoca.

“E o nordestino tinha a paçoca no pilão horizontal e a farinha seca; e farinha de Roraima era a farinha seca, granulada. Então, a paçoca já veio, só que aquela, que fique bem claro, adquiriu uma característica regional, ou seja, a carne já foi feita de uma outra maneira: secado ao sol e ao vento. A carne seca de sol socada no pilão, uma farinha temperada com a banha do porco, cebola roxa” (ENTREVISTADO 2).

Maalouf (1998) e Rodrigues (2017) reforçam, desta forma, que a identidade compreende o que nos diferencia de outras sociedades por meio de esforços interativos entre indivíduos no cotidiano com trocas de conhecimento. Portanto, a identidade é o resultado das trocas de informações de diferentes grupos que se apropriam historicamente como unidade, dando o sentimento de pertença.

Outra perspectiva levantada pelos entrevistados para auxiliar na compreensão do que é patrimônio cultural são as manifestações artísticas, na música, na dança, em ritos religiosos: *“nós vamos observar que nas manifestações artísticas, seja lá na música, na dança e cada local tem um ritmo próprio. Vamos falar de xote, ele tem um compasso valseado diferente do Nordeste” (ENTREVISTADO 2).*

Apoiando o destacado acima, os bens culturais imateriais são práticas e domínios da vida social que se manifestam por meio de saberes, de ofícios e de modos de fazer, sendo celebrações, formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas, assim como os lugares (BRASIL, 1988).

Ficou evidente, também, a compreensão do patrimônio cultural com o conhecimento histórico do início da ocupação, além da indígena, da cidade de Boa Vista e do Estado de

Roraima. Devido à importância histórica que cidades como Boa Vista possuem por meio da circulação dos primeiros ocupantes, na organização espacial e na construção de edificações, cuja arquitetura caracteriza o momento histórico a que pertencem e é sinônimo de legado que deve ser conservado.

“O berço histórico é muito importante para a história do nosso estado. Ele fez ali a Fazenda onde hoje é o bar Meu Cantinho, ao lado da Igreja Matriz foi feita a célula com material muito rústico, de adobe e coberta de palha, pelos Carmelitas que chegaram aqui por volta de 1725. Quase um século depois veio o Inácio Lopes em 1830, 105 anos depois, e daí para frente começou a população, a ter a referência da bacia do Rio Branco, começou a Freguesia” (ENTREVISTADO 1).

“Tudo aquilo da história de Boa Vista- Roraima que tem a ver com a chegada dos primeiros pioneiros” (ENTREVISTADO 4).

“Como o professor Cândido falava: resgatar a memória para preservar, então você perguntou a parte cultural, eu digo que é um resgate de Roraima, da história, da vida das pessoas, temos mais ou menos arquivos, mas arquivos vivos são poucos [...] eu considero como patrimônio cultural a história do meu estado, das pessoas, a vivência” (ENTREVISTADO 5).

O núcleo histórico é entendido pelos entrevistados como importante para o patrimônio cultural por tratar-se da origem, berço da cultura local e compreensão do seu papel para o desenvolvimento da cidade e do estado. Portanto, para os moradores simboliza a memória e identidade da sociedade impressa nas edificações históricas e pelo Rio Branco.

Os núcleos históricos são reflexos de como uma sociedade valoriza a identidade e o estilo local e, então, cidades que mantêm a dominância do *ethos* da natureza histórica detêm o poder de representar a percepção urbana que forma a identidade (PEIXOTO, 2003).

A memória foi um dos fatores discutidos pelas entrevistas por meio da vivência do espaço e dos elementos construídos pelos indivíduos em que é possível criar laços afetivos que dão o pertencimento ao lugar pela comunidade. Por conseguinte, a construção de memórias do lugar é aderida pela sociedade que a rodeia.

“Porque o patrimônio cultural é aquilo que representa alguma coisa em algum momento da vida da cidade, da vida do estado, da vida do indivíduo, ele representa alguma coisa na tua vida na vida de quem quer que seja então isso faça seu patrimônio histórico e para mim o Francisco Caetano foi um dos patrimônios bem presente em Boa Vista” (ENTREVISTADO 6).

Na narrativa do entrevistado 6 lembra com nostalgia o extinto bairro Francisco Caetano Filho popularmente chamado de “beiral”, a discussão sobre esse bairro está nas próximas seções, mas destaca-se que há adesão de pertencimento pelo espaço mesmo com todos os

problemas sociais. Devido ao valor adquirido no passado e na lembrança dos antigos moradores ainda é viva.

Portanto, na concepção de Mota, Cavalcante e Feitosa (2015), a memória é um veículo de informação do passado, não apenas como lembranças de eventos vividos longínquos, mas como ferramenta de entendimento dos cenários atuais e do modelo do que pode ser repetido ou modificado, ou seja, é resultado de evolução de uma sociedade. O ser humano pode deter e guardar acontecimentos do que aconteceu em duas dimensões: a pessoal, as vivências individuais do sujeito, e a social que são relacionadas a história da sociedade que podem ser materializadas em monumentos, edificações e documentos que se caracterizam em patrimônios.

Foi percebido nas entrevistas umas das problemáticas acerca da conservação dos patrimônios culturais materiais, principalmente quando não há a intervenção do poder público para sua plena utilização. Causando transtornos e impactando negativamente a estética das ruas históricas.

“Olha, eu acho isso um absurdo. Porque se eles tivessem o patrimônio mas se conservassem, tudo bem. Mas se precisa fazer alguma coisa, como tá aí a Igreja de São Francisco, o padre tá se batendo nas portas de todo o canto e não querem deixar ele consertar. Isso é um absurdo, esse negócio de patrimônio cultural é a mesma coisa que esses prédios do governo tudo defasado, ficam alugando prédio e ficam se acabando. Como aconteceu com a Casa da Cultura, tá se acabando, por que não conservaram ali? Não tenho noção de patrimônio cultural porque eles chegam aqui ver uma casa antiga e não pode fazer nada nela” (ENTREVISTADO 8).

Sendo assim, os patrimônios culturais são vistos como empecilhos para a conservação das edificações, proibindo modificações e aplicando restrições para intervenções, viabilizando a deterioração dos casarões e das igrejas históricas. As práticas governamentais implicam, neste sentido, na forma como a sociedade enxerga e entende os patrimônios culturais. Dessa forma, as atitudes tomadas pelos gestores são capazes de influenciar na aproximação e no apoio aos patrimônios culturais edificados.

A partir do entendimento de patrimônio cultural na percepção dos entrevistados, fez-se necessário destacar estes elementos que estão presentes na área de estudo cujo valor afetivo e histórico esteve presente nas discussões dos entrevistados.

Dentro das limitações espaciais acima citadas, legislações foram redigidas para tombamento das edificações inseridas neste contexto com o objetivo de preservar os bens arquitetônicos nas esferas municipal e estadual (APÊNDICE C). Assim como nas entrevistas, os participantes destacaram a importância de tais edificações para a história da sociedade. Infelizmente mesmo com os títulos, as edificações foram abandonadas e descaracterizadas.

As Avenidas Floriano Peixoto e Jaime Brasil possuem a maioria das edificações históricas tombadas principalmente prédios residenciais de famílias tradicionais da região, como a Casa da Petita Brasil, residência da família Fraxe e família Salomão. Os prédios comerciais como a Casa das 12 portas, Cine Olympia, Casa Bandeirante, Fábrica de gelo, Centro de artesanatos. Edificações institucionais no âmbito educacional como a Escola São José e Euclides da Cunha; religiosos como as Igrejas Nossa Senhora do Carmo, São Sebastião, Prelazia de Roraima, Casa João XXIII evidenciam a participação da igreja católica na construção do Estado.

Por meio das narrativas dos entrevistados é percebida a importância das edificações para a história de Roraima:

“O berço histórico é muito importante para a história do nosso estado. Ele (Inácio Lopes de Magalhães) fez ali a Fazenda onde hoje é o bar Meu Cantinho, ao lado da Igreja Matriz foi feito a célula com material muito rústico, de adobe e coberta de palha, pelos Carmelitas que chegaram aqui por volta de 1725. [...] então ali naquele núcleo foi crescendo Boa Vista, depois foi feita a casa da Petita, construída pelo meu avô, Teodoro Bento Ferreira Marques Brasil [...]. Então, ali a gente brincava em frente a Matriz, tomava banho no rio, corria em cima do muro (Muro do Rio Branco)” (ENTREVISTADO 1).

“Ver que tem esse patrimônio cultural, por exemplo, esses prédios antigos como Prelazia, a casa da Petita, também que foi do avô dela foi um dos fundadores aqui de Boa Vista, era avô do meu marido também” (ENTREVISTADO 3).

“Depois através da secretaria de educação muita coisa que foi arquivada do comecinho, do ponta-pé inicial que nós demos, então eu considero como patrimônio cultural a história do meu estado, das pessoas, a vivência. Posso me referir a Casa de Cultura que há muitos anos está deteriorada, mas foi tão bonito quanto na inauguração, Madre Leotávia Zouler, nós que sugerimos este nome, missionária da Consolata, foi minha mestra [...] Da sacada ali nós do Colégio São José desfilando no festejo de Sete de Setembro, datas cívicas, e passávamos orgulhosamente, éramos ovacionados e aplaudiam a banda de música lá em cima da sacada. Na gestão de Hélio Campos que foi o palácio, mas primeiramente funcionou na prelaia. Ene Garcêz, um dos primeiros, morou na prelaia, lá era o palácio do governo” (ENTREVISTADO 5).

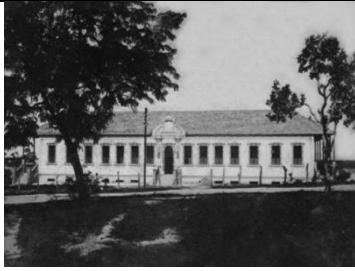
“O prédio da Prelazia de Roraima o primeiro prédio construído aqui em Roraima, então tá na orla do rio aqui, o prédio ele a margem dele né de se limita com o Rio Branco esse prédio funcionou como a casa dos Missionários religiosos que vieram para cá a partir dos Beneditinos no primeiro quarto do século passado, ou seja 1920 foi construído esse primeiro prédio de Boa Vista este aqui no prédio da prelaia é o primeiro prédio da cidade de Boa Vista de importância fundamental, porque além de acolher Os Missionários ele também abrigou a sede do primeiro governo do território Federal do Rio Branco” (ENTREVISTADO 7).

As edificações históricas são ou estão distribuídas pelo centro e expostas pelos entrevistados de acordo com as vivências de cada um. Os casarões das famílias tradicionais, escolas e empreendimentos religiosos foram os mais citados

Diante das informações obtidas pelos entrevistados e das legislações de tombamentos de patrimônios culturais, fez-se necessário apresentar alguns dos patrimônios culturais citados a fim de compreender a importância no contexto patrimonial local (Quadro 3). Na sequência, então, estão os patrimônios culturais tombados pela prefeitura de Boa Vista e pelo Ministério Público do Estado de Roraima que foram citados pelos entrevistados com vistas a identificar tais elementos presentes na memória dos ilustres moradores.

Quadro 3 – Patrimônio histórico e cultural do núcleo histórico de Boa Vista

Antiga	Atual
	
<p>Descrição: A fazenda Boa Vista teve a sede construída em 1830 pelo então Capitão Inácio Lopes de Magalhães. Com características arquitetônicas predominantemente colonial é conhecida atualmente como “Bar e Restaurante Meu Cantinho” pertencente à família Figueiredo. Descaracterizado com o decorrer do tempo foi revitalizado em 1996 pela ação do Projeto Raízes promovida pela prefeitura. Foi tombada pelo decreto 2614/1993 no âmbito municipal e pela Emenda Constitucional 21/2008 pelo governo Estadual.</p>	
	
<p>Descrição: A Igreja Nossa Senhora do Carmo foi construída em 1856, elevada a matriz em 1858. A primeira capela foi erguida com ajuda dos índios das comunidades próximas e nativos da vila. O cônego José Henrique Felix da Cruz Daoia foi a primeira figura eclesiástica no empreendimento religioso. Em 1909 foi passada para a Ordem Religiosa dos Beneditinos. Tombado pelo decreto 2614/1993 e pela Lei 230/1990 da prefeitura municipal de Boa Vista, e pela Emenda Constitucional 21/2008 pelo Estado de Roraima.</p>	



Descrição: A Prelazia de Roraima foi construída em 1909 pelas Ordem dos Beneditinos. Funcionou com décadas como residências de padres e bispos. Em 1944 o governador Ene Garcez apropriou-se da edificação para ser sede do governo do Estado. Na Prelazia funcionou uma escola para meninas e moças para o ensinamentos de atividades caseiras. Tombado pela Lei Municipal 231/1990 e Emenda 21/2008 do Governo de Roraima.



Descrição: A Escola São José foi fundada 1918 pelos monges beneditinos na residência da família Brasil. No comando da escola, D. Pedro Eggerath construiu o prédio em 1924 e denominou a instituição de Escola da Prelazia. Em 1943 a administração escolar passou a ser comandada pelas irmãs beneditinas e foi denominado de Colégio São José. O prédio original encontra-se aos fundos do lote que atualmente loca-se a quadra de esporte. Tombada pela Lei Municipal 232/1990 e a Emenda 21/2008 pelo governo do Estado.



Descrição: Atualmente o prédio residencial da família Brasil localizada na Rua Barreto Leite é conhecida como Casa da Petita Brasil. Construído em 1892 pelo Coronel Bento Ferreira Marques Brasil, com características arquitetônicas do neoclássico europeu faz-se como umas das poucas edificações sobreviventes da modernização dos prédio do núcleo histórico. Tombado pela Decreto Municipal 2614/1993.



Descrição: A Casa da Cultura Madre Leotávia Zoller foi construída em 1940 por Miltom de Negreiro Miranda na Rua Jaime Brasil. Comprada pelo Governador Félix Valois de Araújo serviu de residência oficial dos governadores até a construção do Palácio Hélio Campos, tornando-se museu e Ouvidoria do Estado. A edificação está abandonada e depredada a espera de ação governamental de restauro.



Descrição: A Escola Euclides da Cunha está na esquina entre as ruas Bento Brasil e Inácio Magalhães, com elementos da arquitetura brutalista. Foi tombado pela Lei Municipal 229/1990 e Emenda Constitucional 21/2008.



Descrição: O Muro do Rio Branco está localizado na Av. Floriano Peixoto a partir do antigo Mercado do Peixe, atual Escola Ayrton Senna prologando-se até o extinto Porto do Cimento, atual plataforma Weiquepá do Monumento Orla Taumanan. Com características da arquitetura eclética com traços do art decó e art nouveau, foi construído na década de 40 e foi tombado pelo Decreto Municipal 2614/1993.



Descrição: A antiga Casa Bandeirante foi construída em 1898 com características da arquitetura colonial para funcionar a filial do Comercial J. G. de Araújo que era abastecido pela sede localizada em Manaus. Em 1958 foi comprada pelo empresário Said Salomão e recebeu o nome de Loja Bandeirante. Foi tombado pela prefeitura municipal pelo Decreto 2614/1993.



Descrição: A casa das doze portas foi construída em 1939 para sediar o comércio da família Fraxe com o nome “Royale”. Passou por diversas modificações na planta-baixa mas preservando a estrutura física da fachada e cobertura, com característica da arquitetura colonial. Foi tombado pela prefeitura através do Decreto 2614/1993.



Descrição: O Cine Olímpia estava localizado no prédio misto (residencial e comercial), de propriedade da família Fraxe, foi o primeiro cinema da cidade com os filmes vinham de Manaus através de barcos a motor, em 1946 começaram a chegar por avião. Construída entre o fim do século XIX e início do século XX, atende características da arquitetura colonial. Foi tombado pela prefeitura através do Decreto 2614/1993. Atualmente funciona com predominância do comércio.

Fonte: Acervo do Departamento de Patrimônio Cultural de Roraima. O autor, 2019.

Em relação as edificações citadas pelos entrevistados quando confrontados com dados históricos, fica evidente que estes patrimônios históricos devem ser preservados, uma vez que expressam o caminhar histórico da sociedade boa-vistense. Atualmente, não possuem a importância comercial, religiosa e/ou política de seus períodos áureos, mas estocam conhecimento de quem viveu no auge das edificações e celebram a cultura, a identidade e a memória do povo.

O patrimônio histórico por meio das edificações corrobora na manutenção do conhecimento cultural e intelectual de sociedades anteriores a atualidade, pois testemunharam os costumes, regras, pensamentos da época e do cotidiano das gerações passadas. Dessa forma,

as representações culturais evidenciadas a partir dos edifícios históricos na orla do Rio Branco são expressas na paisagem, com capacidade de conexão com os indivíduos integrantes no espaço.

No entendimento de gestão participativa é necessário dialogar com as diversas faces do problema e buscar soluções em conjunto para encontrar soluções viáveis para todos. Diante disso, fez-se necessário saber se a gestão pública responsável pela Orla Taumanan consultou os atores locais para uma intervenção urbanística e arquitetônica deste porte.

Durante a gestão pública municipal de Boa Vista entre 2001-2006, várias obras foram realizadas na capital roraimense, sendo que uma das principais foi a implantação da Orla Taumanan. De acordo com os entrevistados, não houve qualquer manifestação do poder público ou iniciativa em ouvir a comunidade local sobre a intervenção no espaço, sendo apenas uma das questões relacionadas às modificações do espaço.

“Teresa [prefeita] nunca conversou com a comunidade, nunca respeitou nada” (ENTREVISTADO 1).

“Nunca, aliás, toda e qualquer edificação construída, principalmente no que diz respeito a patrimônio” (ENTREVISTADO 2).

“Nunca foi mostrado, pelo menos para nós aqui, nessa época meu marido ainda era vivo foi ex-prefeito daqui e nunca mostraram o projeto” (ENTREVISTADO 3).

“O projeto nunca foi mostrado para nós, meu marido trabalhou lá na prefeitura municipal” (ENTREVISTADO 4).

“Nós que somos famílias tradicionais aqui, Jaime Brasil e adjacências não fomos consultados” (ENTREVISTADO 5).

“Em nenhum momento, ela consulta ninguém” (ENTREVISTADO 6).

“Lamentavelmente, a sociedade não tem sido consultada, não só com relação com relação a essa obra, mas todas, as obras vão sendo feitas não se preserva não se tem o cuidado de preservar essa história embora você possa remodelar, reestruturar, mas lamentavelmente essa consulta não é feita, então é o projeto que nasce tem nascido tem no ambiente da Prefeitura e diga-se nações essência pela nossa atual gestora Teresa Surita” (ENTREVISTADO 7).

“Não me lembro, nunca ouvi falar, só sei que saiu lá, não deram conhecimento disso não. Isso foi no tempo da Teresa” (ENTREVISTADO 8).

Para os entrevistados a gestão pública não proporciona diálogo aberto com a comunidade para que as multifaces sejam discutidas e apresentação de propostas. Essa situação foi recorrente com a implantação da Orla Taumanan que foi elaborada sem conhecimento prévio e aprovação da sociedade.

Percebe-se que o Porto do Cimento não foi o único patrimônio cultural que foi destruído ou descaracterizado sem a consulta da sociedade civil. Os entrevistados relataram casos como o Hospital Nossa Senhora de Fátima (FIGURA 17), que pertencia a diocese de Roraima, foi tombado pela Emenda Constitucional 21/2009, mas foi realizado o destombamento promulgado pelo Decreto 006/E, de 19 de janeiro de 2015, e demolido no dia 16 de fevereiro de 2015.

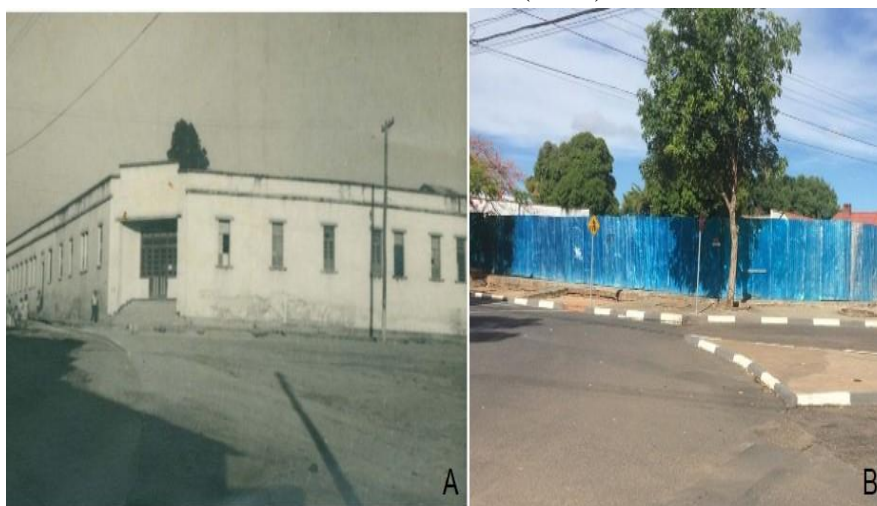
“Hospital Nossa Senhora de Fátima foi demolido na sexta-feira Santa quando a cidade estava vazia, a Praça da Bandeira, construída também pelo meu pai quando era prefeito, não tem mais, nada. Ela faz uma coisas ai, nada a ver. Mas tem que ser moderno! Sim, tem que ser moderno, e tu vai para Europa onde as coisas antigas estão preservadas e aqui nós não podemos preservar a nossa história, a cultura também está implícita nos patrimônios arquitetônicos” (ENTREVISTADO 2).

“Hoje em dia tem muitos poucos prédios, o Hospital ali que era da Diocese foi desmanchado, né no prédio muito grande não sei por que destruíram” (ENTREVISTADO 3).

Intervenções foram realizadas no núcleo histórico que impactaram negativamente os patrimônios culturais como o Hospital Nossa Senhora de Fátima que foi demolido (Figura 20). Questiona-se retoricamente as motivações devido a modernização e cuja réplica abrange aos cuidados de países europeus na preservação dos patrimônios históricos e são os mesmos são motivos para o turismo nesses países.

Mwangi (2015) corrobora que entre os anos de 1949 a 1984 as missionárias da consolata trabalharam no atendimento médico no Hospital Nossa Senhora de Fátima, relata que as mesmas moravam no anexo do centro médico, atual Casa João XXIII, conhecida na época como a casa das madres.

Figura 20 – (a) Hospital Nossa Senhora de Fátima (s/d.) e (b) Hospital Nossa Senhora de Fátima demolido (2019)



Fonte: Departamento de Patrimônio Cultural de Roraima, s/d. / O autor, 2019.

O Hospital Nossa Senhora de Fátima foi a primeira edificação para fins médicos na cidade, era administrado pela igreja para tratamento dos doentes (LIMA, 2011). Portanto, em janeiro de 2015 foi aberto o processo de destombamento solicitado pela diocese, e demolida em fevereiro com a justificativa da estrutura do prédio estava comprometido alertando perigo para a população (BRANDÃO, 2015).

Desde a promulgação da constituição brasileira vigente desde 1988, a sociedade civil passou a ter direito na participação dos processos de decisão da gestão pública, de tal forma, que atitudes dessa natureza possibilitam o exercício da convivência democrática (KLEBA; COMERLATTO; FROZZA, 2015). Há vários instrumentos que podem ser aderidas para a gestão participativa: “(I) órgãos colegiados de política urbana, nos níveis nacional, estadual e municipal; (II) debates, audiências e consultas públicas; (III) conferências sobre assuntos de interesse urbano, nos níveis nacional, estadual e municipal” (BRASIL, 2002, p. 34).

Diante disso, a falta de vontade ou desinteresse do poder público faz com o que uma das premissas básicas dos patrimônios culturais – a gestão participativa – não seja utilizada. Causando vários transtornos e oposições referente as decisões tomadas para o cotidiano da sociedade civil da cidade de Boa Vista.

O principal impacto na paisagem foi com a construção da Orla Taumanan, ocasionou impactos no cotidiano da população boa-vistense, de forma tal, que aderiu a apoiadores e opositores para a implantação do empreendimento. As diferentes opiniões sobre um determinado tema ou situação é normal e aceitável, mas dentro da discussão de patrimônios culturais, vai além, é necessário trocar informações entre os gestores públicos e sociedade.

Intervenções em espaços urbanos são agentes configuradores da morfologia urbana e paisagem. Para Vargas e Castilho (2015), os centros são identificados pelo fluxo de pessoas, mercadorias e serviços oferecidos, o que se torna marco simbólico cidadão. Os núcleos históricos reforçam a valorização do passado, ou seja, evidenciam a significação de espaços no urbano e arquitetônico, para tanto, as intervenções nessas regiões históricas não se limitam apenas na avaliação histórica e patrimonial, mas nas deteriorações e desvalorização em áreas em potencial econômico (VARGAS; CASTILHO, 2015).

Dessa forma, as particularidades das intervenções necessitam avaliar as multifaces das problemáticas apresentadas tais como paisagem, memória, identidade, elementos arquitetônicos, afetividade são variáveis dentro do universo em que uma intervenção pode impactar na sociedade.

Diante disso, a polêmica Orla Taumanan foi construída em 2004 e reformada em 2014 para fins de atender as demandas turísticas. Com aproximadamente 2.500 m² de área construída

o empreendimento é uma realidade na atual sociedade boa-vistense. Mas para a implantação o poder público municipal sobrepôs a um dos patrimônios culturais lembrado com nostalgia, o Porto do Cimento. Quando perguntado se o monumento pode ser considerado um patrimônio cultural, criou-se um debate de concordâncias e discordâncias entre os entrevistados.

Por unanimidade, os entrevistados discordaram com a intervenção feita pela prefeitura no espaço. A desconsideração com a memória do Porto do Cimento é inadmissível para a história da Boa Vista e para Roraima, devido ao valor histórico e cultural que possuía. Mas construído a Orla Taumanan (Figura 21) e está implantado no núcleo histórico, sob a margem do rio branco, foi herdado o simbolismo e sentimento patrimonial do Porto do Cimento para o complexo turístico?

Figura 21 – Orla Taumanan antes da reforma de 2014



Fonte: Departamento de Patrimônio Cultural de Roraima (2008), adaptado pelo autor, 2018.

Os aspectos estéticos do empreendimento são os primeiros a ser reportados, assim como as plataformas e a rampa que interliga as mesmas, acompanham a topografia do terreno. De tal forma, que avança sob a praia e o rio formando uma vista do rio até a outra margem.

“Então, eu acho linda a Orla, primeiro, eu sou contra algumas coisas, mas isso não me impede de achar bonito” (ENTREVISTADO 6).

As opiniões se divergem a partir das motivações que pode ser considerado patrimônio cultural ou não. A Orla Taumanan herdou a memória do lugar, o que faz que seja considerada patrimônio para alguns entrevistados.

“Sim, claro, apesar de todo esse problema é um patrimônio cultural e imaterial porque já existe a história na memória de quem conheceu, mas não deixa de ter o seu valor” (ENTREVISTADO 1).

“A Orla Taumanan sem dúvida, não é a orla pela orla, mas pelo seu conteúdo tudo que aconteceu aqui no nosso Estado, na nossa terra, na antiga vila do Carmo, da antiga vila de Nossa Senhora do Carmo do Rio Branco, depois do Boa Vista com sua instituição com município em 1890, tudo aconteceu ali” (ENTREVISTADO 7).

A retórica evidencia que mesmo com as problemáticas causadas pela Orla Taumanan, o local em que foi inserida representa a história da gênese de Boa Vista, e que para ser considerado patrimônio obrigatoriamente não necessita está existindo, é preciso estar na memória, cantada e decantadas pelas produções científicas e registros.

A herança do patrimônio cultural adquirida pela Orla Tauamanaan não fica evidenciada para os turistas, somente quem acompanhou os processos de modificação da paisagem conhecem o abandono do Porto do Cimento para dar espaço ao novo empreendimento.

“É considerada patrimônio sim, ainda mais pela prefeitura “o miolo daqui é o que mostra”. Ali nós tomávamos banho, estudava no São José, ensaio de teatro nas Freiras com aqueles papéis que decorávamos. No Porto do Cimento era onde fazíamos piqueniques” (ENTREVISTADO 5).

“A Orla é um patrimônio, foi o primeiro local público, com a construção da igreja, o colégio São José que foi o primeiro colégio público e depois foram aparecendo os outros. Na época aquela região da orla era casas alugadas construídas e aqui em frente ao Colégio São José” (ENTREVISTADO 4).

Algumas lembranças foram resgatadas sobre o antigo uso da Orla Taumanan. A população tinha o contato direto com o rio, pontos de encontro entre amigos e familiares. O que faz refletir sobre o uso do empreendimento hoje, o acesso a água do rio é limitado, devido à falta de infraestrutura de pavimentação, os dejetos das instalações sanitárias e hidráulica filtram pela laje que sustenta a plataforma e molha a praia que está coberta.

A mudança do uso e ocupação do solo de uma área de atracação de barcos de carga e descarga, em um espaço abandonado, porém com grande valor simbólico do que representou no passado o desenvolvimento local, para um complexo turístico com características arquitetônicas contemporâneas que destoam das principais edificações do entorno com traços neoclássicos e coloniais (Figura 22).

Figura 22 – Orla Taumanan em 2018: (a) Portal de acesso para a plataforma Weikeepá e (b) Vista pela Plataforma Meremê



Fonte: O autor, 2018.

Para dois entrevistados, não se pode retornar o que foi modificado, devido a inviabilidade de demolir a edificação atual e reconstruir o antigo Porto do Cimento, o gasto desnecessário do dinheiro público ou simplesmente a adesão da nova edificação como patrimônio não pela antiga geração, mas a construção da nova memória a partir da nova geração que está crescendo com a presença da Orla Taumanan no cotidiano.

“Eu acho que de agora em diante será, porque foi demolido que tinha ali que era o Porto, que chamam Porto do Cimento, foi o ponto de chegada de todos os Pioneiros que vieram para cá, naquele tempo não tinha avião, nem estrada para vir carro, era só navegação e aliás na época meu pai veio em 1902, ele veio do Rio Grande do Norte. A Teresa fez a orla ali sumiu tudo e agora para essa geração será um patrimônio” (ENTREVISTADO 3).

“Hoje Orla Taumanan não é mais um porto, é orla porque o comércio de embarcação não existe mais só esse turismo e o que é feito bem então todo benefício da cidade adveio daquela região Porto de Boa Vista, Porto da vila de Nossa Senhora do Carmo, Porto do cimento e agora Orla Taumanan” (ENTREVISTADO 7).

Para embasar o questionamento se a Orla Taumanan é ou não um patrimônio cultural, os entrevistados foram perguntados o que o empreendimento representa para cada um deles. Foram vários pontos de vista a favor e contra.

“Eu acho que para todos os meus netos representa alguma coisa, eu vou lá no restaurante Riu muito pouco, não tenho muita chegada por lá não” (ENTREVISTADO 3).

“Para a minha geração eu não tenho tanta coisa a falar, agora eu só sinto que as novas gerações, a impressão deles, a observação que eles fazem ou que eles poderão falar é diferente da minha, eu acho que teria tanta coisa mais útil de qualquer forma enfeitou a cidade, só torno a frisar, foi feito de uma maneira que foi muito dinheiro despejado” (ENTREVISTADO 5).

“Então, a migração do pessoal que forma a nossa terra, os migrantes nordestinos que afluíram para cá que vieram para cá que deixaram tudo e vieram aqui buscar uma vida nova priorizando o trabalho e a família, o bem aconteceu ali que as embarcações estacionavam, dali que as riquezas mínimas daqui exportáveis também dali saíam, os movimentos os movimentos da época religiosos, políticos aconteciam ali a orla Taumanan sem dúvida é um patrimônio cultural” (ENTREVISTADO 7).

A representativa que a Orla Taumanan possui hoje com estas pessoas é de ruptura com o vivido no passado, foi uma intervenção de grandes proporções que modificou o espaço conhecido por eles. Dessa forma o empreendimento será representativo para a nova geração, assim como o Porto do Cimento foi para quem nasceu na primeira metade do século XX.

“Então, ela representa hoje o centro agradável de lazer de turismo de bem-estar para todos independente de situação financeira mesmo porque ela está situada muito próximo da central de ônibus que possibilita acesso de todas as partes da cidade e no interior” (ENTREVISTADO 7).

Foram detectadas, na concepção dos entrevistados, a importância do uso atual do espaço. Como promotor de turismo e um espaço de contemplação da paisagem natural e urbana, se faz importante no contexto atual da cidade de Boa Vista para ser um centro de manifestações culturais, pontos de encontros cujo acesso é viável para toda a população e turistas.

“Representa sim, [...] a Orla Taumanan é bonita? é bonita. Ela valorizou as casas que tem por ali? valorizou sim [...]. Eu acho que em tudo ela foi positiva, só que eu fui assim porque ela não se incomoda, como ela não é daqui, ela não se incomoda de acabar com nossos monumentos históricos, então assim ela não se preocupa em acabar com nosso patrimônio ela tomba, depois ela mesmo tomba para o chão” (ENTREVISTADO 6).

“Tem que ter respeito pela memória dos nossos antepassados, eles lutaram em uma época que não tinha nada aqui, transporte, água, energia, nem querosene, estrada não existia” (ENTREVISTADO 1).

A oposição com a construção do empreendimento criou uma repulsa com o espaço. Devido ao desrespeito que o poder público municipal desconsiderou a memória do Porto do Cimento, que para os moradores descendentes de famílias tradicionais seus antepassados dispuseram força de trabalho, vivenciaram as dificuldades de infraestrutura e galgaram para o desenvolvimento da cidade a partir do antigo porto.

“Nada! Representa que tirou a Beleza, eu tenho fotografias daqui de casa, vi toda a sua plenitude. [...] é muito complicado eu como filha desta terra nunca aceitei, nunca! Ela (prefeitura) poderia ter construído mais acima respeitando o rio Branco, o código de postura não permite nenhuma residência, mas outras pessoas fizeram. [...] Eu olhei com muita tristeza, tem obras que são tão belas, eu não considero, eu considero uma agressividade aos nativos e a principalmente a natureza que tem que ser respeitada, se os nossos antepassados respeitaram e não construíram às margens do Rio Branco

como é que você vem de outro lugar e se sente no direito de não respeitar o que os nossos antepassados respeitaram. Não aceito isso!” (ENTREVISTADO 2).

Para os entrevistados, não há oposição na construção do complexo turístico, mas como ela foi executada. Poderia permanecer o porto, aderir melhorias de conservação e promoção econômica. A construção da Orla Taumanan deveria ser iniciada ao lado do Porto do Cimento e executar o projeto do ex-governador Ottomar Pinto (1931-2007).

“Só que eu achei que como ela fez aí ela devia ter feito logo todo, como era um projeto muito antigo do Ottomar, que era fazer que era fazer uma orla do Calunga até o outro lado. É um Projeto bonito? É, levou vida para aquilo ali? Levou, mas acabou com o nosso patrimônio cultural, Porto de cimento” (ENTREVISTADO 6).

O posicionamento da gestão pública é um objeto de estudo quando se trata nas seleções do que deve ser preservado ou destruído. Neste sentido, Zanirato (2009) corrobora que historicamente no Brasil a seleção dos patrimônios culturais são escolhidos a partir dos valores adotados pelas elites econômicas e políticas, seja pelo valor artístico, histórico frente a vontade dos grupos sociais dominantes.

Dessa forma, patrimônios culturais foram tombados sem que houvesse a relação com a sociedade como um todo, mas para bel prazer de outros. Respectivamente, bens como o Porto do Cimento não teve tombamento registrado pela prefeitura de Boa Vista e nem pelo Estado de Roraima, somente o seu entorno, mas na memória e identidade de quem viveu no apogeu da existência.

Ficou evidenciado que a Orla Taumanan herdou a importância do seu antecessor, com isso, a responsabilidade de carregar o legado do empreendimento contemporâneo que agora recebe o maior fluxo de turistas na cidade. Para os descendentes de famílias tradicionais, a intervenção foi entendida como um desrespeito a história e memória boa-vistense, pela gestão não possuir raízes justifica-se a indelicadeza com os patrimônios e sua importância. Dessa forma, um novo olhar foi criado para o complexo turístico na espera do cujo monumento seja reconhecido pela nova e futura geração como identidade do seu povo.

Nos primeiros registros da orla do Rio Branco foi possível identificar a porção terrestre a partir do Muro do Rio Branco para o rio. A época não possuía edificações, o que facilitou para a comunidade contemplar a paisagem natural. Portanto, atualmente há prédios públicos e privados, ambos foram edificados ao longo desse espaço. Visando a dificuldade de observar a paisagem natural, por conta dessas produções humanas, foi questionado aos entrevistados sobre tal inquietação.

“Aquele Orla [Taumanan] deveria ter começado do portal de entrada em diante, não teria tirado a paisagem da primeira casa da orla” (ENTREVISTADO 1).

“Nós fomos menos prejudicados, o maior prejudicado foi ali a casa do seu Armando Gomes que ficou embaixo [...], eu estou na parte superior e ninguém na minha frente, mas o visual total e absoluto do Rio e da sua imagem me tirou, tanto que eu fiz uma parte superior para que nós pudéssemos visualizar melhor o Branco” (ENTREVISTADO 2).

“Aqueles prédios que fizeram na orla é que tirou um pouco a paisagem lá da beira do rio que a gente avistava a água e tudo ali” (ENTREVISTADO 3).

“As edificações construídas na beira do rio, porque prejudica a visão para o rio. Ali deveria ser uma avenida livre fazendo um beira-rio, o capitão Êne deveria ter dado uma dura nos padres e ter aberto o beira-rio” (ENTREVISTADO 8)

Para os entrevistados a orla imediata do Rio Branco possui edificações que prejudicaram a contemplação da paisagem natural. Segundo os participantes há impedimentos para a contemplação do Rio Branco. Três das quatro indagações relataram a Orla Taumanan como o principal poluidor para visualização do rio (Figura 23), sendo uma barreira física de contato direto entre os seres humanos e a água.

Figura 23 – Orla Taumanan sobreposta ao Rio Branco



Fonte: O autor, 2019.

As edificações localizadas na topografia mais íngreme e próximo ao rio teve a paisagem dificultada com a construção da Orla Taumanan, restando aos moradores a vista das ruínas do Porto do Cimento ocupada por moradores de rua e usuários de entorpecentes, estrutura de concreto e quiosques da plataforma (Figura 24).

Figura 24 – Diferentes perspectivas da Orla Taumanan como barreira de contemplação da paisagem natural: (a) Vista na entrada do Porto do Cimento; (b) Vista em frente à residência da família Gomes1; (c) Vista em frente à residência Gomes 2; (d) Vista em frente à residência da família Gomes



Fonte: O autor, 2019.

“Não, porque ainda possui as construções da minha infância e adolescência” (ENTREVISTADO 4).

“Acredito que não” (ENTREVISTADO 5).

“Não, podia pensar se ali no Ayrton Senna por ser um prédio mais alto, mas eu acho que não chegou a atrapalhar não” (ENTREVISTADO 6).

“Acredito que não, porque da Jaime Brasil até a José Magalhães, ou seja, do Colégio Ayrton Senna até a outra rua que a José Magalhães, não tinha não se andava por aquele lado, era uma área um pouco pisada também, usada mas não tinha não tinha construção nenhuma naquela área, houve construções de algumas residências, poucas, e o colégio, quero o hotel depois ser transformada em colégio” (ENTREVISTADO 7).

Outros pontos de vista foram levantados durante as entrevistas acerca da paisagem. Para quatro dos entrevistados as novas construções não impactaram na contemplação da natureza, devido ao baixo gabarito, as obras remanescentes da infância. Ainda foi possível detectar os benefícios de obras à beira-rio pela falta de uso do espaço e com as edificações, de maioria pública, deu utilizações e retorno para a comunidade.

Mota (2003) corrobora afirmando que, quando os elementos urbanos e arquitetônicos são inseridos no espaço, variáveis necessitam ser levadas em consideração para que as edificações pré-existent não sejam prejudicadas para a contemplação da paisagem. Topografia, gabarito das novas edificações, impacto ambiental quanto ao conforto ambiental, necessitam de regras e leis regidas pelos planos diretores municipais e os códigos de obras.

Quando questionados acerca do planejamento da gestão pública na orla do Rio Branco, foram indagados acerca dos novos elementos inseridos no espaço e em como os prédios históricos foram negligenciados pelos gestores. Portanto, explanam a necessidade de conservar bens naturais, em especial o Rio Branco e a vegetação remanescente da orla da cidade.

“Mudar não tem condições, porém que a partir de agora quero que tenha consciência plena de não agredir mais o Branco. Tem que haver fiscais não só na orla, mas no berço histórico, observe que o Monumento dos Pioneiros está danificado, pois não tem vigia” (ENTREVISTADO 2).

“Na Orla mudar alguma coisa? Acho que não, pouco frequento lá” (ENTREVISTADO 3).

“Então, eu sinto assim, faz as construções novas, mas não muda o existente porque até agora só houve destruição da nossa cultura” (ENTREVISTADO 4).

“Então, o Porto do Cimento ter sumido, não tem mais nenhum vestígio, que aliás foi uma coisa da nossa infância” (ENTREVISTADO 5).

“Se formos parar pra pensar, muita coisa não deveria ter sido feito. Por exemplo, como te disse, a Orla, né? Ela [prefeita] acabou com o Porto do Cimento que era histórico, ali era um patrimônio histórico daqui. Pela importância histórica, econômica, financeira e comercial, porque ali chegava tudo” (ENTREVISTADO 6).

“Em frente ao restaurante do Riu existiam algumas casas residenciais também, muito bonitas, só foi preservado o meu cantinho hoje tá toda descaracterizada ali” (ENTREVISTADO 7).

Evidencia-se preocupação dos participantes com os patrimônios culturais e naturais, cuja necessidade em preservar o que restou das mudanças na paisagem oriundas do poder público. Tais mudanças influenciaram nos aspectos espaciais, econômicos, patrimoniais e afetivos dos moradores descendentes de famílias tradicionais.

De acordo com o que foi apontado foi possível identificar os patrimônios histórico-culturais locados no núcleo histórico de Boa Vista. A evidência de leis de tombamento nas esferas municipal e estadual, traz em tese que edificações sejam salvaguardadas.

Dessa forma, edificações como Fazenda Boa Vista (Bar Meu Cantinho), Igreja Matriz Nossa Senhora do Carmo, Escola São José e Euclides da Cunha, Prédio da Prelazia de Roraima, Casa da Petita Brasil, Casa das doze portas, Cine Olympia, Casa da Cultura Madre Leotávia Zoller, entre outros patrimônios que foram apresentados.

As decisões do poder público referentes as intervenções urbanísticas e arquitetônicas tomadas sem a participação da sociedade civil pode interferir no modo de vida de todos. Apesar da existência de instrumentos jurídicos para a inserção da gestão participativa, a comunidade

não foi ouvida e apresentada o projeto do novo empreendimento que tanto impactaria na paisagem, na natureza, na afetividade e principalmente na memória e identidade.

Para os atores consultados, há uma relação direta de patrimônio cultural e história, uma vez que os patrimônios são construídos a partir das relações afetivas das pessoas com os bens materiais e imateriais: “*bom, patrimônio cultural é o que faz a história, o patrimônio histórico é baseado em tradições, na antiguidade e na manutenção desse patrimônio como um todo*” (ENTREVISTADO 1).

“Ora! Se você levar em consideração de forma ampla, o que é cultura? Cultura é tudo aquilo que você traz na tua bagagem, seus usos e costumes [...]. Então, a cultura é muito ampla para gente fazer uma identificação, por exemplo, a identidade de um povo é a culinária porque aonde vamos ver no Estado do Amazonas, aí qual é a comida típica daqui? Tambaqui, vamos em Lisboa aí eu queria comer um bacalhau, se vamos na Itália queremos comer uma pizza, uma lasanha e assim sucessivamente, se vamos no Pará queremos as comidas típicas da região como uma maniçoba, um tacacá” (ENTREVISTADO 2).

Os patrimônios culturais, portanto, são representações do passado que sobreviveram às intervenções das sociedades, sendo marcos importantes dentro do contexto dos espaços de núcleos históricos nos quais se inserem as vivências da comunidade nas paisagens históricas.

3.4 MUDANÇAS DA PAISAGEM E NAS VIVÊNCIAS DO NÚCLEO HISTÓRICO DE BOA VISTA

Paisagem é objeto de estudo em diversas áreas de estudos, na ecologia, arquitetura e urbanismo, geografia, sociologia, geologia, entre outras. Uma base interdisciplinar e holística com capacidade de compreender as dinâmicas socioespaciais nas diversas escalas (CORREIA; D’ABREU; OLIVEIRA, 2001).

A paisagem é dinâmica, mas é preciso ordenamento e planejamento dos impactos que futuros empreendimentos possam causar para a sociedade a qual está sendo implantada, em especial em áreas de grande valor apreciativo, seja pela qualidade cênica natural ou ao paisagismo das praças e jardins projetados (MOTA, 2003). As cidades ribeirinhas possuem relações diretas com o rio.

De acordo com Trindade Junior (2011), a maioria das cidades amazônicas foram formadas a partir dos rios, por nele estar o meio de sustento e recreação do homem nortista, o que pode ser um dos causadores de vínculos afetivos. Diante disso, é importante analisar como as intervenções arquitetônicas e urbanísticas podem interferir nas relações afetivas da comunidade em seus elementos históricos e naturais.

Topofilia é a relação afetiva dos indivíduos com a paisagem vivida. Além da percepção das dinâmicas espaciais, ecológicas, culturais dos lugares, é preciso acessar as dimensões simbólicas, pelos sentimentos, dos indivíduos com o espaço (TUAN, 1980). Busca-se nesse trabalho, ser um porta-voz de uma sociedade do extremo norte da Amazônia quanto aos impactos na topofilia local que uma construção à beira rio, Orla Taumanan, causou e alertar para que não se repita em outras cidades da região.

A Orla Taumanan está localizada na margem direita do rio Branco, no núcleo histórico da capital do Estado de Roraima, Boa Vista. Implantada sob o embrião das primeiras ocupações europeias na região, Boa Vista passou por diversas modificações na paisagem dando utilizações e (re)utilizações aos elementos construídos e naturais. Diante aos grandes e futuros empreendimentos construídos à margem do rio, podem ser desconsiderados pelos gestores públicos a memória e ao simbolismo que o espaço intervindo representa afetivamente para a comunidade e na história local.

Portanto, buscou-se entender se e como as intervenções antrópicas em espaços urbanos históricos na orla da cidade de Boa Vista determinam modificações dos laços afetivos dos indivíduos com a alteração da paisagem. Observando o significado cultural, econômicos, político e, principalmente, afetivo.

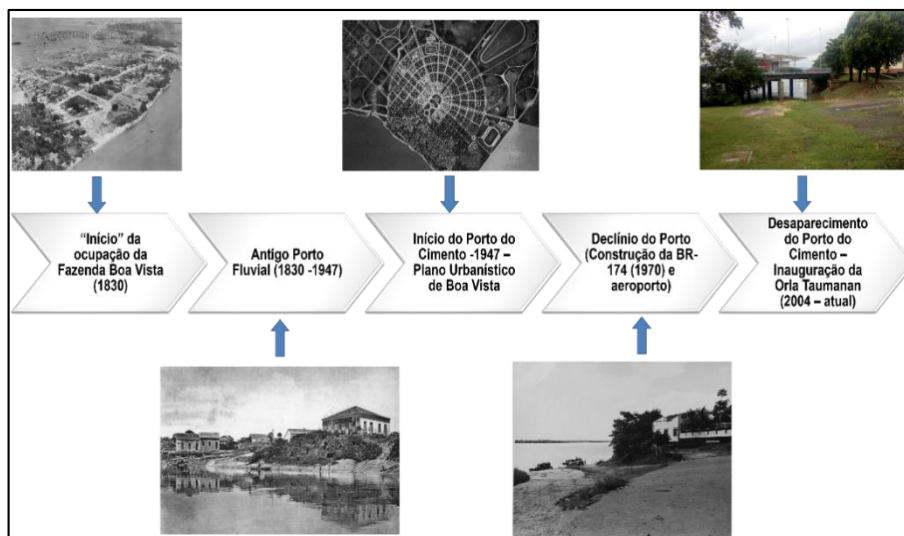
A paisagem da orla no Rio Branco, correspondente a porção inserida no Núcleo Histórico de Boa Vista, passou por diversas modificações a partir de 1830 quando o espaço iniciou a ocupação europeia e nordestina. Mas em meados do século XX passou por transformações que impactaram no âmbito social, econômico, político e afetivo durante a evolução das unidades pertencentes a paisagem urbana.

Durante as entrevistas vários elementos na paisagem urbana foram apontados pela população, em especial o empreendimento portuário que atendeu a sociedade durante o único acesso à Boa Vista era o Rio Branco durante o inverno. O decorrer histórico do Porto do Cimento representa a evolução na paisagem da orla da cidade em conjunto com os demais eventos realizados no entorno.

Na linha do tempo do Porto do Cimento (Figura 25) foi inicialmente fundado com o desembarque do Inácio Lopes de Magalhães e fundação da Fazenda Boa Vista que foi denominado em Porto Fluvial até a construção de uma rampa de concreto ligando a margem do rio com a Avenida Floriano Peixoto durante a implantação do plano urbanístico de Boa Vista em meados do século XX, portanto, com as novas modais de transporte e circulação de pessoas pela construção da BR-174 e aeroporto, somando-se a negligência da gestão pública com o centro, o Porto do Cimento entrou em declínio pelo desuso e abandono, somente em 2004 com

a construção da Orla Taumanan facilitou o desaparecimento total do empreendimento portuário, sendo suprimida pela plataforma Weikepá¹¹.

Figura 25 – Linha do tempo do Porto do Cimento



Fonte: Acervo do Departamento de Patrimônio Cultural de Roraima, adaptado pelo autor, 2019.

A Orla Taumanan é a resultante de tais interferências na paisagem de acordo com os descendentes de famílias tradicionais. O termo utilizado pelos entrevistados referente à obra foi “agressão” devido aos inúmeros casos de perda da identidade e memória que o Porto do Cimento possuía, assim como, as diversas funções que o rio tinha além da movimentação da economia.

A orla do núcleo histórico do Rio Branco passou por diversas modificações desde a fundação da Fazenda Boa Vista com a instalação das primeiras residências e prédios públicos. Portanto, de acordo com as novas necessidades, edificações como a Intendência foram demolidas, e casas ribeirinhas foram implantadas pela margem do rio, ou seja, a atual configuração da Orla Taumanan está voltada para a promoção do turismo (Figura 26).

¹¹ A Orla Taumanan é composta por duas plataformas que acompanham a topografia natural do terreno, a Weikepá e a Meremê.

Figura 26 – Evolução da paisagem da orla do Rio Branco do Núcleo Histórico: (a) orla de Boa Vista em 1924; (b) orla de Boa Vista na década de 1970; (c) orla de Boa Vista em 2018



Fonte: (A) Acervo do Departamento de Patrimônio Cultural de Roraima (1924); (B) Lima (2011); (C) cedida por Tamiris Pires (2018), adaptado pelo autor, 2019.

A evolução da paisagem da orla do Rio Branco é evidente, o espaço modificado pelas ações humanas desde as primeiras construções à margem do rio, resultando em demolições de prédios e construções de novos elementos construídos que compõe a paisagem corrente.

As primeiras casas foram construídas a partir da atual Avenida Floriano Peixoto com traços rústicos do estilo colonial. As famílias tradicionais edificaram os prédios comerciais e residenciais no decorrer da via. Como consequência da temporalidade e das ações humanas, essas edificações foram descaracterizadas ou demolidas, e em contraponto, as edificações temporâneas destacam na paisagem corrente da orla do Rio Branco.

“Então, foi se criando casas de encontros aí foi se criando várias casas da beira do rio naquela Avenida que tava bem na beira do rio mesmo né porque não tinha até aqui alguma outra ali aí no face queria muitas casinhas” (ENTREVISTADO 6).

“A cidade nasceu aqui onde hoje é a orla Taumanan que antes chamava-se Porto de Boa Vista depois Porto do cimento com a primeira igreja e o primeiro símbolo Cristão e também a primeira morada construída aqui ainda no século XVIII em 1725 foi a Capelinha de Nossa Senhora do Carmo erguida com apoio dos nativos e dos índios, carmelitas que aqui chegaram aportando na orla hoje Taumanan, então iniciou tudo ali no meu cantinho, na intendência que foi recuperada, na Matriz e depois a primeira rua primeira rua, como podemos chamar? É a primeira via de acesso aqui foi a Avenida Floriano Peixoto que passa em frente da Matriz” (ENTREVISTADO 7).

As primeiras residências foram construídas às margens do Rio Branco e edificações sacras foram implantadas na Avenida Floriano Peixoto.

Rice (1978) corrobora por meio da expedição em 1924 na Amazônia com destino à Guiana descreveu, até então vila, Boa Vista e as configurações do espaço “era o único agrupamento junto ao rio que tem a honra de ser chamada de “vila”. Esse aglomerado compreendeu 164 casas que abrigam a população de 1200 almas” (RICE, 1978, p. 20).

É possível identificar a paisagem à beira-rio no início do século XX a margem do Rio Branco (Figura 27) que dar acesso a vila para atracação de embarcações, destaca-se o Prédio da Intendência original, a Casa da Petita Brasil, a Igreja Matriz Nossa Senhora do Carmo, a sede da Fazenda (conhecido atualmente como Meu Cantinho), as primeiras casas construídas com alvenaria, observa-se também a orla livre de construções e empreendimentos o que proporcionou livre contemplação da paisagem natural do Rio Branco, Praia Grande e Serra Grande.

Figura 27 – Boa Vista em 1924



Fonte: Acervo do Departamento de Patrimônio Cultural de Roraima (1924).

O núcleo urbano de Boa Vista no início do século XX compreendeu em um espaço limitado, porém, com proximidade ao Rio Branco para utilização da água nas atividades diárias. As primeiras edificações residenciais e públicas estavam localizadas nessa região devido ao fácil acesso de controle das entradas e saídas no Porto do Cimento configurando a dinâmica no entorno do ponto portuário.

O Antigo Prédio da intendência foi citado nas entrevistas como parte integrante do espaço e comprova-se a existência por meio de dados infográficos datados no começo do século XX. Vide como o primeiro prédio para a gestão administrativa do novo município elevado em 1890, foi necessária uma sede para os primeiros intendentess de Boa Vista.

“Quando foi elevada à categoria de município o senhor português José Francisco Coelho casado com Adélia Brasil, cederam a residência para ser a intendência, nominado de prefeitura, o prefeito era superintendente, e os dois vereadores os intendentos. [...] Barreto Leite foi o capitão que veio em nome do governador Ximenes de Ville Roy, que assinou o Decreto 49 de 1890 para transformar isso aqui em município, ele veio dar a posse ao superintendente e aos intendentos” (ENTREVISTADO 1).

O Prédio da Intendência, segundo Lima (2011), destaca-se devido a existência dessa edificação à margem do Rio Branco. Na gestão do prefeito Mário Homem de Melo foi solicitada a demolição e na gestão da prefeita Teresa Surita uma réplica foi construída próximo à localidade original. A primeira versão foi construída em 1900, com fins de sede administrativa da Vila e foi utilizada como a primeira prefeitura, e aos fundos funcionava a primeira cadeia pública.

“A prefeita Teresa fez uma réplica, porém no lugar onde era a intendência ela colocou aquela escadaria e fez um Teatro de Arena, que é lamentável, poderia ser construída realmente na margem do rio como era. Ela não preservou a nossa história, então temos poucos prédios para serem preservados como memória da nossa história” (ENTREVISTADO 1).

“A intendência foi construída uma réplica completamente diferente, no lugar onde deveria ser feito a intendência, foi feito a escadaria, ali em cima foi feito esse Riu, uma edificação modernista maravilhosa, mas não tem nada a ver com o berço histórico, falta de respeito” (ENTREVISTADO 2)

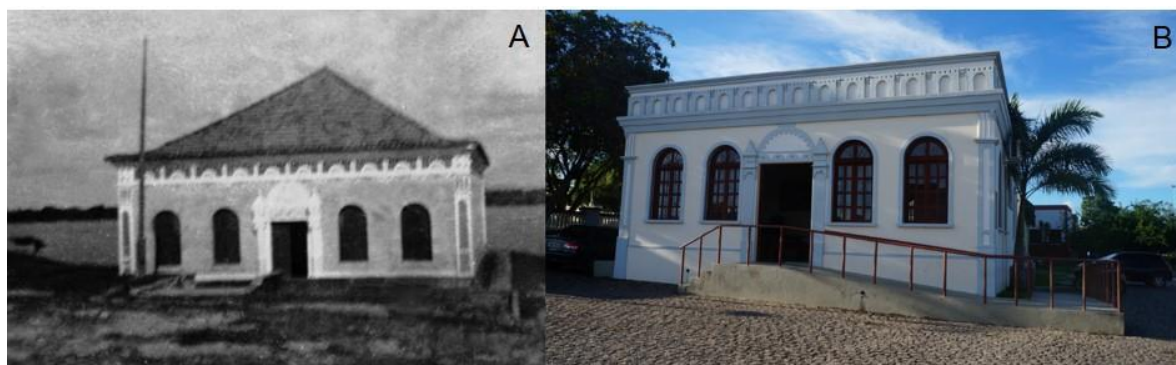
“Então, essa construção aqui a hora foi muito muito pertinente depois tivemos ali em frente à igreja ali em frente à igreja tivemos a intendência que era a sede da administração da Vila, da administração da sede do município de Boa Vista funcionava ali um prédio que foi reconstruída muito bacana mais para esquerda que está preservado” (ENTREVISTADO 7).

Os entrevistados destacaram a ação da gestão pública com a construção de uma réplica do prédio da Intendência. Observa-se que a locação da réplica foi implantada erroneamente pois no antigo espaço foi construído uma escadaria e anfiteatro.

Em 1950, após um incêndio, o prédio da Intendência foi demolido, contudo, em 1996, uma réplica foi construída nas proximidades da Orla Taumanan (Figura 28), por meio de ações da prefeitura; em 2004, a edificação foi restaurada em face de convênio com o Ministério do Turismo, passando a funcionar desde então como o Centro de Informações Turísticas, com a promoção de vários eventos culturais, artísticos, musicais e arte indígena e local. A locação errônea da réplica do Prédio da Intendência foi bem criticada pela população quanto no lugar correto foi construído a escadaria e o anfiteatro, e somado a isto, os elementos que

representavam o modelo original quanto aos materiais construtivos e detalhes da fachada do original não foram inseridos na réplica (MORALES; FERKO; COSTA, 2018).

Figura 28 – (a) Prédio da Intendência e (b) Réplica do Prédio da Intendência



Fonte: Acervo do Instituto de Patrimônio Histórico, Artístico Nacional de Roraima (s/d). Acervo de Jefferson Morales (2019).

Outro elemento destacado nas entrevistas foram dois extintos Mercados Municipais, do Peixe e da Carne, ambos localizados às margens do Rio Branco da que estava inserido na paisagem da orla do Rio Branco e presente na memória dos descendentes de famílias tradicionais.

“Tínhamos uma tia que morava ali e na época do inverno a gente visitava muito e o rio teve toda importância porque eles viviam da pesca, eles vendiam peixe, tinha um mercado do peixe” (ENTREVISTADO 1).

“O meu pai que foi prefeito em 1930-36 construiu o primeiro mercado na Jaime Brasil, anoiteceu e quando estava de manhã ele estava no chão” (ENTREVISTADO 2).

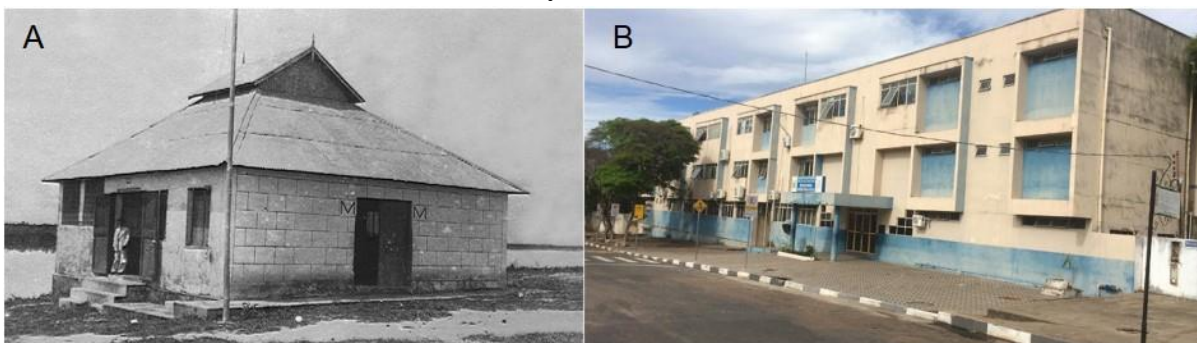
“Os peixeiros que vendiam o peixe e a gente comprava, naquele tempo não tinha por aqui (local da atual residência), era só lá (Mercado do Peixe)” (ENTREVISTADO 3).

“Está preservado onde hoje funciona o centro de artesanato foi construído o prédio do mercado de carne da cidade de Boa Vista essa área toda e um pouquinho bem frente assim nascendo aqui no início da Jaime Brasil um prédio muito bonito que foi não existe mais hoje quero o Mercado do Peixe [...] o Mercado do Peixe que coisa linda, ele fica onde é praticamente a escola Ayrton Senna, o prédio bonitinho parecia assim uma, como é que chamava uma Maloca de alvenaria uma espécie de um polígono coberto com telha bonita, o prédio bonito” (ENTREVISTADO 7).

Os mercados, do peixe e da carne, são destacados pelos entrevistados pela importância que tais edificações exerceram na época para o desenvolvimento da economia local. Observa-se que o mercado do peixe foi demolido e, no mesmo espaço, foi construído o Hotel Praia Palace, que posteriormente foi transformada na Escola Ayrton Senna (Figura 29), sendo que a

estrutura do Mercado da Carne permaneceu, porém o uso se modificou para um centro de artesanato de artesões locais (Figura 30).

Figura 29 – Mercado Municipal “do Peixe”: (a) Mercado antes da demolição, 1944; (b) Atual Escola Ayrton Senna, 2019



Fonte: Acervo do Instituto de Patrimônio Histórico, Artístico Nacional de Roraima (1944) / o autor, 2019.

Figura 30 – Antigo Mercado Municipal “da Carne” – Centro de Artesanato, 2019



Fonte: O autor, 2019.

Os mercados de acordo com seus fins representaram para a sociedade modelos para o desenvolvimento local, portanto, com a descentralização e expansão urbana suas utilizações foram modificadas e, no caso do mercado do peixe, extintas. Mas as duas edificações denotam importância histórica e cultural para os entrevistados devido a carga simbólica dos empreendimentos dentro do contexto de Boa Vista.

Almeida e Santos (2019) corroboram que mercados públicos possuem influências na sociabilidade dos frequentadores devido ser elemento do cotidiano dos moradores e representam características únicas para quem frequenta, seja pelo cheiro, diálogos, hábitos e modos de compra, compreende com a maioria da população por se tratar de espaços públicos.

A paisagem da orla do Rio Branco tinha em sua composição o Prédio da Inspetoria marítima e aérea foi lembrado pelos entrevistados, segundo os mesmos foi demolido (Figura 31).

“Hoje, o restaurante Riu é onde era a colônia dos pescadores e ao lado era o prédio da polícia marítima e aérea de fronteira que também foi destruído pela Teresa, hoje é o estacionamento. Então ali a gente brincava em frente a Matriz, tomava banho no rio, corria em cima do muro” (ENTREVISTADO 1).

Figura 31 – Antigo Prédio da Inspetoria Marítima e Aérea – s/d

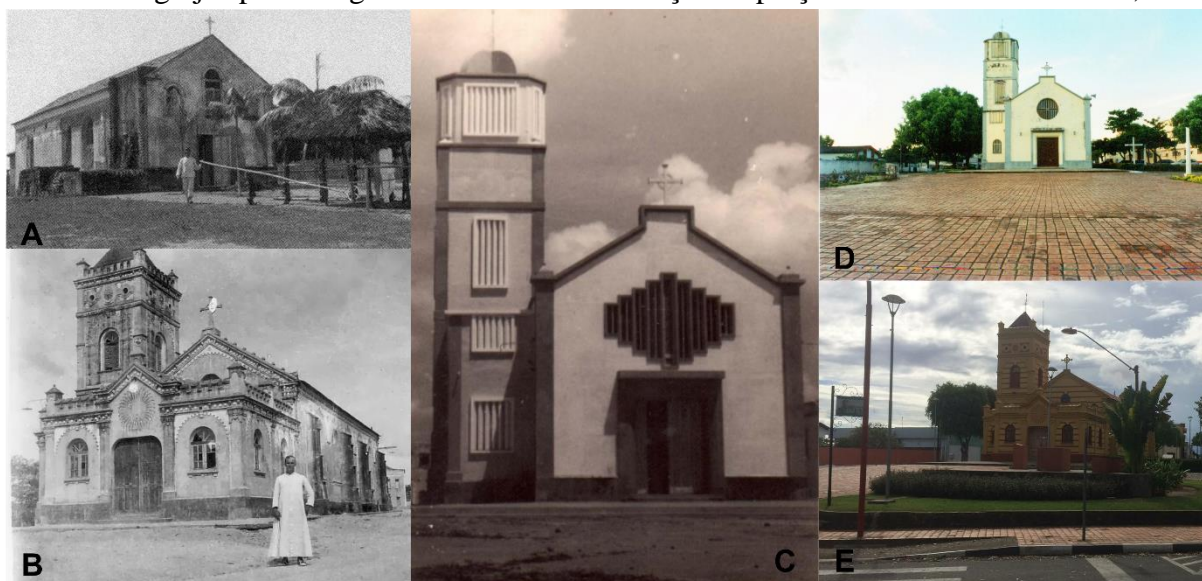


Fonte: Acervo do Instituto de Patrimônio Histórico, Artístico Nacional de Roraima (1951).

A Igreja Matriz Nossa Senhora do Carmo é integrante da paisagem de acordo com os moradores consultados devido ao contexto histórico e cultural que a edificação exerce no núcleo histórico de Boa Vista. Em 1692 foi feita uma petição ao rei português para que o Rio Branco tivesse missionários na região, sendo assim em 1725, foi fundada pelos Carmelitas uma pequena capela de madeira e terracota (Figura 32 a). Em 1858 em função a elevação do povoado em freguesia de Nossa Senhora do Carmo, a capela tornou-se igreja matriz.

A primeira reforma ocorreu entre 1914-1917 mantendo as configurações originais, somente em 1921 foi adotado um estilo germânico nas fachadas do prédio e a inclusão do campanário a edificação (Figura 32 b). Na segunda metade do século XX a estética externa das fachadas foi modificada como a retiradas das pinturas e dos vitrais (Figura 32 c), importados do Rio de Janeiro, e das janelas por barras de ferro. Na década de 1980, foi inserido uma praça no entorno imediato a igreja e em 1996 com o Projeto Raízes foi reformada, no mesmo período a cobertura foi substituída de telha Marselha para telha de barro colonial (Figura 32 d). Entre 2005 e 2007 sofreu por retrospecção no restauro do empreendimento para a tipologia da década de 1920 (Figura 32 e) (FETEC, 2011).

Figura 32 – Intervenções estéticas e volumétricas da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Carmo – a) Igreja antes da primeira reforma 1917; b) Igreja com a inclusão das características germânicas e do campanário, 1921; c) Igreja na década de 1960 com as mudanças estéticas; d) Igreja no início da década de 1990 com outras mudanças na fachada e inserção da praça; e) fachada da igreja após o resgate histórico e revitalização da praça no início do século XXI, 2019



Fonte: Figuras a, b, c, d – Acervo do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional -RR) / Figura e – O autor, 2019.

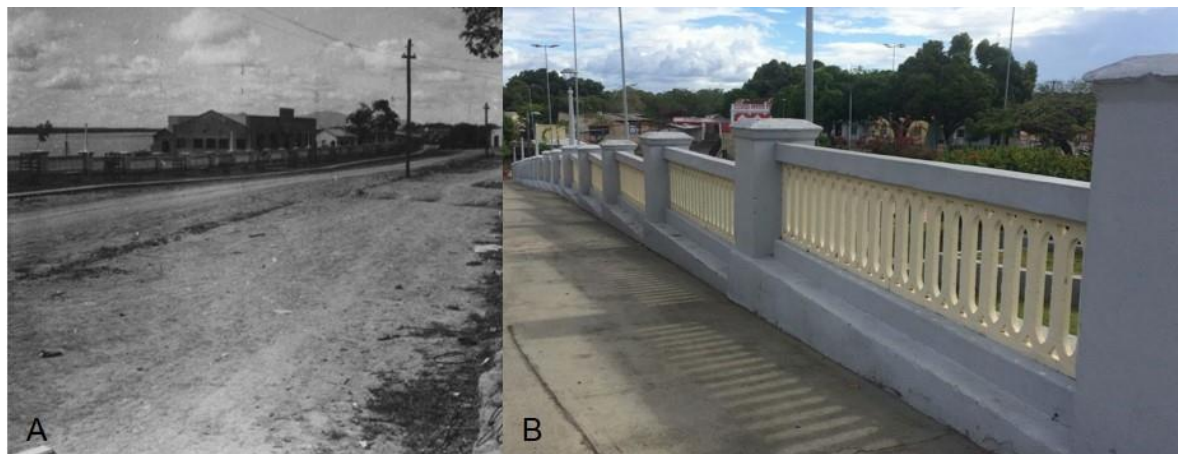
As decisões administrativas acerca do espaço durante o século XX interferiram para que resultasse na configuração atual da paisagem do Núcleo Histórico de Boa Vista. No decreto da Lei Federal n. 5812, de 13 de setembro de 1943, foi criado o Território Federal do Rio Branco. Devido à nova categoria da região foi incentivada a aplicação de infraestrutura adequada com a nova importância estabelecida (RAMALHO et al., 2017).

A nova capital recebeu do primeiro governador Capitão Êne Garcez um projeto urbanístico elaborado pelo engenheiro civil Darcy Derenusson, em 1944, para a implantação do plano urbano. O partido urbanístico deu-se a partir da forma radial concêntrica do núcleo histórico da cidade – traçado de 1900 – permanecendo o traçado e não intervenção nas edificações existentes, portanto várias obras de saneamento, infraestrutura e arquitetônica foram instaladas.

AVENIDA FLORIANO PEIXOTO – Assentamento de meio fios e sarjetas em concreto, galerias para águas pluviais com depósitos para areias, poços de inspeção com ralos, nivelamento do leito da avenida e assentamento de placas de cimento para calçada até o cais de atracação (porto do cimento), foi feito o balaústre (muro) de concreto em toda a extensão da calçada e compreendendo o trecho do Porto do Cimento até hoje, ao mirante Adolpho Brasil. Para compor a urbanização foram colocados bancos de concreto e postes para iluminação com globos de vidro branco, com instalação elétrica subterrânea, o máximo da modernidade da época (RORAIMA, 2015, p. 5).

Diante a nova realidade do núcleo histórico e as várias intervenções realizadas, o Muro do Rio Branco foi outro elemento da paisagem mencionado pelos entrevistados e presente no cotidiano dos descendentes moradores de famílias tradicionais (Figura 33).

Figura 33 – Muro do Rio Branco: (a) em 1948 construído pelo engenheiro Darcy Derenusson; (b) Muro do Rio Branco em 2019



Fonte: Acervo de Darcy Derenusson (1948) / O autor, 2019.

O Muro do Rio Branco corresponde em uma balaustrada em concreto revestida com pintura acrílica. Foi construída durante as intervenções no núcleo histórico durante a implantação do plano urbanístico na década de 1940. Com o objetivo de preservar a vegetação da orla da cidade, a muro inicia ao lado da Escola Ayrton Senna e termina na entrada do extinto Porto do Cimento. Encontra-se em boas condições, mas é necessário manutenção devido a exposição excessiva à umidade.

A Praça Barreto Leite, cujo nome é em homenagem ao emissário do governador do Amazonas que deu posse ao primeiro prefeito do município, o Coronel João Capistrano da Silva Mota. A formação deu-se de forma orgânica, quando o Inácio Lopes de Magalhães construiu a primeira residência, em consequência as famílias e herdeiros construíram as demais no entorno da praça (LIMA, 2011).

As políticas públicas para o ordenamento da paisagem foram destacadas nas entrevistas, assim como, o ser humano como parte integrante no espaço é evidenciado por meio dos problemas sociais. O trabalho informal de flanelinhas. A falta de segurança para o controle de tráfico de drogas, prostituição e vandalismo com os monumentos edificadas. Serviços urbanos ineficientes como a drenagem e rede de esgoto despejada diretamente no rio, iluminação e limpeza pública.

“Tem que haver fiscais não só na orla, mas no berço histórico, observe que o Monumento dos Pioneiros está danificado, pois não tem vigia. Nós temos um posto

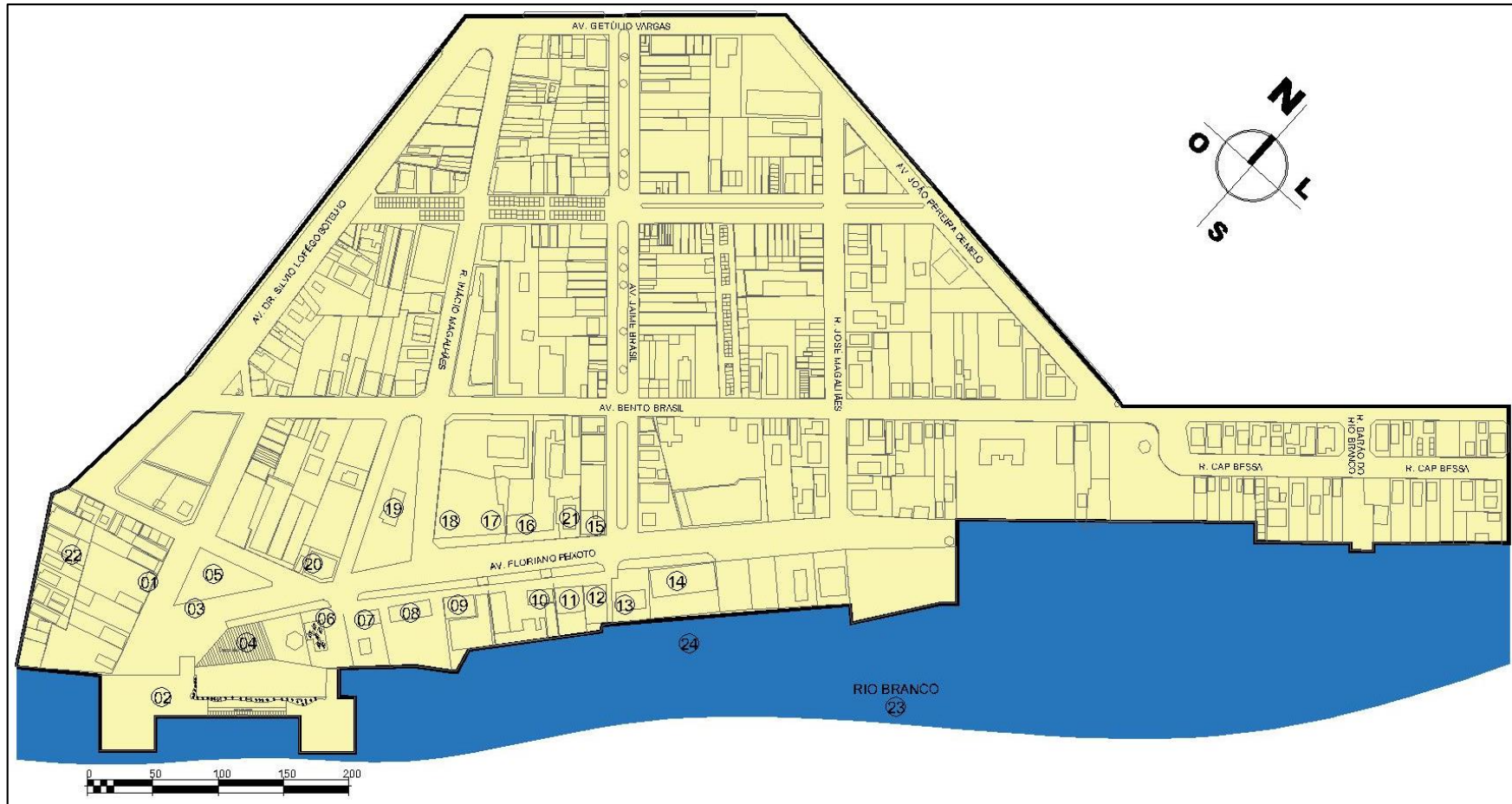
avançado bem ali onde ficam os policiais, mas o pessoal entra dentro da lâmina de água, sobe no monumento, não tem ninguém fiscalizando. Esse é um aspecto não basta fazer tem que preservar, outra coisa que polui também, mendigos, é desagradável você vender um produto quando você tá vendendo produto no Turismo você tem que ter cuidado com os turistas. Então ninguém tem segurança nenhuma” (ENTREVISTADO 2).

Os problemas sociais impactam na paisagem criando sentimentos de repulsa, medo e preconceitos, devido a “poluição visual” causado pela falta de políticas públicas de resgate das pessoas em vulnerabilidade, ou controle social com a segurança pública e serviços sociais. Portanto, Santos (1988) complementa que a paisagem existe a partir dos processos históricos que reflete no momento atual, passível de mudança de acordo com as decisões humanas no espaço. Em contrapartida a percepção da paisagem é seletiva a partir do processo cognitivo na educação formal e informal, dessa forma, indivíduos diferentes interpretam a mesma situação em várias perspectivas.

Barbosa e Nascimento Júnior (2009) corroboram na discussão do capitalismo como agente produtor de materiais e serviços, com a exploração dos ambientes naturais e condutor do crescimento desordenado das cidades, promovendo problemas sociais de moradia, urbanismos, saneamento, segurança, educação e saúde. Para Maricato (2001), as consequências da industrialização descontrolada contemplam a segregação social, vista de pontos multifacetados, tal fenômeno justifica a dificuldade do acesso de grupos de pessoas aos serviços básicos e por outro lado o desemprego, violência, drogas, prostituição que acentuam as diferenças sociais. Dessa forma, é possível evidenciar que as problemáticas urbanas são exteriorizadas na paisagem, criando cenários de pobreza, marginalidade e informalidade inserindo-os no contexto urbano a qual pertence.













Para identificação dos elementos pertencentes da paisagem da Avenida Floriano Peixoto foi elaborado um mapa exposto na Figura 34 para evidenciar as unidades relatadas pelos entrevistados. Cada representação na figura corresponde a uma unidade da paisagem que está identificada pelo nome e pelas coordenadas geográficas na Tabela 1.

Figura 34 – Planta de localização das unidades da paisagem constantes na Tabela 1



Fonte: O autor, 2019.

Tabela 1 – Unidades da Paisagem Cultural e Natural – Avenida Floriano Peixoto – Centro – Boa Vista – Roraima

01	Casa da Petita Brasil	02	Orla Taumanan	03	Monumento dos Pioneiros	04	Escadaria/anfiteatro
							
	2°48'48.629"N, 60°40'8.857"W		2° 48' 48.240" N 60° 40' 6.218" W		2° 48' 49.316" N 60° 40' 7.961" W		2° 48' 49.723" N 60° 40' 6.139" W
05	P. Barreto Leite	06	Restaurante “Riu”	07	Réplica Intendência	08	Centro Artesanato
							
	2° 48' 50.292" N 60° 40' 7.896" W		2° 48' 50.825" N 60° 40' 5.455" W		2° 48' 52.016" N 60° 40' 4.552" W		2° 48' 53.154" N 60° 40' 4.300" W
09	Antiga SEDUC	10	Antigo INCRA	11	Fábrica de gelo	12	SESC ORLA
							
	2° 48' 55.782" N 60° 40' 2.600" W		2° 48' 54.482" N 60° 40' 3.356" W		2° 48' 56.462" N 60° 40' 2.096" W		2° 48' 56.938" N 60° 40' 1.808" W

13 Mirante



2° 48' 57.665" N
60° 40' 1.128" W

17 Casa João XXIII



2° 48' 55.361" N
60° 40' 5.113" W

21 Casa das Pastorais



2° 48' 57.722" N
60° 40' 3.331" W

14 E. Ayrton Senna



2° 48' 58.615" N
60° 40' 0.466" W

18 Rádio Monte Roraima



2° 48' 56.160" N
60° 40' 4.714" W

22 Antigo Beiral



2° 48' 46.465" N
60° 40' 14.574" W

15 Bandeirante



2° 48' 58.028" N
60° 40' 2.734" W

19 M. N.S. do Carmo



2° 48' 54.799" N
60° 40' 6.478" W

23 Rio Branco/Praia e Serra Grande



Varia

16 E. São José



2° 48' 57.272" N
60° 40' 3.864" W

20 Meu Cantinho



2° 48' 52.434" N
60° 40' 6.611" W

24 Mata Ciliar

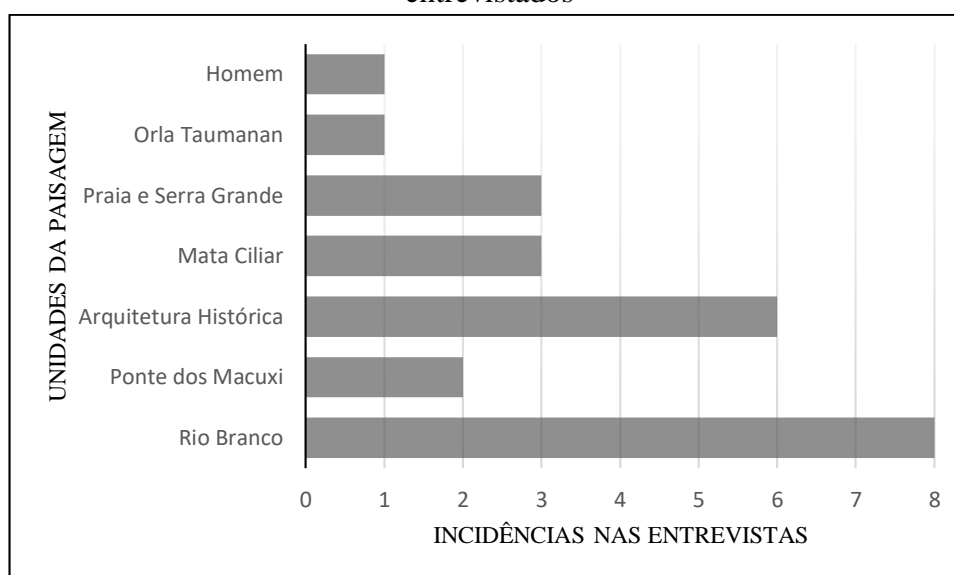


Varia

O homem tem papel fundamental na paisagem como agente ativo das modificações do espaço e participante, tornando-se elemento integrador homem, cidade e natureza. O ser humano age no espaço de acordo com a necessidade do indivíduo ou coletivo, formando diversas paisagens com a impressão da identidade do ocupante, ou seja, a evolução histórica dos usos e ocupações do solo que interagem com a natureza (CASTRIOTA, 2009).

Foi solicitado aos participantes da entrevista imaginar que estivessem caminhando pela Avenida Floriano Peixoto e enumerar as principais unidades da paisagem que chamam mais atenção (Figura 35). A intenção desse questionamento é identificar os elementos naturais e culturais presentes na orla do núcleo histórico que mais marcam o subjetivo dos entrevistados.

Figura 35 – Unidades da paisagem da Avenida Floriano Peixoto destacadas pelos entrevistados



Fonte: O autor, 2019.

As unidades da paisagem expressas pelos entrevistados destacam interação da natureza e o antropogênico. O Rio Branco apresenta grande destaque na paisagem, pelo contexto histórico que representa de acordo com usos e (re)usos, assim como, pela qualidade cênica e os sentimentos que a água proporciona. Outros elementos da natureza como a mata ciliar remanescente, a praia e formações geológicas da Serra Grande foram destacados por pertencerem a cena de quem olha da avenida para o rio.

A paisagem cultural é destacada pela arquitetura histórica remanescente, como a Casa da Petita Brasil, Igreja Matriz Nossa Senhora do Carmo, o Restaurante Meu Cantinho, Praça Barreto Leite são elementos construídos mais lembrados na paisagem da orla do Rio Branco. A Ponte dos Macuxi destaca-se individualmente pela composição da paisagem (Rio Branco-Serra

Grande-Praia Grande-Ponte dos Macuxi) formando um dos principais cartões postais da cidade (Figura 36).

Figura 36 – Paisagem a partir da Orla Taumanan em contemplação do Ponte dos Macuxi, Serra Grande, Praia Grande, Mata Ciliar e Rio Branco



Fonte: O autor, 2019.

O Homem é lembrado como elemento participante na paisagem, seja como morador e turista que visita as construções históricas e a Orla Taumanan, também com os frequentadores do espaço em situação de vulnerabilidade social. Forman e Gordon (1986) complementam que quando se trata de evolução da paisagem os processos geomorfológicos e geológicos são responsáveis pela estruturação física do espaço em escalas geológicas, portanto, em menor escala, as ocupações humanas e culturais modificam consideravelmente a paisagem o que possibilita a percepção dos atores participantes dos processos.

Quando se trata da percepção dos moradores descendentes de famílias tradicionais da orla do Rio Branco em relação ao ambiente vivido, possuem ciência que a paisagem modifica com o avançar do tempo devido aos vários eventos econômicos, políticos e religiosos e que podem interferir no espaço.

Diante disso, Bertrand (1972) apoia o pensamento que a paisagem é uma determinada porção do espaço que resulta da combinação dinâmica dos elementos físicos, biológicos e antrópicos, os quais interagindo dialeticamente uns sobre os outros, formam um conjunto único e indissociável em perpétua evolução. Mas para os descendentes de famílias tradicionais, observando apenas aquele espaço que tanto lhe condiz, qualquer modificação é apocalíptica pois tais elementos são de grande significado histórico-afetivo, o que transpassa a tradição, e devem ser mantidas.

Durante todos os questionamentos sobre a relação do rio com a cidade, vários causos foram apontados, ambos com um sentimento de nostalgia e gratidão. Portanto, foi questionado aos entrevistados se sentem pertencidos ao Rio Branco, por unanimidade o manancial representa, nos variados pontos de vista, a cidade e sua história, assim como a utilização básica de sustentar a sobrevivência dos seres vivos.

“Me sinto inteira do Rio Branco” (ENTREVISTADO 1).

“Sou filha dele, sou filha do Branco, minha mãe dizendo “é um peixinho”, queria outro sentimento, meu sentimento é de dor e da agressividade com o Branco” (ENTREVISTADO 2).

“Sim, porque além de eu menina ter tomado muito banho no Rio, eu vim da Fazenda porque a gente morava lá no Uraricoera, Amajari, aí vinha umas lanchas desembarcar aqui no Rio Branco, no Porto de Cimento, então para gente era importante, pois era o único meio de transporte” (ENTREVISTADO 3).

“Me orgulho de ser daqui, nunca neguei, me orgulho de ser roraimense e do Branco” (ENTREVISTADO 4).

“Eu dizia assim, sou Valderez, sou flamenguista, sou bonita e o Rio Branco é um manancial das águas puras” (ENTREVISTADO 5).

“Sim, sou apaixonada pelo Rio Branco” (ENTREVISTADO 6).

“Sem dúvida, o Rio Branco é vida, uma dádiva preciosa de Deus para nós. Uma Maravilha, possuir uma bacia como essa que se estende até o Amazonas né? Rio Negro, Rio Amazonas, é um presente de Deus, nós somos uma região privilegiada, abençoada. Não temos problema de água o que precisa é conscientização, o que precisa é preservar, aqui Boa Vista era cortada de Igarapés, Boa Vista era cortada de leitos de água, onde você olha era água e Igarapés, quantos Igarapés daqui quem tomava banho aquela água cristalina com todos fechados. O que você tentou bem depois complicou, hoje você tem um Mirandinha ali, pense em um projeto, mas praticamente não produz o que produzia, temos Igarapé que descia aqui logo aqui no bairro Caetano Filho acabou-se e outros, então o Branco deve ser preservado evitar jogar atirar coisas que não prestam lixos né” (ENTREVISTADO 7)

“Sim, me sinto porque eu nasci aqui. O rio é tudo aqui, é o principal meu filho. Porque esse pessoal briga pela Amazônia? Pela água” (ENTREVISTADO 8).

É indiscutível o quanto o sentimento de pertencimento ao Rio Branco está intrínseco nos entrevistados, todos responderam positivamente pelo contexto histórico e o papel que o rio exerce e exerceu para o desenvolvimento nos aspectos econômicos, sociais, ambientais, patrimoniais para a sociedade. Portanto, o rio sempre será destacado como elemento da paisagem de conexão com o espaço vivido e relações afetivas.

O rio e a cidade, dentro do contexto da paisagem urbana, possuem destinos entrelaçados devido a relação de cada ocupação humana com o rio, pois ficam gravados na memória de quem acompanhou as mudanças de uso e utilizações. De forma tal, as cidades são dinâmicas em consequência das multifaces que o transcorrer histórico apresenta aos gestores e nas tomadas de decisão acerca das intervenções urbanas e arquitetônicas. Mas independente das modificações espaciais realizadas, o sentimento de pertencimento é vívido na memória da sociedade, na forma de gratidão, nostalgia e saudade do tempo que não poderá retornar (CARNEIRO, 2019).

Nos diferentes pontos de vista, o Rio Branco é importante de alguma forma, pela necessidade básica de beber água, lavar, para a agricultura e pecuária, a importância ambiental, contexto histórico, o valor monetário ou simplesmente pela afetividade que o elemento aquático criou vínculos para a população. De forma geral, evidencia-se a importância do pertencimento ao rio pela consciência de preservar para que as próximas gerações usufruam o Rio Branco na plenitude que ainda está apresentado.

Os moradores demonstraram grande laços afetivos com o vivido no passado, principalmente nas atividades que eram desenvolvidas para o lazer, cultura, economia e política que o lócus de análise representou antes da construção da Orla Taumanan (FIGURA 6). Os fins recreativos foram os mais apontados, principalmente, as atividades aquáticas no Rio Branco, piqueniques e encontro entre amigos na praia, tais atividades tornaram-se inviáveis com o empreendimento. A cultura foi interferida em vários aspectos: no religioso com a modificação de manifestações culturais como a Procissão de São Pedro; a incoerência estética das novas edificações em relação aos casarões históricos fazendo com que a memória e identidade dos moradores descendentes de famílias tradicionais sejam perdidas diante a “modernização”.

Foi perguntado aos entrevistados, a fim de captar a afetividade de unidades da paisagem, o seguinte: se você enviar uma fotografia da orla do Rio Branco para um ente querido qual seria o local escolhido. Abaixo as respostas obtidas:

Tabela 2 – Cenários da orla do Rio Branco escolhido pelos participantes para registros fotográficos

Entrevista	Unidade da Paisagem escolhida
01	Casa da Petita Brasil
02	Rio Branco antes da construção da Orla Taumanan
03	Orla Taumanan com a mata ciliar
04	Da beira do Rio Branco com visão para Boa Vista
05	Igreja Matriz Nossa Senhora do Carmo
06	Rio Branco na cheia

07

Paisagem do Rio Branco com a Serra Grande

08

Nenhuma

Fonte: O autor, 2019.

Evidencia-se a participação do Rio Branco, em que quatro dos oito entrevistados escolheram de alguma forma o corpo hídrico aparecerá nas fotografias. Dessa forma, pode-se entender que várias sentimentos estão envolvidos para justificar tais escolhas: i) nostalgia pelas lembranças da infância e juventude vivido pelas pessoas; ii) respeito a memória dos antepassados, o que inspira pertencimento a terra escolhida pelos pioneiros; iii) o progresso que a cidade de Boa Vista teve desde a sua fundação; iv) enaltecimento da natureza pelas belezas proporcionadas; v) empoderamento da cultura local por meio das construções arquitetônicas e dos elementos da paisagem que retratam o indígena como o Monumento dos Pioneiros.

Na economia, os proventos foram desvinculados da população que vivia do rio como a fabricação de tijolos das olarias e pesca, tendo que mudar de atividade para sobreviver devido à nova realidade e poluição do rio. Quanto a representação política, nos primórdios de Boa Vista, o rio era a porta de entrada de pessoas importantes da época, a negligência com o Porto do Cimento, totalmente desconsiderado no projeto Orla Taumanan, fez com o que a afetividade dos moradores descendentes de famílias tradicionais tenha sido magoada com o descaso da memória da comunidade devido à importância histórica deste porto.

Observa-se grande afetividade nas entrevistas. Com o aspecto de identidade cresceu devido a carga histórica vivenciada pela comunidade. Os moradores perceberam grandes mudanças na evolução da paisagem, descaracterizando todos os elementos construídos na forma tangível (edificações e urbano) e intangível (memória). Como resultado foi percebido a crescente topofobia¹² pelo espaço.

A afetividade de populações em cidades ribeirinhas relacionada com a construção de grandes empreendimentos são afetadas. A maioria das cidades amazônicas cresceram a partir do rio, como o caso da cidade de Boa Vista, e os corpo hídrico foi e vem sendo necessário para a sobrevivência e subsistência dos ribeirinhos roraimense (TRINDADE JUNIOR et al., 2011).

Dessa forma, as intervenções arquitetônicas e urbanísticas em orlas fluviais em qualquer escala impactam não somente na fauna, flora, poluição da água e do ar, mas influenciam na afetividade da sociedade, tornando-se passível de perda da identidade e memória que foram construídas por séculos. Pois nos primórdios o Rio Branco serviu como meio de transporte,

¹² Topofobia é um termo criado para antônimo da topofilia, ou seja, representa a aversão do indivíduo pelo espaço desenvolvido a partir das vivências do mesmo.

meio de sustento familiar, recreação e político, e quando é perdido essa referência o sentimento tende a diminuir durante as gerações, assim como, a descaracterização (TUAN, 1980).

Como aconteceu em Boa Vista, a população local perdeu as ligações que uniam afetivamente com o rio, devido a barreira física que a Orla Taumanan impactou na contemplação da paisagem, pelos moradores de suas residências. Os empreendimentos em áreas de grande valor paisagístico e cultural devem manter o máximo das características naturais como solo, vegetação, corpos hídricos, para que a paisagem não seja prejudicada por quem mora no entorno ou quem visita, assim como, o ordenamento do espaço também visa no controle social e recuperação de grupos vulneráveis e economicamente afetados (MOTA, 2003).

A topofilia dos moradores descendentes de famílias tradicionais do núcleo histórico de Boa Vista foi um dos vários aspectos de análise da paisagem da orla do Rio Branco. Por estar na Amazônia, a cidade foi desenvolvida a partir do rio cuja relação é a orla como ponto de intersecção. A ação mitigadora faça-se na criação de políticas públicas para organização do espaço e salvaguardar os patrimônios culturais edificados do entorno ainda existentes e resgatar o Porto do Cimento, assim como, as legislações edilícias devem ser cumpridas para todas as futuras intervenções próximas a orla. É importante analisar a afetividade que a sociedade possui com o lugar que foi ou será intervindo por grandes empreendimentos arquitetônicos e urbanísticos. O afeto é carregado de aprendizados do passado, e quando desconsiderado, toda a comunidade fica sob risco de perder parte de sua memória e identidade, e conseqüentemente, soluções e propostas de outras intervenções que desenvolvessem a economia, cultura e a história.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo responder como as intervenções arquitetônicas e urbanísticas promovidas pela gestão pública afetaram a paisagem do núcleo histórico de Boa Vista ao longo do século XX a partir da ótica dos descendentes das famílias tradicionais. A partir dos resultados encontrados faz-se as seguintes considerações:

As cidades e os rios amazônicos estão relacionados com o desenvolvimento humano, econômico e urbano na região. Com os marcos físicos das ocupações no espaço, foram formados os núcleos históricos representativos da cultura e da identidade local, evidenciando o processo histórico e cultural da sociedade. Portanto, as intervenções realizadas durante a existência das cidades conectam as construções humanas e a natureza, interligando e criando paisagens vivenciadas pelas mesmas comunidades, o que possibilita que laços afetivos sejam criados representando a memória e a identidade local.

Compreende-se que o Rio Branco foi importante nos diversos aspectos do cotidiano dos moradores, desde a gênese da ocupação com a implantação do Forte de São Joaquim, destacou-se por ser o único acesso para o transporte de pessoas, animais, suprimentos e materiais; conseqüentemente, a comunidade dependeu do rio para provimento alimentar e circulação econômica na região. Antes da ocupação lusitana, os indígenas utilizavam-se do corpo hídrico para pesca, lazer e consumo, o mesmo valendo para os novos moradores.

Em estudo sobre o núcleo histórico da cidade de Boa Vista evidenciou-se a relação do homem-rio de dependência com a água, sendo a única via de transporte, meio de subsistência e lazer para a população que vivia as margens do rio. Sendo assim, marcos arquitetônicos e culturais foram implantados para o auxílio do desenvolvimento dos assentados que, porventura, sobreviveram às ações do tempo, às intempéries e aos desgastes estruturais.

O Rio Branco, contudo, ainda é o elemento da paisagem com mais destaque devido a imponência e importância histórica, apenas modificando as utilizações de cunho prático para o lazer com foco no turismo e responsáveis pela valorização imobiliária às margens do rio.

Identificou-se mudanças na paisagem do núcleo histórico da cidade de Boa Vista a partir dos descendentes de famílias tradicionais por meio das construções. Portanto, as intervenções, como as obras foram construídas e retiradas para implantar outros empreendimentos contemporâneos às margens do rio, que dificultam a contemplação da paisagem natural. A preservação de elementos da natureza faz-se importante, pois a presença na memória é recente para todas as gerações, evidenciando a necessidade de preservar os recursos naturais remanescentes.

As alterações na paisagem da orla do Rio Branco modificaram os laços afetivos desenvolvidos pelos habitantes do centro histórico e, dentre os principais eventos, destacam-se as demolições de prédios históricos, a negligência com as remanescentes e o desaparecimento do Porto do Cimento para a Orla Taumanan.

O mais impactante foi o desaparecimento do Porto do Cimento para a construção da Orla Taumanan que impossibilitou a realização de eventos, como a Procissão de São Pedro e dificultou o contato direto dos moradores com o Rio Branco. Ainda, outras intervenções arquitetônicas e urbanísticas em tais patrimônios, por ordem/autorização do poder público, impactaram as edificações, como a demolição do Hospital Nossa Senhora de Fátima, o Mercado Municipal da Carne, a Inspetoria Marítima e aéreas, e o Prédio original da Intendência.

Dessa forma, tais elementos inseridos e retirados no/do espaço influenciam nas relações afetivas dos habitantes que cresceram e acompanharam a evolução da paisagem, como na orla do Rio Branco tendo, em alguns casos, o desenvolvimento da topofobia.

Os patrimônios culturais instituídos são descritos pelo reconhecimento dos moradores descendentes de famílias tradicionais, assim como, por meio das legislações de tombamentos na esfera municipal e estadual. Elementos históricos como a Igreja da Nossa Senhora do Carmo, Meu Cantinho, Muro do Rio Branco, Antigo INCRA, Fábrica de gelo, SEMED, Casa dos Bandeirantes, entre outros, são destacados como símbolos da história local com grande representatividade.

As famílias tradicionais acompanharam a construção da memória e da identidade local por meio da arquitetura, dos rituais, das festas e da conexão com o rio. Os relatos dos descendentes identificaram que as edificações construídas na gênese da ocupação são elos simbólicos do processo de desenvolvimento em Boa Vista, retratando o caminhar histórico da comunidade cujo valor não permite perdas.

O poder público, com a intenção de modernizar o espaço, intervém com empreendimentos arquitetônicos e urbanísticos como a Orla Taumanan, assim como outras ações que impactam diretamente na existência dos patrimônios culturais e, conseqüentemente, na memória e identidade local. Neste sentido, a gestão participante é necessária como instrumento legal das intervenções no espaço para que não haja ou atenuem os aspectos negativos, e para que não haja desvinculação da comunidade com o núcleo histórico de Boa Vista.

Por um lado, está a manifestação cultural das utilizações do rio, em que os laços afetivos são aproximados pela herança cultural dos antepassados impressos em monumentos e edificações. Por outro, o poder público com a função de ordenar o núcleo histórico e cumprir as necessidades da sociedade contemporânea. É necessária uma ação conjunta com a

comunidade acerca das decisões de intervenções no espaço, para que sejam avaliados aspectos econômicos, sociais, patrimoniais, espaciais e ambientais de acordo com o contexto inserido.

Frente as mudanças na paisagem da orla do Rio Branco a análise das intervenções urbanísticas e arquitetônicas nas relações sociais é que há relações de afetividade dos descendentes de famílias tradicionais com a área de estudo, bem como orgulho dos antepassados que fundaram uma sociedade.

Nas vivências sociais destacam-se pela utilização do rio além de provento, ou seja, a inserção do rio no cotidiano da comunidade, uma vez que era local de lazer. Desta forma, as memórias da paisagem dos batelões chegando para atracar no Porto do Cimento dão significado ao lugar que a água representa.

Em virtude dos fatos mencionados as mudanças da paisagem da orla do Rio Branco apresentaram-se multifaces de discussão nos diversos campos do saber, tais como: arquitetônico, urbanístico, histórico, ambiental, social, econômico, geográfico, entre outros. Isso ocorreu em virtude de os atores, os moradores e a gestão pública constituem-se peças importantes para as decisões a serem tomadas frente as futuras intervenções no espaço.

A topofilia foi identificada em todos os entrevistados, caracterizando a geração dos participantes das entrevistas como a que mais se importa com as mudanças na paisagem do núcleo histórico, uma vez que são elementos que estavam presentes no contexto de espaço vivido pelos mesmos. Portanto, as novas gerações não têm a mesma preocupação e apego, pois novas unidades de paisagem estão sendo produzidas e reproduzidas dentro da realidade vivida pela globalização.

Desta maneira, as limitações da pesquisa estão relacionadas com o restrito material para referências sobre a área de estudo, sendo um campo fértil para publicações e trabalhos futuros com a temática da afetividade da sociedade com as paisagens. É necessário, também, que o poder público preserve os bens tombados e salvguarde os demais para conhecer profundamente cada elemento cultural, assim como todas as unidades da paisagem natural.

É necessário a expansão da área de estudo para a compreensão plena do poder público na orla urbana de Boa Vista para a visão macro, possibilitando, assim, a inserção de outras categorias de análise, como impactos ambientais, flora e fauna. Tendo em vista que nessa pesquisa orbitou sobre a ótica de um grupo historicamente dominante a análise do núcleo histórico deve contemplar a sociedade nas suas múltiplas variáveis de grupos sociais, econômicos e culturais, sendo necessário compreender plenamente todos os elementos da paisagem para que as ações sejam feitas com respaldos técnicos e históricos.

REFERÊNCIAS

- ADAM, R. Analisando o conceito de paisagem urbana de Gordon Cullen. **Revista da Vinci**, Curitiba, v. 5, n. 1, p. 61-68, set./dez. 2008.
- ALMEIDA, J.; SANTOS, F. A Feira Livre de Irará: uma análise cultural. **Revista de Crítica Cultural: Pontos de Interrogação**, Salvador, v. 9, n. 1, p. 227-243, 2019.
- ALVES, A.; GONÇALVES, R.; COSTA, F. Trabalho e ser social: uma reflexão ontológica do trabalho na relação homem x natureza. **Revista LABOR**, Fortaleza, v. 1, n. 12, p. 78-97, out./nov. 2014.
- ANDRADE, J. Processo de formação da área Francisco Caetano Filho (Beiral) e os problemas de urbanização e segurança pública. **Revista Eletrônica de Ciências Sociais, História e Relações Internacionais**, Boa Vista, v. 4, n. 2, p. 71-80, 2011.
- ANDREOTTI, G.; FURLANETTO, B. O senso ético e estético da paisagem. **Ra'ega, o Espaço Geográfico em Análise**, Curitiba, v. 1, n. 24, p. 5-17, abr./jan. 2012.
- ARAUJO JUNIOR, A.; TAVARES JUNIOR, S. Uso e cobertura do solo para planejamento urbano, Boa Vista, Roraima, Brasil. **Boletim Goiano de Geografia (online)**. v.37, n.1, p.36-45. 2017.
- ASSMANN, S.; MELO, F. As correntes ambientalistas por trás da lei nº 12.651/2012 do novo Código Florestal. **Geografia, Ensino e Pesquisa**, Goiânia, v. 20, n. 2, p. 176-184, ago./dez. 2016.
- BADE, C. A procissão a São Pedro: o ritual e seus percursos indefinidos em Boa Vista, Roraima. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 31, Brasília. **Anais...** Brasília: Universidade de Brasília, 2018.
- BAILEY, K. **Methods of social research**. 2. ed. Nova Iorque: Free Press, 1982.
- BARBOSA, R.; FERREIRA, E. Historiografia das expedições científicas e exploratórias do Vale do rio branco. In: BARBOSA, R.; FERREIRA, E.; CASTELLÓN, E. (eds.). **Homem, Ambiente e Ecologia no Estado de Roraima**. Manaus: INPA, 1997. p. 193-216.
- BARBOSA, V.; NASCIMENTO JUNIOR, A. Paisagem, ecologia urbana e planejamento ambiental. **Revista Geografia**, Londrina, v. 18, n. 2, p. 21-36, 2009.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2006.
- BARROS, M.; CARRIÇO, J. Esvaziamento e transformação morfológica da área central de Santos/SP: gênese e perspectiva. **Revista Brasileira de Gestão Urbana (online)**, Curitiba, v. 11, n. 2, p. 1-22, 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2175-33692019000100241&script=sci_arttext>. Acesso em: 06 de agosto de 2019
- BATISTA, A. **Políticas públicas e produção do espaço urbano de Boa Vista – Roraima (1988-2011)**. Boa Vista: 2013. 165 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Roraima, 2013.

BECKER, B. **Amazônia**. São Paulo: Ática, 1990.

BERTRAND, G. Paisagem e geografia física global: esboço metodológico. **Caderno de Ciências da Terra**, v. 13, p. 1-27, 1972.

BIDOU-ZACHARIASEN, C. (org.). **De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos**. São Paulo: Annablume, 2006, 293p.

BOA VISTA. Decreto-lei n. 2614, de 15 de outubro de 1993, Tomba os prédios abaixo relacionados para construção do acervo do patrimônio histórico do Município de Boa Vista – RR. **Diário Oficial do Município de Boa Vista**, Boa Vista, RR, 26 nov. 1993.

_____. Lei n. 926, de 29 de novembro de 2006, dispõe sobre o uso e ocupação do solo urbana e dá outras providências. **Diário Oficial do Município de Boa Vista**, Boa Vista, RR, 29 nov. 2006.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Org. Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

_____. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Patrimônio Cultural**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/218>. Acesso em: 14 nov. 2017.

_____. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Patrimônio Mundial Cultural e Natural**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/29>. Acesso em: 14 nov. 2017.

_____. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Patrimônio Imaterial**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/224>. Acesso em: 14 nov. 2017.

_____. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Patrimônio Natural**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/234>. Acesso em: 14 nov. 2017.

_____. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Patrimônio Natural**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/275>. Acesso em: 12 dez. 2017.

_____. Diário Oficial da União. **Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001**. Estatuto da Cidade e Legislação correlata. 2. ed. Brasília: Senado Federal, 2002.

_____. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 510**, de 7 de abril de 2016. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 24 maio 2016. Seção 1. p. 44-46. Disponível em: <<http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>>. Acesso em: 31 ago. 2019.

BRANDÃO, I. Prédio Histórico que abrigou primeiro hospital de Boa Vista é demolido. **G1 - Roraima**. B Boa Vista. 17 fev. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2015/02/predio-historico-que-abrigou-primeiro-hospital-de-boa-vista-e-demolido.html>. Acesso em: 22 jul. 2019.

BUENO, L.; DIAS, A. Povoamento inicial da América do Sul: contribuições do contexto brasileiro. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 29, n. 83, p. 119-147, 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142015000100119. Acesso em: 26 jun. 2019.

CARNEIRO, S. A simbologia da água e o seu papel na identidade cultural local: o Rio Paraíba do Sul no contexto urbano dos Campos de Goytacazes/RJ. **Revista Perspectiva Online: Humanas & Sociais Aplicadas**, v. 9, n. 24, p. 69-80, 2019.

CARVALHO, A.; FUNARI, P. Memória e Patrimônio: diversidade e identidades. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v. 2, n. 2, p. 7-16, jun./ago. 2010.

CARVALHO, T.; MORAIS, R. Aspectos hidrogeomorfológicos do sistema fluvial do baixo rio Uraricoera e alto Rio Branco como subsídio à gestão de terras. **Geografia Artigos Científicos**, Belo Horizonte, v. 10, n. 2, p. 118-135, 2014.

CASTRIOTA, L. **Patrimônio Cultural**: conceitos, políticas e instrumentos. São Paulo: Annablume/Belo Horizonte: IEDS, 2009.

CAVALCANTI, A. **Recuperação e desenvolvimento do Vale do Rio Branco**. 2. ed. Rio de Janeiro: Rodrigues & Cia., 1946.

CAVÉM, M. **Centros históricos contemporâneos. Mudanças de perspectiva na gestão. Lisboa e Bruxelas**. Lisboa: 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana, Planeamento Regional e Local) – Departamento de Geografia, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, 2007.

CESAR, L.; CIDADE, L. Ideologia, visões de mundo e práticas socioambientais no paisagismo. **Sociedade e Estado**, v. 18, n. 1-2, p. 1-10, jan./dez. 2003.

CHIAROTTI, T. M. O patrimônio histórico edificado como um artefato arqueológico: uma fonte alternativa de informações. **Habitus**, Goiânia, v. 3, n. 2, p. 301-319, jul./dez. 2005.

CHOAY, F. **A Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: Liberdade & Unesp, 2001.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. Normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana. **Resolução nº 510/2016 CEP/CONEP**, de 7 de abril de 2016, Boa Vista, 8 abr. 2014.

CORAZZA, R.; FRACALANZA, P.; BONACELLI, M. Visiones de la escasez: una interpretación del debate entre científicos naturales y economistas en el renacimiento del ambientalismo. **Revista Iberoamericana de Ciencia, Tecnología y Sociedad**, Buenos Aires, v. 10, n. 29, p. 1-32, jan./mar. 2015.

CORONA, E.; LEMOS, C. **Dicionário da Arquitetura Brasileira**. São Paulo: EDART – São Paulo Livraria Editora LTDA, 1972.

CORRÊA, R. L. A periodização da rede urbana da Amazônia. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 49, n. 3, p. 39-68, jul./set. 1987.

CORREIA, T. P.; D'ABREU, A. C.; OLIVEIRA, R. Identificação de unidades de paisagem: metodologia aplicada a Portugal continental. **Finisterra**, v. 36, n. 72, p. 195-206, 2001.

COSTA, G. As cidades Amazônicas na América portuguesa. **Revista EXAMÃPAKU**, Boa Vista, v. 7, n. 2, p. 18-40, 2014.

_____. **Fortes Portugueses na Amazônia Brasileira**. Tese (Pós-doutorado - IREL/UnB) – Universidade de Brasília, Instituto de Relações Internacionais, Brasília, 2015.

_____. A cartografia das fortificações da Amazônia nos séculos XVII e XVIII. **Revista Arquivo Nacional**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, p. 116-133, 2016.

COY, M. A interação rio-cidade e a revitalização urbana: experiências europeias e perspectivas para a América Latina. **Confins (online)**, v. 18, n. 5, 2013. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/8384?lang=pt>. Acesso em: 9 de maio de 2019.

DANTAS, I.; SOUZA, C. Arborização urbana na cidade de Campina Grande – PB: inventário e suas espécies. **Revista de Biologia e Ciências da Terra**, v.4, n.2, 2004.

DGOTDU. Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano. **Política de Cidades Polis XXI**. 2005. Disponível em: www.dgotdu.pt/politicacidades. Acesso em: 20 jun. 2019.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 2001.

FALCÃO, M.; PINHEIRO, M.; CUNHA, P. O direito ambiental versus sociedade de risco: um estudo de caso do bairro Francisco Caetano Filho em Boa Vista - Roraima. **Revista Norte Científico**, Boa Vista, v. 6, n. 1, p. 125-142, 2011.

FERKO, G.; FERETTI, S.; SETTE, E. Gentrificação e políticas de revitalização nos centros históricos no Brasil: processos que levam ao déficit habitacional. **Revista de Políticas Públicas de São Luis**, São Luis, v. 12, n. 2, p. 83-91, 2008.

FERRÃO, A. Arquitetura rural e o espaço não-urbano. **Revista Labor & Engenho**, Campinas, v. 1, n. 1, p. 89-112, jan./mar. 2007.

FERRARI, C. **Dicionário de Urbanismo**. São Paulo: DISAL, 2004.

FERRARO, L.; BERED, A.; PAGEL, S. A unidade de paisagem natural como base espacial para a gestão ambiental. In: VERDUM, R. (org.). **Paisagem, Significados, transformações**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

FERREIRA, L.; LANARI, R.; MOREIRA, M. A paisagem cultural do norte do estado do Mato Grosso: construindo a memória do Rio Teles Pires. **Revista Científica das Áreas de Humanidades do Centro Universitário de Belo Horizonte**, Belo Horizonte, v. 7, n. 2, p. 53-77, ago./dez. 2014.

FETEC. **Inventário do Patrimônio Cultural de Boa Vista**. Boa Vista: Ióris, 2011.

FORMAN, R.; GORDON, M. Landscape **Ecology**. New York: John Wiley & Sons, 1986.

GENGO, R.; HENKES, J. A utilização do paisagismo como ferramenta na preservação e melhoria ambiental em área urbana. **Revista Gestão Sustentabilidade Ambiental**, Florianópolis, v. 1, n. 2, p. 55-81, out./mar. 2013.

GODOY, A. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995.

GONÇALVES, J. O mal-estar do patrimônio: identidade, tempo e destruição. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 55, p. 211-228, jan./jun. 2015.

GUERRA, A. T. **Estudo Geográfico do Território do Rio Branco**. Rio de Janeiro: IBGE, 1957.

GUIMARÃES, S. Reflexões a respeito da paisagem vivida, topofilia e topofobia à luz dos estudos sobre experiência, percepção e interpretação ambiental. **Geosul**, Florianópolis, v. 17, n. 33, p. 117-141, 2002.

HECK, E.; LOEBENS, F.; CARVALHO, P. Amazônia indígena: conquistas e desafios. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 53, p. 237-255, 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142005000100015&script=sci_arttext. Acesso em: 20 jun. 2019.

HETZEL, B.; NEGREIROS, S. **Glaziou e as raízes do paisagismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Manati. 2011.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010**. Rio de Janeiro. 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rr/boa-vista/panorama>. Acesso em: 20 jul. 2019.

KANPF, N.; KERN, D. O solo como registro da ocupação humana pré-histórica na Amazônia. **Tópicos em Ciências do Solo**, Viçosa, v. 29, n. 4, p. 277-320, 2005.

KASHIMOTO, E.; MARINHO, M.; RUSSEFF, I. Cultura, identidade e desenvolvimento local: conceitos e perspectivas para regiões em desenvolvimento. **Interações**, Campo Grande, v. 3, n. 4, p. 35-42, 2002.

KLEBA, M.; COMERLATTO, D.; FROZZA, K. Instrumentos e mecanismos de gestão: contribuições ao processo decisório em conselhos de políticas públicas. **Revista Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 49, n. 4, p. 1059-1079, 2015.

LARAIA, R. **Cultura**: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

LAWALL, M. et al. Diagnóstico sobre o espaço público num contexto de segregação socioespacial: o caso do bairro Olavo Costa em Juiz de Fora, MG. **Revista Analecta**, Guarapuava, v. 4, n. 4, p. 82-100, 2018.

LE GOFF, J. **História e Memória**. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 1992.

LIMA, M. **As transformações da paisagem do sítio histórico urbano de Boa Vista**. São Paulo: 2011. 113 p. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, 2011.

LIMA NETO et al. Análise da composição florística de Boa Vista-RR: subsídio para a gestão da arborização de ruas. **Revista da Sociedade Brasileira de Arborização Urbana**. Piracicaba, v.11, n.1, p.58-72. 2016.

MAALOUF, A. **As Identidades Assassinas**. Lisboa: Difel, 1998.

MACAGGI, N. **A mulher do garimpo**: romance do extremo sertão norte do Amazonas. Manaus: Imprensa Oficial, 1976.

MACEDO, S. Paisagismo e paisagem introduzindo questões. **Paisagem e Ambiente**, v. 1, n. 5, p. 49-57, 1993.

_____. O paisagismo moderno brasileiro – Além de Burle Marx. **Paisagem e Ambiente**, v. 1, n. 1, p. 1-7, 2003.

MACHADO, J. **Tapajós**: o baixo Amazonas. Rio de Janeiro: Agir, 1990.

MANTOVANI, J.; BARBOSA, S. A paisagem e a descoberta do mundo em “campo geral”, de Guimarães Rosa. **Revista de Anpoll**, Florianópolis, v. 1, n. 38, p. 268-277, jan./jun. 2015.

MARICATO, E. Metrópole periférica, desigualdade social e meio ambiente. In: VIANA, G. et al (orgs.). **O desafio da sustentabilidade**: um debate socioambiental do Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001. p. 217.

MATTIUZ, C.; PAIVA, P. Evolução do paisagismo no Brasil. **Actas portuguesas de horticultura**, v. 121, p.34-39, 2016.

MAXIMIANO, L. Considerações sobre o conceito de paisagem. **Revista RA’EGA**, Curitiba, v. 1, n. 8, p. 83-98, 2004.

MWANGI, M. **As missionárias da Consolata na Amazônia brasileira – 1949-2011**. Goiânia: Gráfica e Editora América, 2015. p.332.

MENDES, C. **Paisagem urbana**: uma mídia redescoberta. São Paulo: Editora Sesc São Paulo, 2006.

MENEGUELLO, C. O coração da cidade: observações sobre a preservação dos centros históricos. **Patrimônio: Revista Eletrônica do IPHAN**, Campinas, v. 1, p. 1-3, 2005.

MOTA, S. **Urbanização e meio ambiente**. Rio de Janeiro: ABES, 2003.

MOTA, D.; CAVALCANTE, L.; FEITOSA, L. Informação, memória e patrimônio cultural. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 298-312, 2015.

MOTTA, M. História e Memória. **Cadernos do CEOM**, Chapecó, v. 30, n. 47, p. 179-199, set./dez. 2016.

MORALES, J.; FERKO, G.; COSTA, G. Reutilização da Orla Taumanan, Boa Vista – RR. In: DO_CO, MO.MO – NORTE E NORDESTE, 7, Manaus, 2018. **Anais...** Manaus: UFAM, 2018.

_____. Porto do Cimento: o berço histórico de Boa Vista descaracterizado pela gestão pública – Roraima. In: SIMPÓSIO CIENTÍFICO DO ICOMOS BRASIL, 3, Belo Horizonte, 2019. **Anais...** Recife: Even3, 2019.

MORALES, J. et al. Paisagem Cultural na construção do conceito. In: MARTINS, B. (org.). **Arquitetura e Urbanismo: competência e sintonia para os novos paradigmas do mercado**. Ponta Grossa: Atena, 2019. p. 68-78.

NASCIMENTO, L. C. N. et al. Saturação teórica em pesquisa qualitativa: relato de experiência na entrevista com escolares. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 71, n. 1, p. 243-248, 2018.

NASCIMENTO, C. et al. Caracará e o olhar de Sergio Bernardes sobre Roraima. **Revista Amazônia Moderna**, Palmas, v. 2, n. 1, p. 84-105, 2018.

NEIMAN, Z. Queremos Nadar no Nosso Rio! O Simbolismo da Balneabilidade para a Construção do Conceito de Qualidade Urbana. In: DOWBOR, L.; TAGNIN, R. (orgs.). **Administrando a Água Como se Fosse Importante: Gestão Ambiental e Sustentabilidade**. São Paulo: Editora Senac, 2005. p. 290.

NÓR, S. O lugar como imaterialidade da paisagem cultural. **Paisagem e Ambiente: ensaios**, São Paulo, v. 4, n. 34, p. 119-129, abr./jun. 2013.

NUNES, D.; TRINDADE JUNIOR, S. (Sobre)vivências ribeirinha na orla fluvial de Marabá-Pará: agentes, processos e espacialidades urbanas. **Novos Cadernos NA EA**, Belém, v. 15, n. 1, p. 209-238, 2012.

OLIVEIRA, N. Boa Vista terá Avenida a beira-rio e mirante de 85 metros dentro do Parque do Rio Branco. **RORAIMA EM TEMPO**. Boa Vista. 15 dez. 2018. Disponível em: <https://roraimaemtempo.com/noticias-locais/boa-vista-tera-avenida-beira-rio-e-mirante-de-85-metros-dentro-do-parque-do-rio-branco,289012.jhtml>. Acesso em: 23 jul. 2019.

OLIVEIRA, R. As transformações na organização especial no Estado de Roraima: uma conversa inicial a partir de BR-174. **Revista Acta Geográfica**, Campo Grande, v. 1, p. 45-65, 2007.

OURIQUES, J. **O vale do Rio Branco**: Estado do Amazonas. ed. esp. Rio de Janeiro: Official, 1906.

PAES, M. Paisagem Cultural e patrimonialização contemporânea da cultura: apontamentos geográficos. In: ANAIS DO 1º COLÓQUIO IBERO-AMERICANO PAISAGEM CULTURAL, PATRIMÔNIO E PROJETO, Belo Horizonte, 2010. **Anais...** Brasília: IPHAN, 2010. p. 234-250.

PASQUALOTTO, E. **Parque do Rio Branco**: benefícios vão além de um novo cartão postal para Boa Vista. **RORAIMA EM FOCO**. Boa Vista. 11 jan. 2019. Disponível em: <https://roraimaemfoco.com/parque-do-rio-branco-beneficios-vaio-alem-de-um-novo-cartao-postal-para-boa-vista/>. Acesso em: 23 jul. 2019.

PEIXOTO, P. Centros históricos e sustentabilidade cultural das cidades. **Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, Porto, v. 13, p. 211-226, 2003.

PEREIRA, M. **O real, o Apresentado e o Referenciado: um estudo no centro histórico de Porto Nacional**. Rio de Janeiro: 2014. 259 p. Dissertação de Mestrado – Instituto de patrimônio histórico e artístico nacional, 2014.

PIMENTA, M.; PIMENTA, L. Paisagem e diversidade culturais como perspectiva de construção social. In: COLÓQUIO IBERO-AMERICANO DE PAISAGEM CULTURAL, PATRIMÔNIO E PROJETO, 1, Belo Horizonte, 2010. **ANAIS...** Brasília: IPHAN/MG, 2010.

RAMALHO, P.; NASCIMENTO, C.; COSTA FILHO, R. Centro Histórico de Boa Vista/RR: ele existe? In: SEMINÁRIO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM GEOGRAFIA/UFRR, II, Boa Vista, 2016. **Anais...** Boa Vista: UFRR, 2017.

RAMALHO, P. et al. Rio Branco: patrimônio cultural de Roraima. In: CONGRESSO NACIONAL PARA SALVAGUARDAR DO PATRIMÔNIO CULTURAL, 1, Cuiabá, 2017. **Anais...** Cuiabá: CICOP, 2017. p. 1-15.

RIBEIRO, R. Um conceito, várias visões: patrimônio cultural e a Unesco. In: ANAIS DO 1º COLÓQUIO IBERO-AMERICANO PAISAGEM CULTURAL, PATRIMÔNIO E PROJETO, Belo Horizonte, 2010. **Anais...** Brasília: IPHAN, 2010. p. 29-49.

RIBEIRO, M. A. et al. Gestão da água e Paisagem Cultural. **Revista UFMG**, Belo Horizonte, v. 20, n. 2, p. 44-67, jul./dez. 2013.

RICE, A. **Exploração da Guiana Brasileira**. Trad. Lacyr Schettiano. Itatiaia: Ed. da Universidade de São Paulo, 1978.

RISSO, L. Paisagens e cultura: uma reflexão teórica e prática a partir de uma comunidade indígena amazônica. **Espaço e Cultura UERJ**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 23, p. 67-76, jan./jun. 2008.

RODRIGUES, D. Patrimônio Cultural, memória social e identidade: interconexão entre os conceitos. **Letras Escreve**, Macapá, v. 7, n. 4, p. 337-361, 2017.

RODRIGUES, M. Memória, patrimônio, bibliotecas nacionais e a construção da identidade coletiva. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 21, n. 2, p. 243-262, maio/dez. 2015.

RORAIMA. Secretaria do Estado da Cultura. **Solicitação de Tombamento do Muro do Rio Branco, subordinado à Prefeitura Municipal de Boa Vista**. Boa Vista: SECULT, 2015.

ROSA FILHO, A. **Requalificação da área central e intervenções urbanas da cidade de Boa Vista – RR**. Boa Vista: Ed. da UFRR, 2018.

SANDER, C.; GASPARETTO, N.; SANTOS, M. Variações da carga sedimentar de fundo e morfologia dos perfis transversais batimétricos no trecho inferior da bacia do Alto Rio Branco, Roraima. **Revista Geográfica Acadêmica**, Boa Vista, v. 2, n. 1, p. 130-145, 2015.

SANTILLI, J. The recognition of food, food-related knowledge and practices as intangible cultural heritage. **DEMETRA**, v. 10, n. 3, p. 585-606, fev./maio 2015.

SANTOS, M. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

_____. **A urbanização brasileira**. 5.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

SANTOS JUNIOR, A.; LACERDA, E.; GOMES, W. A arborização pública e a eficiência dos sombreamentos da superfície urbana em bairros residenciais de Porto Velho, RO. **Revista da Sociedade Brasileira de Arborização Urbana**. Picaricaba, v.8, n.3, p.108-117, 2013.

SAUER, C. The morphology of landscape. **Publications in Geography**, California, v.2, n.2, p. 19-54, 1925.

SEABRA, G. A dinâmica das paisagens brasileiras – Aspectos da evolução morfodinâmica do nordeste brasileiro. **Conceitos**. v. 8, n. 15, p. 131-140, 2009.

SILVA, M. **Gestão Sustentável da Orla Marítima em destinos turísticos costeiros: a percepção dos atores sociais**. Florianópolis: 2013. 277 p. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Santa Catarina, 2013.

SILVA, P. **Dinâmica Territorial Urbana em Roraima-Brasil**. São Paulo: 2007. 113 p. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, 2007.

SOARES FILHO, B. **Modelagem da dinâmica da paisagem de uma região de fronteira de colonização amazônica**. São Paulo: 1998. Tese (Doutorado) – Escola Politécnica, Universidade de São Paulo, 1998.

SOUZA, L.; SANTOS, A. **A fitogeografia urbana nas praças públicas da cidade de Parintins-AM, sua importância histórica/social e ambiental na paisagem urbana**. Manaus: 2017. 22 p. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Universidade Estadual do Amazonas, 2017.

TERRITÓRIO FEDERAL DE RORAIMA. **Série Monográfica**: Município de Boa Vista. Imprensa Oficial: Boa Vista, 1987.

TRINDADE JUNIOR, S. Cidades Médias na Amazônia Oriental: das novas centralidades à fragmentação do Território, **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 135-151, 2011.

_____. Cidades na floresta: os “grandes objetos” como expressões do meio técnico-científico informacional no espaço amazônico. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**. v.1, n.51, p.113-137, 2010.

TRINDADE JUNIOR, S. *et al.* Espacialidades e temporalidades urbanas na Amazônia ribeirinha: mudanças e permanências a jusante do Rio Tocantins. **Acta Geográfica**, ed. esp. Cidades na Amazônia Brasileira, p. 117-133, 2011.

TUAN, Y. **Topophilia**: a study of environmental perception, attitudes, and values. São Paulo: DIFEL, 1980.

_____. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.

TUZZO, S.; BRAGA, C. O processo da triangulação da pesquisa qualitativa: o metafenômeno como gênese. **Revista pesquisa qualitativa**. São Paulo, v.4, n.5, p.140-158. 2016.

VARGAS, H.; CASTILHO, A. Intervenções em centros urbanos: objetivos, estratégias e resultados. In: VARGAS, H.; CASTILHO, A. (orgs.). **Intervenções em centros históricos**: objetivos, estratégias e resultados. São Paulo: Manole, 2015.

VENTURI, L. Recurso Natural: a construção de um conceito. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 9-17, maio/ago. 2006.

VERAS, A. **A produção do espaço urbano de Boa Vista – Roraima**. São Paulo: 2009. 235 p. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, 2009.

VERDUM, R. *et al.* **Paisagem**: leituras, significados e transformações. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

VIEIRA, N. **Gestão de sítios históricos**: a transformação dos valores culturais e econômicos em programas de revitalização em áreas históricas. 1. ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2008.

YÁZIGI, E. **A importância da paisagem**. Paisagem e turismo. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

ZANIRATO, S. Usos sociais do patrimônio cultural e natural. **Patrimônio e Memória**, São Carlos, v. 5, n. 1, p. 137-152, 2009.

APÊNDICE A – Roteiro das entrevistas semiestruturadas

DADOS INICIAIS:

Entrevista N°

Idade: sexo: () F () M

Mora no centro histórico: Sim () Não (), caso negativo, já morou, por quanto tempo?

Bloco 1 - Relação do Complexo Orla Taumanan como patrimônio cultural

- 1) Em sua opinião, o que é patrimônio cultural?
- 2) Em sua opinião, o Complexo Orla Taumanan é patrimônio cultural? Porque?
- 3) O que o Complexo Orla Taumanan representa para você?
- 4) Sobre as obras e revitalizações do Complexo Orla Taumanan, você viu o projeto? O que achou depois da execução? Concorda?
- 5) A implantação do Complexo Orla Taumanan promoveu alterações para o desenvolvimento do turismo no município? Aumento da demanda de circulação de pessoas?

Bloco 2 – Cidades Ribeirinhas

- 1) Você considera que o Rio Branco é/era importante para a cidade? Por quê?
- 2) Qual a relação da orla do Rio Branco com a história do Roraima?
- 3) O que era o porto do cimento?
- 4) Quais lembranças você possui sobre o Porto do Cimento?
- 5) Qual a relação do crescimento do bairro Caetano Filho, o “Beiral”, com o rio Branco?
- 6) Com a desocupação do “Beiral”, na sua concepção, houve o rompimento da história e relação afetiva com o rio Branco?
- 7) Você se sente pertencido ao rio Branco? Sim () - Não () Justifique:

Bloco 3 - Paisagem

- 1) Na sua concepção, o que é paisagem?
- 2) De acordo com a sua vivência, qual o processo de mudança da paisagem na orla do rio Branco com o decorrer dos anos?
- 3) Se fosse para tirar uma foto de alguma cena do Núcleo Histórico para mandar a um ente querido de outra cidade, de qual lugar você tiraria?
- 4) Comente sobre a sua percepção acerca do planejamento da orla Rio Branco. O que deveria ser mudado e o que não poderia ter mudado.
- 5) Em relação aos efeitos do processo de ocupação do Complexo Orla Taumanan, como você avalia os seguintes aspectos:
 - a) Degradação do ambiente natural;
 - b) As edificações históricas;
 - c) Qualidade acústica e visual;
- 6) Existe algum elemento de produção humana que prejudique a contemplação da paisagem natural?
- 7) Enumere, em sequência de preferência, pelo menos três paisagens que lhe chame mais a atenção.
 - a) _____
 - b) _____
 - c) _____

APÊNDICE B – Produções Científicas desenvolvidas a partir da dissertação: MUDANÇAS NA PAISAGEM: o olhar dos cidadãos sobre as intervenções no Núcleo Histórico de Boa Vista – Roraima

CAPÍTULOS DE LIVROS PUBLICADOS

MORALES, J. E. S.; FERKO, G. P. S.; COSTA, G. G.; NOGUEIRA, E. M. **PAISAGEM CULTURAL NA CONSTRUÇÃO DO CONCEITO.** In: Bianca Camargo Martins. (Org.). Arquitetura e Urbanismo: Competência e Sintonia com os Novos Paradigmas do Mercado. 1ed. Ponta Grossa - Paraná: Editora Atena, 2019, v. 1, p. 68-78.

TRABALHOS COMPLETOS PUBLICADOS EM ANAIS DE CONGRESSOS

MORALES, J. E. S.; FERKO, G. P. S.; COSTA, G. G. **PORTO DO CIMENTO: O BERÇO HISTÓRICO DE BOA VISTA DESCARACTERIZADO PELA GESTÃO PÚBLICA – RORAIMA.** In: 3º Simpósio científico do Icomos Brasil, 2019, Belo Horizonte. Anais 3º Simpósio científico de Icomos Brasil. Recife: Even3, 2019. v.3.

MORALES, J. E. S.; FERKO, G. P. S.; COSTA, G. G. **EM BUSCA DO RECONHECIMENTO COMO PAISAGEM CULTURAL DA ORLA TAUMANAN, BOA VISTA - RR.** In: 5º Colóquio Ibero-americano: paisagem cultural, patrimônio e projeto, 2019, Belo Horizonte. Anais 5º Colóquio Ibero-Americano: paisagem cultural, patrimônio e projeto. Recife: Even3, 2019. v. 5.

MORALES, J. E. S.; FERKO, G. P. S.; COSTA, G. G. **PAISAGEM CULTURAL NA CONSTRUÇÃO DO CONCEITO.** In: 5º Colóquio Ibero-Americano: paisagem cultural, patrimônio e projeto, 2019, Belo Horizonte. Anais 5º Colóquio Ibero-Americano: paisagem cultural, patrimônio e projeto. Recife: Even3, 2019. v. 5.

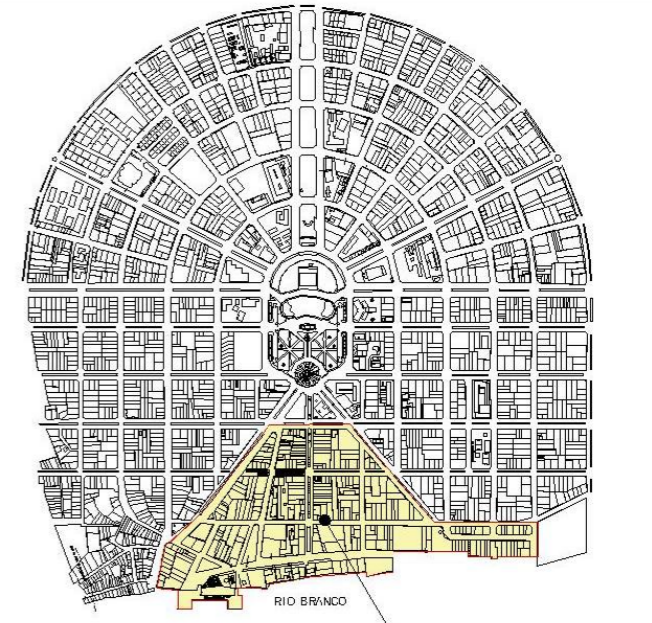
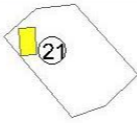
MORALES, J. E. S.; FERKO, G. P. S.; COSTA, G. G. **A REUTILIZAÇÃO DA ORLA TAUMANAN, BOA VISTA - RR.** In: 7º Do_co,mo.mo N_Ne, 2018, Manaus. Anais 7º Do_co,mo.mo N_Ne. Belém: Revista Arquitetura Moderna, 2018.

MORALES, J. E. S.; FERKO, G. P. S.; COSTA, G. G. **THE ACCESSIBILITY IN THE HERITAGE OF ORLA DO RIO BRANCO IN RORAIMA.** In: 5º COLÓQUIO INTERNACIONAL REDE INTERNACIONAL DE PENSAMIENTO CRÍTICO SOBRE GLOBALIZACIÓN Y PATRIMONIO CONSTRUIDO, 2018, Canoas - RS. Anais 5º Colóquio Internacional RIGPAC. Canoas - RS: Unilasalle, 2018.

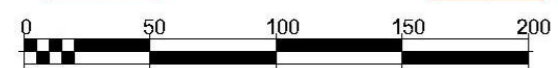
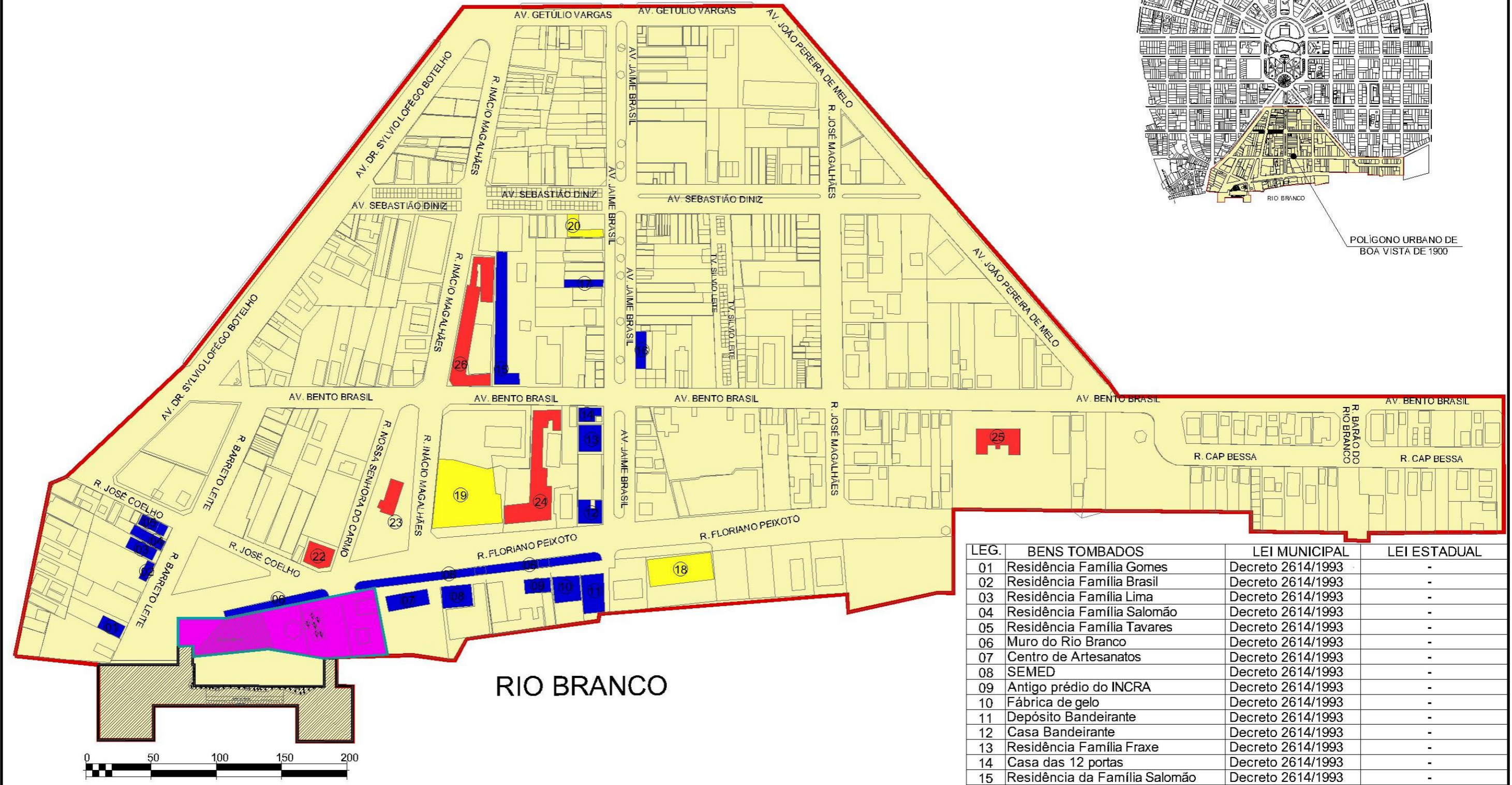
ARTIGOS ACEITOS PARA PUBLICAÇÃO

MORALES, J. E. S.; FERKO, G. P. S.; COSTA, G. G. **REQUALIFICAÇÃO DA ORLA DO RIO BRANCO, BOA VISTA - RORAIMA.** Revista de Arquitetura e Urbanismo da Amazônia, 2019.

APÊNDICE C – Levantamento de patrimônios históricos tombados no Centro de Boa Vista com recorte no polígono urbano de 1900, antes da implantação do Plano Urbanístico de Darcy Derenusson (próxima página).



POLÍGONO URBANO DE BOA VISTA DE 1900



RIO BRANCO

LEG.	BENS TOMBADOS	LEI MUNICIPAL	LEI ESTADUAL
01	Residência Família Gomes	Decreto 2614/1993	-
02	Residência Família Brasil	Decreto 2614/1993	-
03	Residência Família Lima	Decreto 2614/1993	-
04	Residência Família Salomão	Decreto 2614/1993	-
05	Residência Família Tavares	Decreto 2614/1993	-
06	Muro do Rio Branco	Decreto 2614/1993	-
07	Centro de Artesanatos	Decreto 2614/1993	-
08	SEMED	Decreto 2614/1993	-
09	Antigo prédio do INCRA	Decreto 2614/1993	-
10	Fábrica de gelo	Decreto 2614/1993	-
11	Depósito Bandeirante	Decreto 2614/1993	-
12	Casa Bandeirante	Decreto 2614/1993	-
13	Residência Família Fraxe	Decreto 2614/1993	-
14	Casa das 12 portas	Decreto 2614/1993	-
15	Residência da Família Salomão	Decreto 2614/1993	-
16	Prédio comercial Fraxe	Decreto 2614/1993	-
17	Associação Comercial de Roraima	Decreto 2558/1993	-
18	Escola Ayrton Senna da Silva	-	Decreto 780/1994
19	Casa João XXIII	-	Emenda Const. 21/2008
20	Casa da Cultura Madre Leotávia Zoller	-	Decreto 723/1994
21	Igreja de São Sebastião	-	Emenda Const. 21/2008
22	Fazenda Boa Vista "Meu Cantinho"	Decreto 2614/1993	Emenda Const. 21/2008
23	Igreja da Nossa Senhora do Carmo	Lei 230/1990	Emenda Const. 21/2008
24	Escola São José	Lei 232/1990	Emenda Const. 21/2008
25	Prelazia de Roraima	Lei 231/1990	Emenda Const. 21/2008
26	Escola Euclides da Cunhas	Lei 229/1990	Emenda Const. 21/2008

LEGENDA:

	Monumento Orla Taumanan
	Escadaria, anfiteatro, Intendência e Restaurante "Riu"
	Edificações tombadas pela esfera municipal
	Edificações tombadas pela esfera estadual
	Edificações tombadas pela esfera municipal e estadual